

RELATO
INTEGRADO
PRÉ-SAL PETRÓLEO ▶ 2023



Pré-sal
Petróleo

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	3	RESULTADOS DA GESTÃO	96
MENSAGEM DA PRESIDENTE	4	RESULTADOS DO PLANO ESTRATÉGICO (PE) 2023-2027	97
DESTAQUES DE 2023	7	GESTÃO DOS CONTRATOS DE PARTILHA DE PRODUÇÃO	101
VISÃO GERAL ORGANIZACIONAL	8	ACORDOS DE INDIVIDUALIZAÇÃO DA PRODUÇÃO	124
QUEM SOMOS	9	COMERCIALIZAÇÃO DE PETRÓLEO E GÁS NATURAL	126
DIRECIONAMENTO ESTRATÉGICO	11	GESTÃO DA SUSTENTABILIDADE	134
NOSSA GENTE	12	GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	136
CENÁRIO EXTERNO	21	GESTÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATAÇÕES	138
O SETOR DE PETRÓLEO E GÁS NATURAL	22	GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA	140
O REGIME DE PARTILHA DE PRODUÇÃO	26	GESTÃO DE CUSTOS	141
COMO GERAMOS VALOR	36	GESTÃO PATRIMONIAL	142
MATERIALIDADE	37	PERSPECTIVAS	143
MODELO DE NEGÓCIOS	38	ESTIMATIVA DE RESULTADOS	144
CADEIA DE VALOR	41	PLANO ESTRATÉGICO 2024-2028	150
GOVERNANÇA, CONTROLES INTERNOS E GESTÃO DE RISCOS	44	PLANO ANUAL DE NEGÓCIOS	153
NOSSA GOVERNANÇA	45	INFORMAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS, FINANCEIRAS E CONTÁBEIS	157
GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS	60	INFORMAÇÕES FINANCEIRAS	158
PROGRAMA DE INTEGRIDADE	70	PRINCIPAIS FATOS CONTÁBEIS	159
SOCIEDADE E TRANSPARÊNCIA	73	GOVERNANÇA EM 31/12/2023	169
NOSSOS 10 ANOS	87		

APRESENTAÇÃO ▶

Apresentamos o **Relato Integrado (RI)** referente ao desempenho da **Pré-Sal Petróleo (PPSA)** em 2023.

A publicação reforça nosso compromisso com a transparência e traz, de forma acessível, um recorte objetivo sobre a estratégia, as iniciativas de governança e o desempenho obtido no último ano, bem como as perspectivas futuras para a empresa.

Este relatório foi elaborado seguindo a metodologia do International Integrated Reporting Council (IIRC) – Conselho Internacional para Relato Integrado. Para isso, compartilhamos nossos resultados de forma simples e compreensível, com gráficos e infográficos que facilitam a leitura e o entendimento do conteúdo. Entendemos que o Relato Integrado é uma ferramenta de diálogo com nossos públicos de interesse e de prestação de contas à sociedade, por isso disponibilizamos informações qualificadas e coesas sobre nosso modelo de negócio, planejamento estratégico, resultados obtidos, desempenho financeiro e, principalmente, sobre como nossa atuação gera valor para a União e para a sociedade a curto, médio e longo prazos.

Todo o trabalho desempenhado pela empresa em 2023 esteve alinhado aos nossos objetivos estratégicos. Ao longo do relatório, também demonstramos nossa modelo de governança, nosso compromisso com a ética e nossa atuação junto à sociedade, bem como nossa preocupação com a sustentabilidade das operações no setor de petróleo e gás natural.

O Relato atende à Instrução Normativa TCU nº 84, de 22 de abril de 2020, que dispõe acerca da prestação de contas dos administradores e responsáveis da administração pública federal, para fins de julgamento pelo Tribunal de Contas da União (TCU), nos termos do art. 7º da Lei nº 8.443, de 1992. O documento foi analisado pelo Comitê de Auditoria e aprovado por nossa Diretoria Executiva e pelo Conselho de Administração.

Para complementar as informações, disponibilizamos, por meio de links, mais informações que estão disponíveis em nosso site sobre a atuação da PPSA.

Em nosso portal também é possível acessar as edições anteriores de nossos relatórios.

Em consonância com os aspectos de sustentabilidade ambiental, o relatório não será impresso.

BOA LEITURA!

Crédito: Alaor Filho



TABITA LOUREIRO

Presidente Interina
e Diretora Técnica

MENSAGEM DA PRESIDENTE

O ano de 2023 foi especial para a **Pré-Sal Petróleo (PPSA)**, pois além de excelentes resultados, completamos a primeira década. Foram dez anos marcados por aprendizado, construção de um modelo eficiente de representação da União no Polígono do Pré-Sal, inovação e resultados para o país e para a sociedade brasileira.

O primeiro contrato de partilha no Brasil, de Libra, foi firmado em 2013 e hoje temos um total de 23 contratos assinados. Os campos sob o regime de partilha da produção representam 45% das reservas de petróleo do Brasil. Além disso, já respondem por cerca de 29% da produção nacional. São nove contratos comerciais, dos quais oito já estão em produção. Esses contratos representam para o Estado Brasileiro, em toda a vida útil, mais de R\$ 2 trilhões em royalties, tributos e comercialização de petróleo e gás natural da União.

Cheguei na PPSA em agosto do ano passado e encontrei uma empresa com enorme potencial. A produção de petróleo da União sairá dos atuais 50 mil barris por dia para mais de 500 mil barris por dia ao final da década. O gás natural da União também saltará para mais de três milhões de m³ por dia nesse mesmo período. Em 2024, serão 24 contratos de partilha assinados (incluindo Tupinambá, adquirido pela BP, em dezembro de 2023). Podemos atingir mais de 35 contratos no futuro só com as novas áreas já aprovadas pelo Conselho Nacional de Política Energética (CNPE) para ingressar no estoque da Oferta Permanente de Partilha da Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP).

A trajetória da empresa trouxe muitos resultados até aqui. Ao longo dessa década, já acumulamos uma arrecadação de mais de R\$ 14 bilhões para o Tesouro Nacional. Em 2023, o sucesso se manteve. Registramos uma arrecadação recorde de R\$ 6,02 bilhões com a comercialização das parcelas de petróleo e gás natural da União, o que representa um aumento de 28% em comparação com o registrado em 2022 (R\$ 4,71 bilhões). Operacionalmente, somos uma empresa pequena, com uma estrutura de custos enxuta e rigor na gestão dos recursos financeiros. Como resultado, encerramos o exercício com lucro de R\$ 34 milhões e R\$ 181,6 milhões em caixa.

A próxima década será de crescimento e, por isso, começamos a trabalhar em 2023 para preparar a empresa para o novo cenário. Em dez anos, a produção acumulada da União foi de 41 milhões de barris de petróleo. Segundo nossos estudos, nos próximos dez anos a produção total da União somará cerca de 1,3 bilhão de barris de petróleo, o que irá gerar uma arrecadação de aproximadamente R\$ 466 bilhões para os cofres públicos, já incluindo a comercialização do gás natural. Certamente, o crescimento nos exigirá um novo modelo de atuação. Estamos estruturando um concurso público para ampliar nossa força de trabalho e estabelecer um quadro permanente para garantir que estejamos prontos para este futuro promissor que vivenciaremos.

Em paralelo, trabalhamos em novas estratégias para imprimir uma gestão cada vez mais eficiente e estamos estudando novos modelos para a comercialização do petróleo e gás natural da União, a fim de garantir que os recursos sejam maximizados para a sociedade brasileira.

Não poderíamos deixar de fora de nosso radar um olhar para o cenário de exploração e produção no polígono do pré-sal. Pautamos uma diretriz em nosso Plano Estratégico 2024-2028 voltada ao estudo de alternativas para aumentar a atratividade dos contratos de partilha.



Crédito: Alaor Filho

Da mesma forma, é necessário um olhar permanente à transição energética, outro tema incluído em nosso Plano Estratégico para o próximo quinquênio. O petróleo do pré-sal possui baixa intensidade de carbono, o que pode nos diferenciar no mercado internacional, que ainda tende a demandar combustíveis fósseis. Hoje já estão em curso diversas iniciativas para a descarbonização do setor e, como gestores, vamos acompanhar de perto cada uma delas e estimular o uso de tecnologias que levem a uma produção cada vez mais limpa.

Tenho orgulho dos resultados da empresa até aqui. Temos um compromisso com a inovação, com a geração de riqueza, com o desenvolvimento sustentável e com o Brasil. Sempre pautados pela ética, pela integridade, pelo conhecimento compartilhado e pela parceria. Em 2023, tivemos a oportunidade de mostrar um pouco do nosso trabalho em uma exposição temporária chamada “O Pré-sal e a Sociedade – 10 anos do Regime de Partilha no Brasil”, realizada em parceria com o Museu de Ciências da Terra, o Serviço Geológico do Brasil e o Ministério de Minas e Energia (MME). Foi uma alegria enorme contar a nossa história e saber que mais de 7.500 pessoas visitaram a mostra.

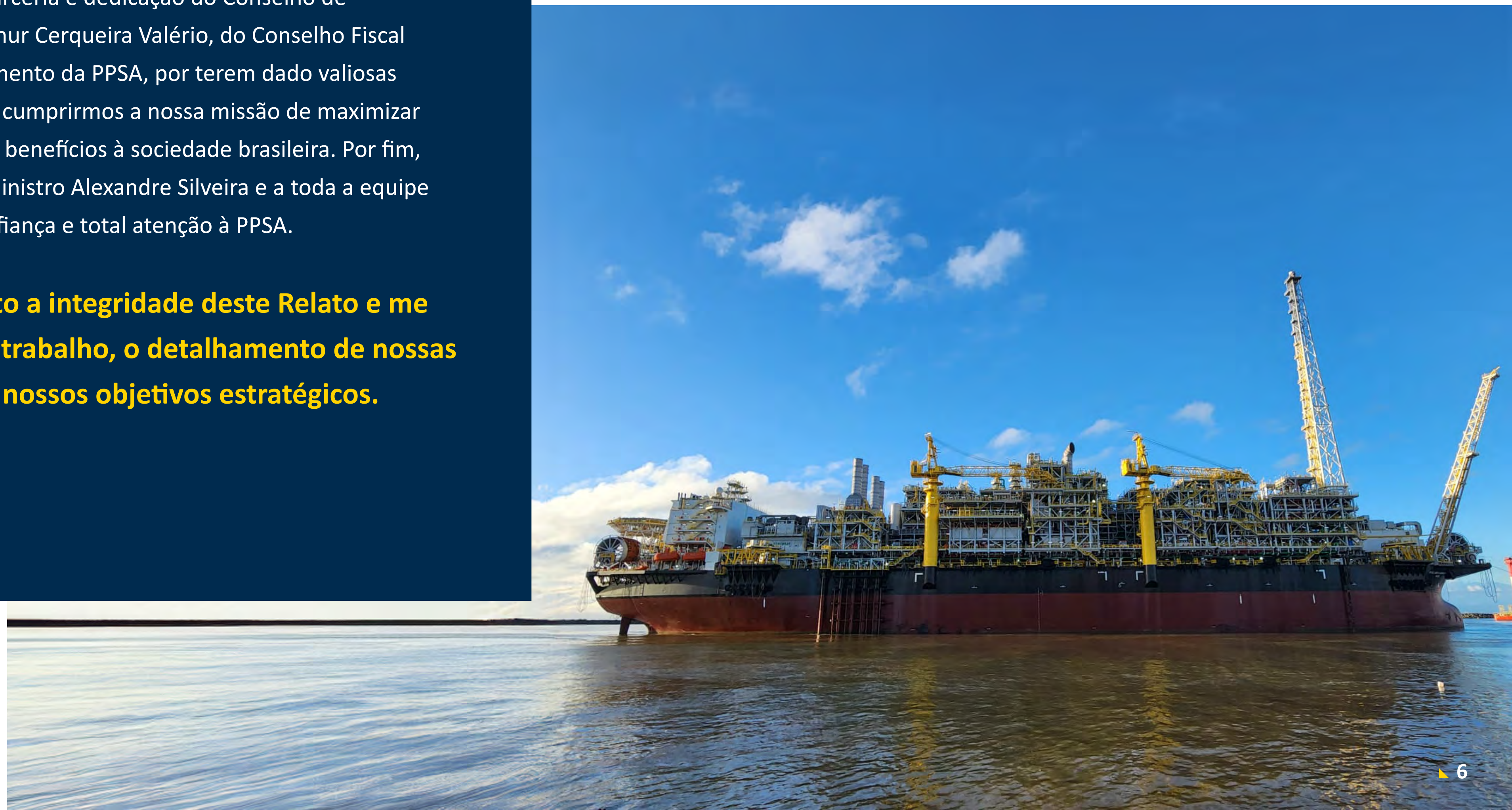
Agradeço o comprometimento e empenho de todo o nosso corpo técnico e da Diretoria Executiva. Agradeço também a parceria e dedicação do Conselho de Administração, na figura do presidente Arthur Cerqueira Valério, do Conselho Fiscal e dos Membros dos Comitês de Assessoramento da PPSA, por terem dado valiosas diretrizes estratégicas e contribuições para cumprirmos a nossa missão de maximizar os resultados econômicos da União e gerar benefícios à sociedade brasileira. Por fim, expresso minhas palavras de gratidão ao Ministro Alexandre Silveira e a toda a equipe do Ministério de Minas e Energia, pela confiança e total atenção à PPSA.

Como dirigente da PPSA, atesto a integridade deste Relato e me orgulho em apresentar, nesse trabalho, o detalhamento de nossas ações em 2023, alinhadas aos nossos objetivos estratégicos.

TABITA LOUREIRO

Presidente Interina e Diretora Técnica

Crédito: Agência Petrobras



Arrecadação de R\$ 6,02 bilhões para a União, 28% acima do resultado de 2022.



Participação ativa no programa Gás para Empregar com a realização de estudos para aumentar a oferta de gás natural.

Comercialização recorde: 16 milhões de barris de petróleo da União e 43 milhões de metros cúbicos do gás da União.



Implementação de Carteira de Projetos como fonte base para as previsões e avaliações econômicas dos projetos.

Aumento da produção de petróleo e gás da União em função da entrada de mais um campo em produção, da chegada de três novos navios-plataformas para atuar em campos do pré-sal e do alcance de novos recordes de produção.



Plano de Cargos e Salários em análise na SEST, permitindo assim a preparação para a realização de concurso público para formação de quadro permanente.

Início de efetividade de mais um acordo de individualização da produção com participação da União e realização de três redeterminações, aumentando, assim, a participação do governo federal no pré-sal.



Assinatura de novo contrato para ampliação do Sistema de Gestão dos Gastos de Partilha de Produção, plataforma utilizada para a gestão dos contratos de partilha de produção.

Realização de 95% das metas do Plano Estratégico 23-27.



Realização de ações visando aumento da transparência.

Criação de diretriz no Plano Estratégico 24-28 para promover a descarbonização no setor.



Celebração dos 10 anos da empresa, ampliando a sua visibilidade para a sociedade.

DESTAQUES DE 2023



01

VISÃO GERAL ORGANIZACIONAL

QUEM SOMOS

Em 2010, o Brasil instituiu o regime de partilha de produção para vigorar em contratos de exploração e produção de petróleo e gás natural dentro do Polígono do Pré-Sal e em áreas estratégicas. O Estado Brasileiro é gestor desses contratos e detém uma parcela da produção de petróleo e gás natural oriunda dos campos sob esse regime.

Nossa empresa, a Pré-Sal Petróleo S.A (PPSA), foi fundada em 2013, vinculada ao Ministério de Minas e Energia (MME), com o propósito de responder pelos interesses da União nesses contratos, gerindo-os em nome do Estado e comercializando a parcela de petróleo e gás natural da União. Também representamos a União nos acordos de individualização da produção que envolvem áreas não contratadas. Assim, a tarefa mais importante da empresa é garantir o máximo valor dos projetos e obter o maior retorno possível para o Estado Brasileiro com as operações oriundas do Polígono do Pré-Sal e de áreas estratégicas.

**ATUAMOS
REGULARMENTE
EM TRÊS FRENTES:**



Todo o fluxo de caixa da comercialização dos hidrocarbonetos é transferido para o Tesouro Nacional, em particular para o Fundo Social, que prevê que os investimentos devem ser, majoritariamente, direcionados à saúde e educação.

Temos um corpo técnico experiente e qualificado, que contribui ativamente para as discussões do setor de petróleo e gás natural e, inclusive, para a formulação de políticas públicas, dando suporte técnico ao MME nas temáticas da indústria de óleo e gás.

Em 2023, fizemos a gestão de 23 contratos em regime de partilha de produção, sempre buscando conciliar os interesses do Estado com o avanço da indústria nacional e o desenvolvimento social. Dos 23 contratos, oito estão em produção, um está em desenvolvimento, dez estão na fase exploratória e quatro estão em processo de devolução. A produção dos oito contratos já está sendo comercializada.

Neste mesmo ano de 2023, comemoramos nossa primeira década encerrando o ano com um resultado recorde: uma arrecadação de R\$ 6,02 bilhões para o Tesouro Nacional. Este resultado representa um aumento de 28% em comparação com o registrado em 2022 (R\$ 4,71 bilhões) e reflete o incremento da produção nos contratos de partilha de produção e da conjuntura do mercado internacional de preços de petróleo.



Crédito: Agência Petrobras

A PPSA é uma empresa pública, vinculada ao Ministério de Minas e Energia, organizada sob a forma de sociedade anônima de capital fechado, e rege-se pelas Leis 12.304/2010, 6404/1976, 13.303/2013, 12.351/2010 e 13.679/2018, pelo Decreto nº 8.945/2016, por seu Estatuto Social e pela legislação aplicável.



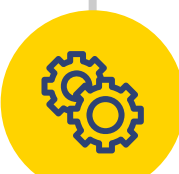
A integralidade de seu capital social pertence à União, o que a caracteriza como empresa estatal pública submetida ao regime jurídico próprio das empresas privadas (art. 3º da Lei nº 12.304/2010), inclusive no que diz respeito aos direitos e obrigações civis, comerciais, trabalhistas e tributárias.

DIRECIONAMENTO ESTRATÉGICO



Maximizar os resultados econômicos nos contratos de partilha de produção, na representação da União nos procedimentos de individualização da produção e na gestão dos contratos de comercialização de petróleo, gás natural e outros hidrocarbonetos fluidos da União.

Merecer o reconhecimento da sociedade, na qualidade de sócia dos consórcios, pela eficiência na gestão e viabilização econômica dos projetos, conciliando os interesses da União com o avanço da indústria nacional e o desenvolvimento social.

-  Defesa do interesse nacional
-  Retidão e idoneidade
-  Clareza e transparência
-  Competência e capacitação técnica

NOSSA GENTE

O capital humano é nosso principal ativo. Por meio de suas experiências, conhecimentos técnicos, habilidades e competências pessoais, nossos colaboradores enriquecem a atuação diária da empresa, contribuindo para o desenvolvimento dos nossos projetos e metas.

Temos uma equipe com ampla experiência na indústria petrolífera, que está bem preparada para representar a União e lidar com desafios. Na nossa rotina, combinamos a estrutura funcional com a estrutura matricial, aproveitando melhor os recursos e garantindo que a união de diferentes equipes nos ajude a alcançar um melhor desempenho para o Estado brasileiro. Desta forma, quase toda a empresa contribui para o sucesso das atividades fim.

Nosso quadro de pessoal prevê 63 empregados de livre provimento, com regime regido pela Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), nos termos do artigo 13 da Lei nº 12.304/2010, e quatro diretores. Ao final de 2023, entretanto, nossa equipe era composta por 61 empregados e três diretores, uma vez que a presidência está sendo ocupada interinamente pela Diretora Técnica. Atualmente, dos 61 empregados, dois foram cedidos, um pela Controladoria-Geral da União (CGU) e outro pela Advocacia Geral da União (AGU).



Crédito: Alaor Filho



03

DIRETORES



61

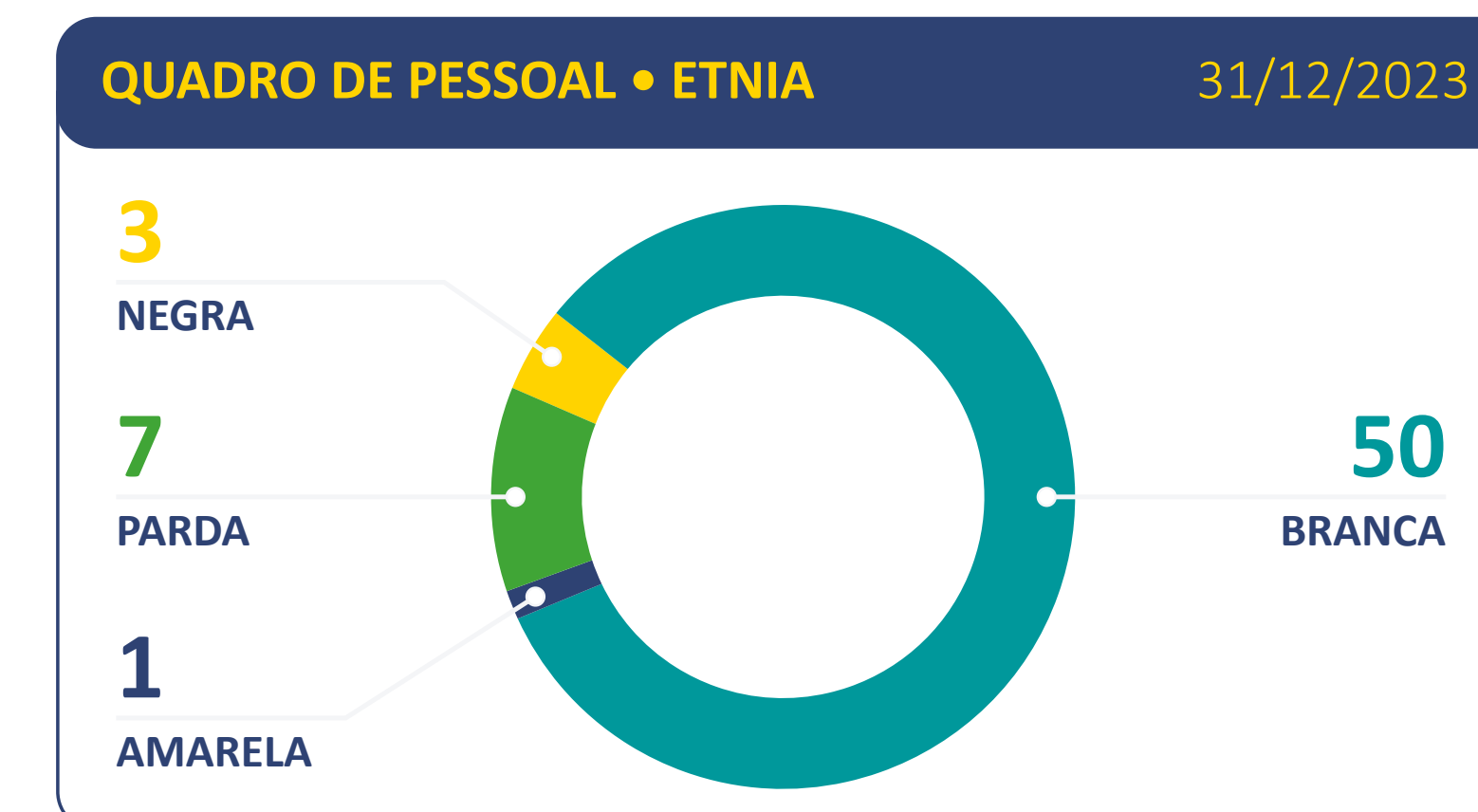
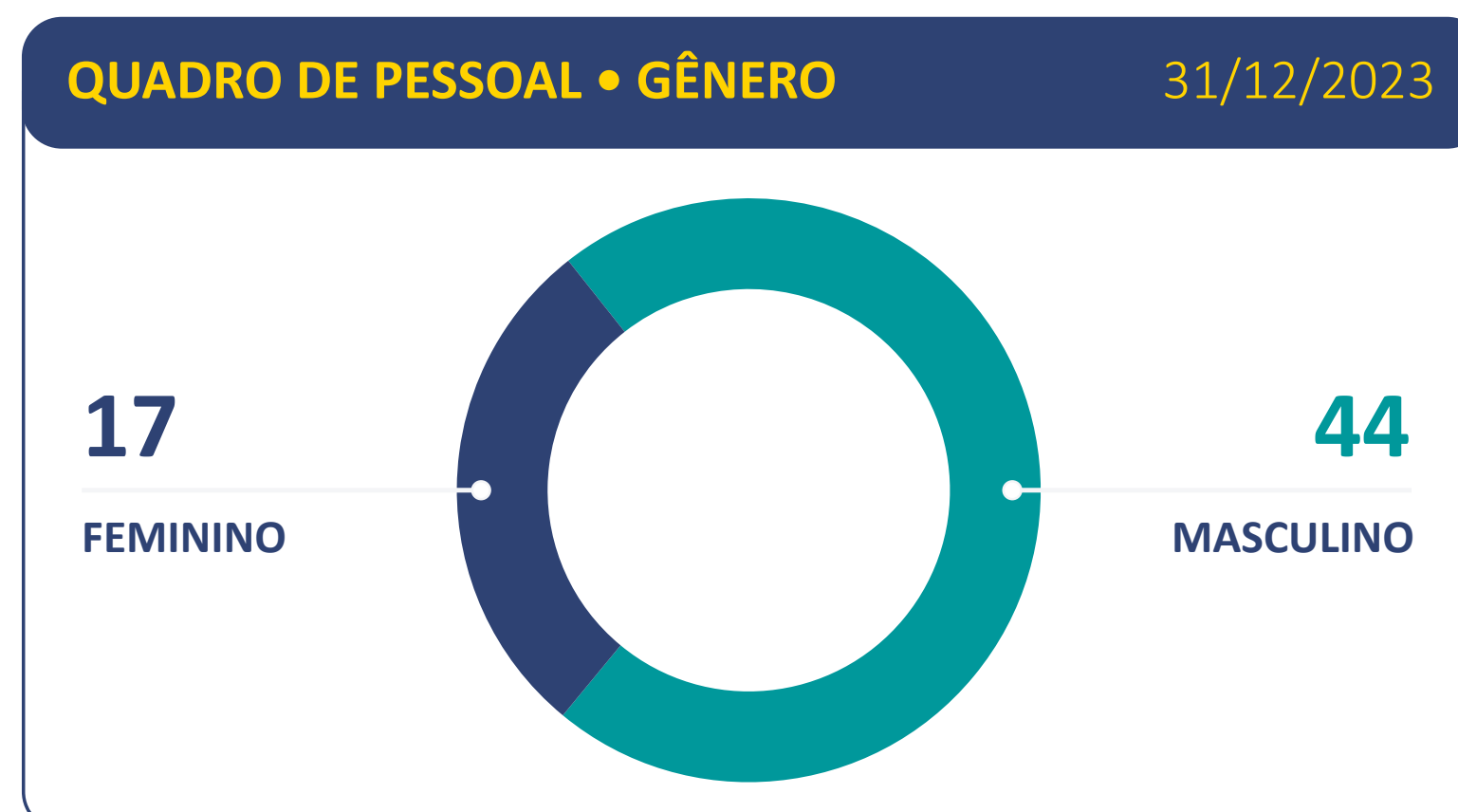
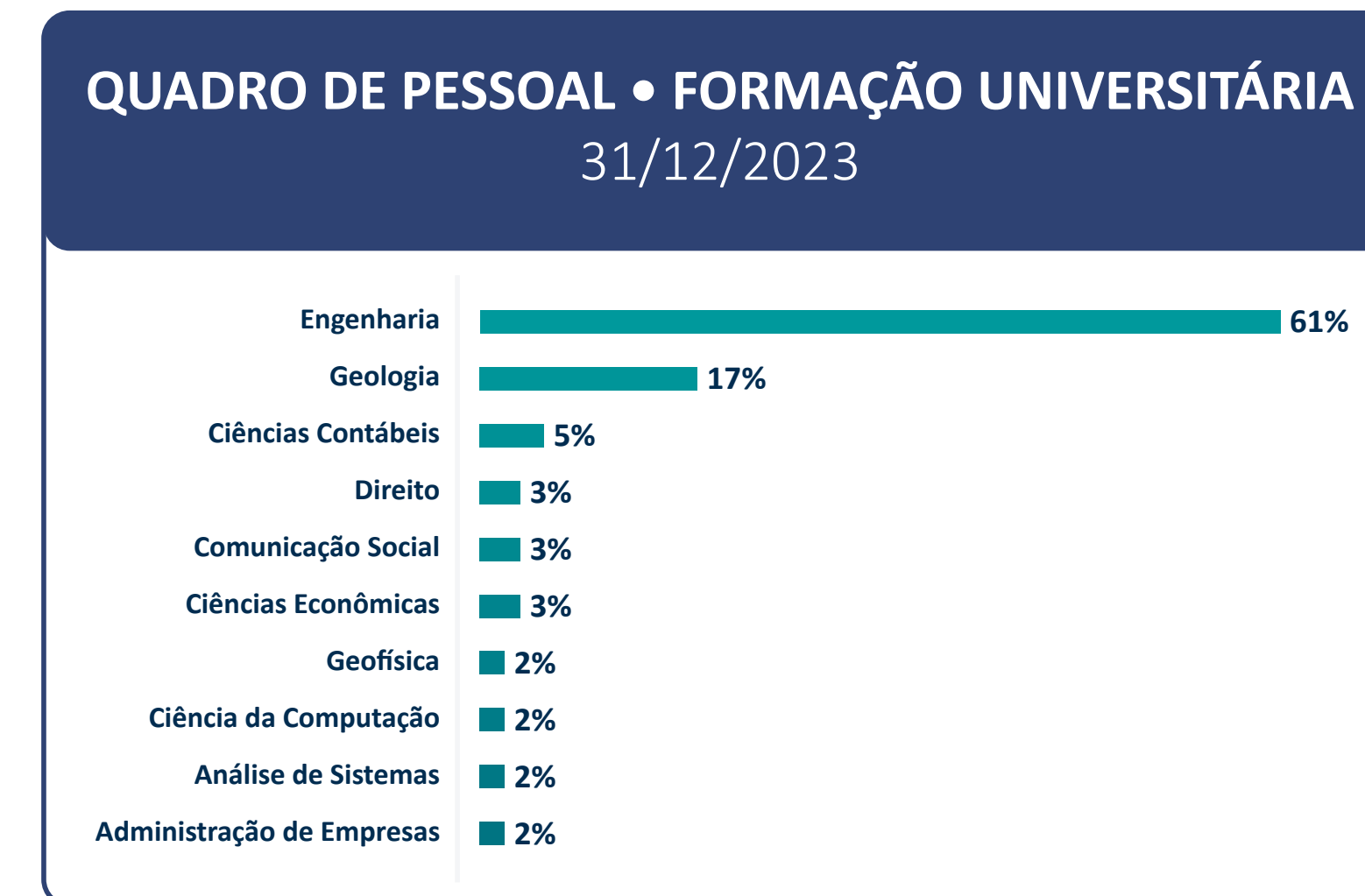
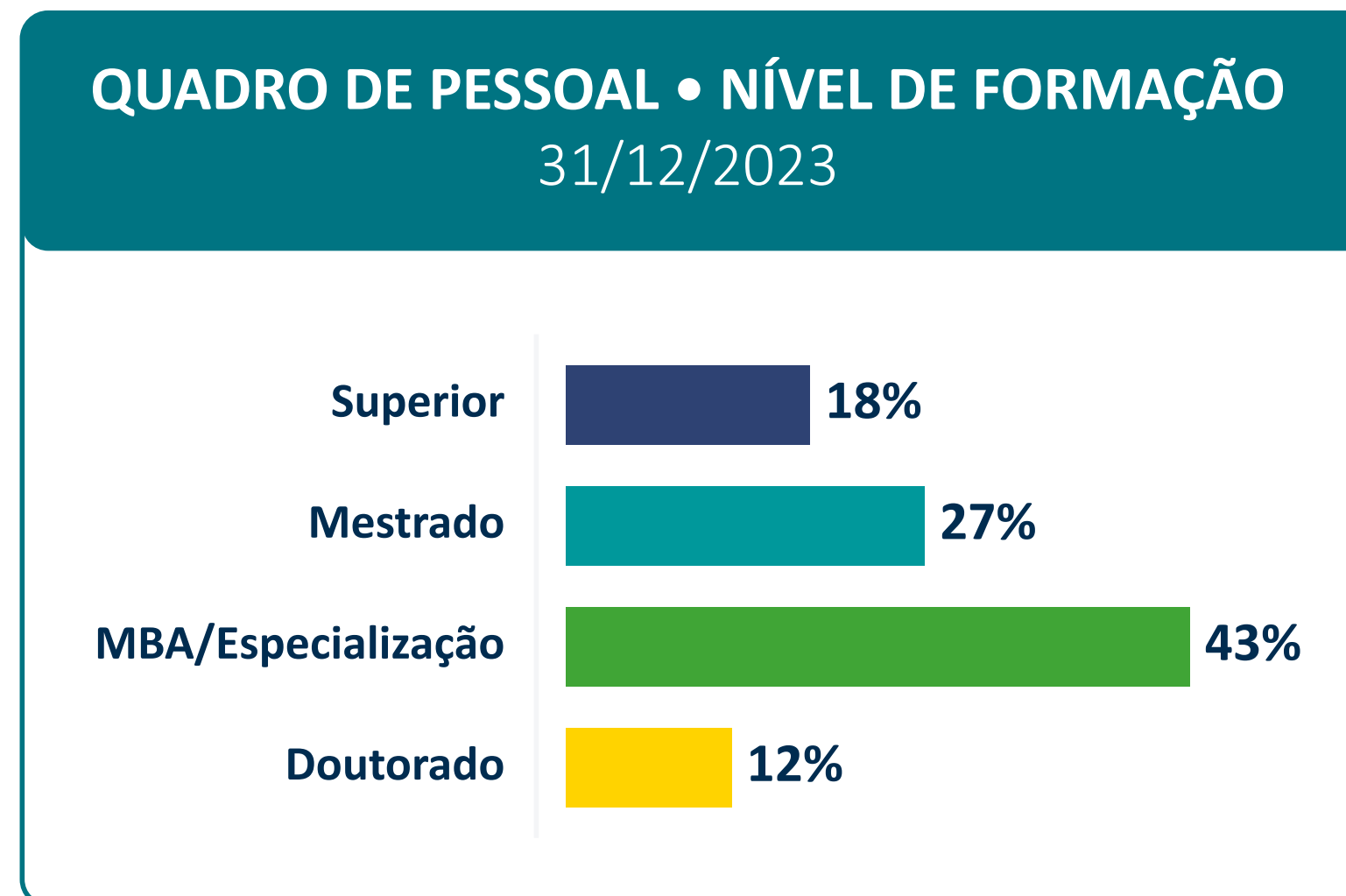
CARGOS DE LIVRE
PROVIMENTO
OCUPADOS EM 2023

Do total de empregados ao final do ano, 43% deles estavam lotados na área técnica, sendo 78% engenheiros e geólogos.

Quase a metade da força de trabalho possui especialização e mais de um terço são mestres ou doutores.

Disponibilizamos para nossos empregados os benefícios de assistência médica e odontológica extensiva aos dependentes legalmente aceitos, além de auxílio-refeição.

Adicionalmente, utilizamos expertise externa para garantir o melhor desempenho das atividades da empresa, por meio de sete contratos de prestação de serviço nas áreas de secretaria, comunicação, jurídica, comercialização/acompanhamento da produção, tecnologia da informação e serviços gerais.



QUADRO PERMANENTE

Considerando que o cenário para os próximos anos é de significativo crescimento das nossas atividades, dada as estimativas de aumento da produção em regime de partilha e, conseqüentemente, das parcelas de petróleo e gás natural da União, estamos trabalhando para realizar um concurso público em 2024 e formar um quadro permanente de profissionais.

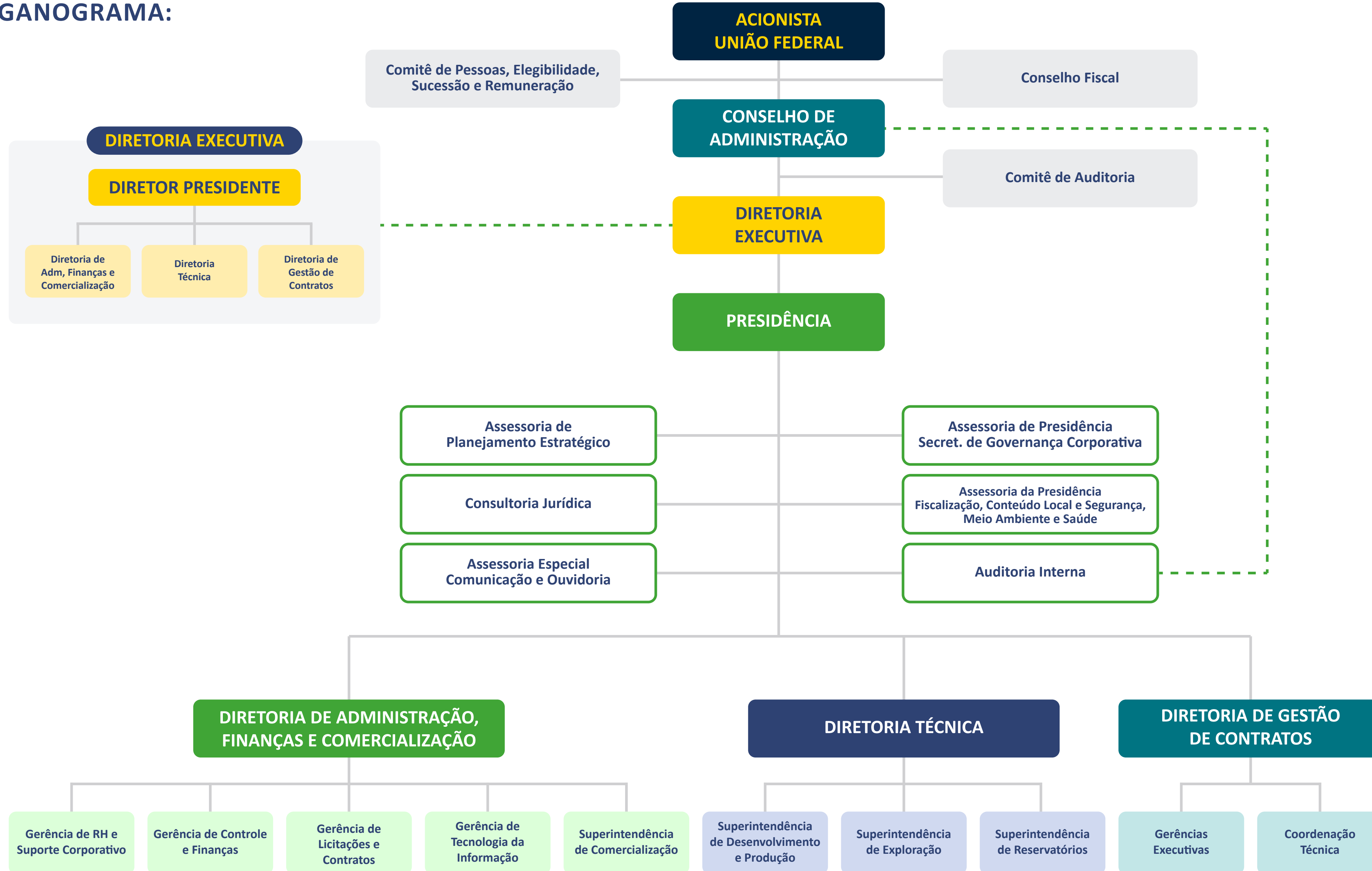
A ação, prevista em nosso Plano Estratégico 24-28 e fortalecida no Plano 25-29, prevê o ingresso de novos empregados, com diversos níveis de formação, a partir de 2025.

O concurso está previsto para ser realizado no segundo semestre de 2024.

Como parte das etapas para a realização do concurso, ao longo de 2023, foi reapresentado à Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (SEST) a nova proposta de Plano de Cargos e Salários (PCS), visando atualizar os níveis salariais aprovados anteriormente pela Secretaria e proceder outros ajustes considerados importantes para a atração e posterior retenção de empregados efetivos mais bem qualificados para o cumprimento das atribuições legais da empresa. Tão logo seja aprovado, será dada continuidade ao processo.



CONFIRA O ORGANOGRAMA:





Embora nossa força de trabalho ainda seja majoritariamente masculina, nos últimos anos houve expressivo crescimento das mulheres na empresa, incluindo as atividades fim. Nosso intuito é, ao longo dos próximos anos, criar programas internos que propiciem, cada vez mais, a participação das mulheres na força de trabalho e na liderança, bem como estimular a diversidade racial.

Alinhado a este tema, participamos, com duas representantes, do Comitê Permanente para Questões de Gênero, Raça e Diversidade do MME e Entidades Vinculadas, o Cogemnev. O comitê, que tem caráter colegiado, consultivo e propositivo, visa a estimular o debate e propõe a implantação de projetos e ações de diversidade, equidade e inclusão, que tratam de políticas para as mulheres, questões de gênero e raça. Em 2024, vamos realizar nosso primeiro Plano de Ação focado efetivamente nestes temas.

Nosso Código de Conduta e Integridade deixa explícito que a empresa respeita a diversidade e não tolera preconceito e discriminação de raça, credo, gênero, entre outras. Caso haja algum desvio, há estrutura disponível para recebimento e tratamento de denúncias, com garantia de sigilo e compromisso de confidencialidade. A empresa tem um ótimo clima de trabalho, com relações entre os colaboradores pautadas pela cordialidade, disciplina, respeito e confiança, não sendo admitida qualquer forma de preconceito, assédio moral ou sexual. É dever dos nossos gestores garantir aos colaboradores um ambiente de trabalho livre de insinuações e propício à disseminação da ética e integridade. Consideramos que a equidade no tratamento entre os colaboradores é essencial.

Na PPSA, os salários são referentes aos cargos, sem qualquer distinção por gênero. Embora a empresa não possua um programa estruturado com metas de desempenho individuais e/ou de equipes, vinculadas aos planos organizacionais, não há registros de diferenças de atuação por gênero, nem no resultado do trabalho. Para as gestantes, seguimos o período de afastamento da CLT e ao retornar, garantimos dois meses de trabalho em regime remoto para ampliar o cuidado com os filhos.

NOSSOS EMPREGADOS TAMBÉM PARTICIPAM DE ALGUNS COMITÊS E GRUPOS DE TRABALHOS INTERNOS:



COMITÊ DE SEGURANÇA DO EDIFÍCIO DO RB1:

Onde está situado o escritório da companhia no Rio de Janeiro. Os dez integrantes recebem treinamento e cumprem rotinas de verificação das condições de segurança da empresa. Em práticas de simulados, orientam os demais a atuar diante de situações de emergência.



COMISSÃO INTERNA DE PREVENÇÃO A ACIDENTES E ASSÉDIO:

Os 12 integrantes atuam com o objetivo de garantir a segurança e a melhoria do ambiente e bem-estar para os nossos colaboradores.



COMITÊ DE MELHORIAS DO SISTEMA DE GESTÃO DE PARTILHA DE PRODUÇÃO:

Os 16 integrantes trabalham para garantir que o SGPP, principal sistema da empresa para fazer a gestão dos contratos de partilha de produção, esteja sempre atualizado e atendendo às necessidades da empresa.



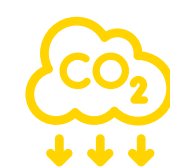
COMITÊ DE TECNOLOGIA E SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO (CTSI):

Os seis integrantes atuam com o objetivo de decidir, recomendar e direcionar as ações de Segurança da Informação e Comunicação.



COMITÊ DE GESTÃO TECNOLÓGICA:

Os cinco integrantes atuam para garantir as melhores práticas na aplicação de tecnologia nos contratos de partilha de produção.



COMITÊ ESTRATÉGICO DE DESCARBONIZAÇÃO:

Os 11 integrantes atuam com objetivo de aumentar o conhecimento a respeito de tecnologias, iniciativas e medições relacionadas à decarbonização dos projetos do Pré-sal.



COMITÊ DE LGPD:

Os cinco integrantes atuam com objetivo de garantir a aplicação da legislação na empresa.



GRUPO DE TRABALHO DO PROCESSO SELETIVO PÚBLICO:

Os seis integrantes atuam com o objetivo de coordenar as ações necessárias à realização do Processo Seletivo Público da PPSA.

▶ GESTÃO DO CONHECIMENTO

Para uma empresa como a PPSA, em que os capitais humano e intelectual são de extrema relevância, é uma preocupação natural garantir que o conhecimento seja preservado e disseminado. Implantar a gestão do conhecimento faz parte dos objetivos e é uma das metas do nosso Planejamento Estratégico, de forma a garantir a manutenção das capacidades técnicas e gerenciais da empresa, visto que a ampla experiência de nossos profissionais no setor de petróleo e gás natural é uma vantagem competitiva fundamental para nosso desenvolvimento.

A primeira etapa do programa, realizada com base no Plano Estratégico 22-26, abrigou as atividades de identificação e priorização das necessidades de conhecimento nas equipes. Foi criado um Comitê de Gestão do Conhecimento, que mapeou os cargos em que o conhecimento precisava ser preservado e definiu os processos de captação e registro. Como parte do Plano 23-27, foram realizadas entrevistas com alguns empregados-chave e escritos procedimentos descritivos dos serviços. Também foram definidas estratégias de transmissão dos conhecimentos, a exemplo do programa “Segundas Técnicas”, em que uma vez por mês um componente da equipe apresenta seu trabalho ou divulga conteúdos técnicos sobre o pré-sal para todos.

Para o próximo quinquênio, o grupo vai trabalhar no detalhamento das estratégias de transferência de conhecimentos para os concursados, entre elas um robusto programa de indução, além de trabalhar na implantação de um plano de transferência de conhecimento de longo prazo, até 2026.



REMUNERAÇÃO DA DIRETORIA E DOS COLEGIADOS

A remuneração global dos administradores é aprovada na Assembleia Geral realizada anualmente. Os benefícios referem-se a auxílio refeição e plano de saúde.

O quadro apresenta o valor da remuneração individual máxima e mínima da Diretoria Executiva e dos demais colegiados nos últimos três anos, bem como o valor médio da remuneração.

VALOR ANUAL DA REMUNERAÇÃO INDIVIDUAL MÁXIMA E MÍNIMA DOS MEMBROS DA DIRETORIA EXECUTIVA, CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO, CONSELHO FISCAL E MEMBROS DO COMITÊ DE AUDITORIA (R\$)

ITEM	DIRETORIA EXECUTIVA			CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO			CONSELHO FISCAL			COMITÊ DE AUDITORIA			COMITÊ DE PESSOAS, ELEGIBILIDADE, SUCESSÃO E REMUNERAÇÃO		
	2023	2022	2021	2023	2022	2021	2023	2022	2021	2023	2022	2021	2023	2022	2021
Número de membros	04	04	04	07	05	05	03	03	03	03	03	03	03	00	00
Valor da Maior Remuneração	1.041.689	973.768	973.768	98.001	91.656	91.656	98.001	91.656	91.656	98.001	91.656	91.656	49.001	00	00
Valor da Menor Remuneração	993.611	928.825	928.825	98.001	91.656	91.656	98.001	91.656	91.656	98.001	91.656	91.656	49.001	00	00
Valor Médio da Remuneração	1.005.630	940.061	940.061	98.001	91.656	91.656	98.001	91.656	91.656	98.001	91.656	91.656	49.001	00	00

NOTA: Na composição da remuneração individual estão incluídos os honorários mensais, as férias e a gratificação natalina com base na aprovação dos valores pela AGO.

REMUNERAÇÃO VARIÁVEL

O Programa de Remuneração Variável (RVA) é um instrumento de gestão que busca alinhar esforços dos membros da Diretoria Executiva com vistas ao atendimento dos objetivos estratégicos da companhia, incluindo a execução de políticas públicas, por meio de fixação de metas de resultado, adoção de boas práticas de governança corporativa e gestão de riscos. Tal programa permite a indução de comportamentos e o direcionamento de esforços operacionais, bem como viabiliza desempenho alinhado às metas de longo prazo.

O programa vincula a parcela da remuneração ao desempenho dos seus diretores, de modo a garantir a implementação da estratégia corporativa e o alcance de resultados.

Participam do programa todos os membros da Diretoria Executiva da PPSA, sejam estes ativos ou os desligados ao longo do exercício, desde que tenham ocupado o cargo de direção por período igual ou superior a trinta dias. O valor correspondente à parcela da RVA a ser destinada a cada participante é calculado proporcionalmente ao tempo de efetivo trabalho no respectivo exercício. O Programa não se aplica aos membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal.

O programa é mensurado por meio de indicadores, distribuídos em três dimensões: econômico-financeira, atuação em políticas públicas e governança corporativa. Cada dimensão contém dois indicadores, com pesos pré-estabelecidos. Em 2023, a PPSA considerou como gatilho para acionamento da remuneração variável dos diretores, o atingimento de 90% do “Indicador de Volume de óleo da União comercializado”. O RVA 2023 obteve 105,3% de resultado final, resultando no pagamento de 1,053 salário para cada diretor.

DIMENSÕES	INDICADOR	SINAL*	META	UNIDADE DE MEDIDA	PESO	RESULTADO	PAGAMENTO RESPECTIVO	PESO PONDERADO PARA PAGAMENTO
Econômico Financeiro	Despesa total da PPSA (milhões R\$) / Volume de óleo comercializado (milhões bbl)	-	6,37 R\$/bbl	R\$/bbl	15%	6,02 R\$/bbl	110%	16,5%
	Receita para a União	+	R\$ 5.838 milhões	R\$	15%	R\$ 6.019 milhões	104%	15,6%
Políticas Públicas	Volume de óleo da União comercializado	+	15,78 milhões de barris	bbl (barris de óleo)	25%	16,32 milhões de barris	104%	26,0%
	Atendimento de abllots e AFEs no Prazo	+	93%	%	25%	99%	110%	27,5%
Governança, Conformidade e Transparência	Indicador de Conformidade Sest (IC-Sest)	+	1.000	pontos	10%	958	95%	9,5%
	Índice de Realização do Planejamento Estratégico corporativo	+	94%	%	10%	95%	102%	10,2%

*O sinal será positivo (+) quando o indicador for do tipo ‘maior-melhor’ e negativo (-) caso contrário.

TOTAL: 105,3%



02

CENÁRIO EXTERNO

O SETOR DE PETRÓLEO E GÁS NATURAL ▶

Conflitos internacionais, como a guerra da Ucrânia, as demais questões geopolíticas e as incertezas sobre as principais economias mundiais são fatores que influenciaram o setor de óleo e gás em 2023.

A guerra no Oriente Médio, por exemplo, provocou apreensões sobre potenciais interrupções no fornecimento em caso de escalada. Os preços dispararam quando o movimento islâmico palestino Hamas lançou uma ofensiva contra Israel, em outubro, e o mercado ficou com receio de desabastecimento.

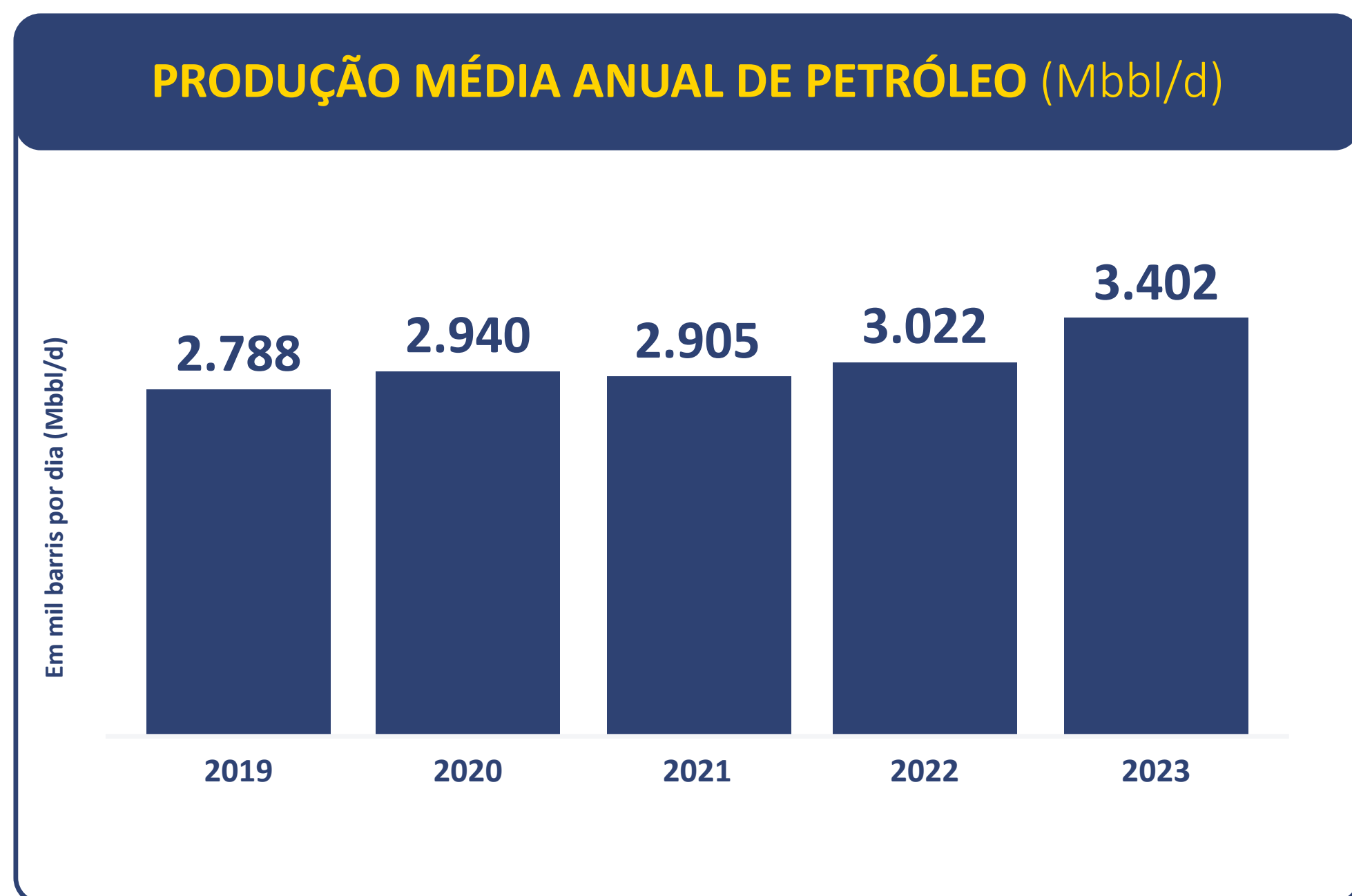
No Brasil, o ano de 2023 começou com a posse de um novo governo e o lançamento das diretrizes do programa Gás para Empregar, que promete avanços importantes para o aumento da oferta de gás natural no país.

Crédito: Agência Petrobras

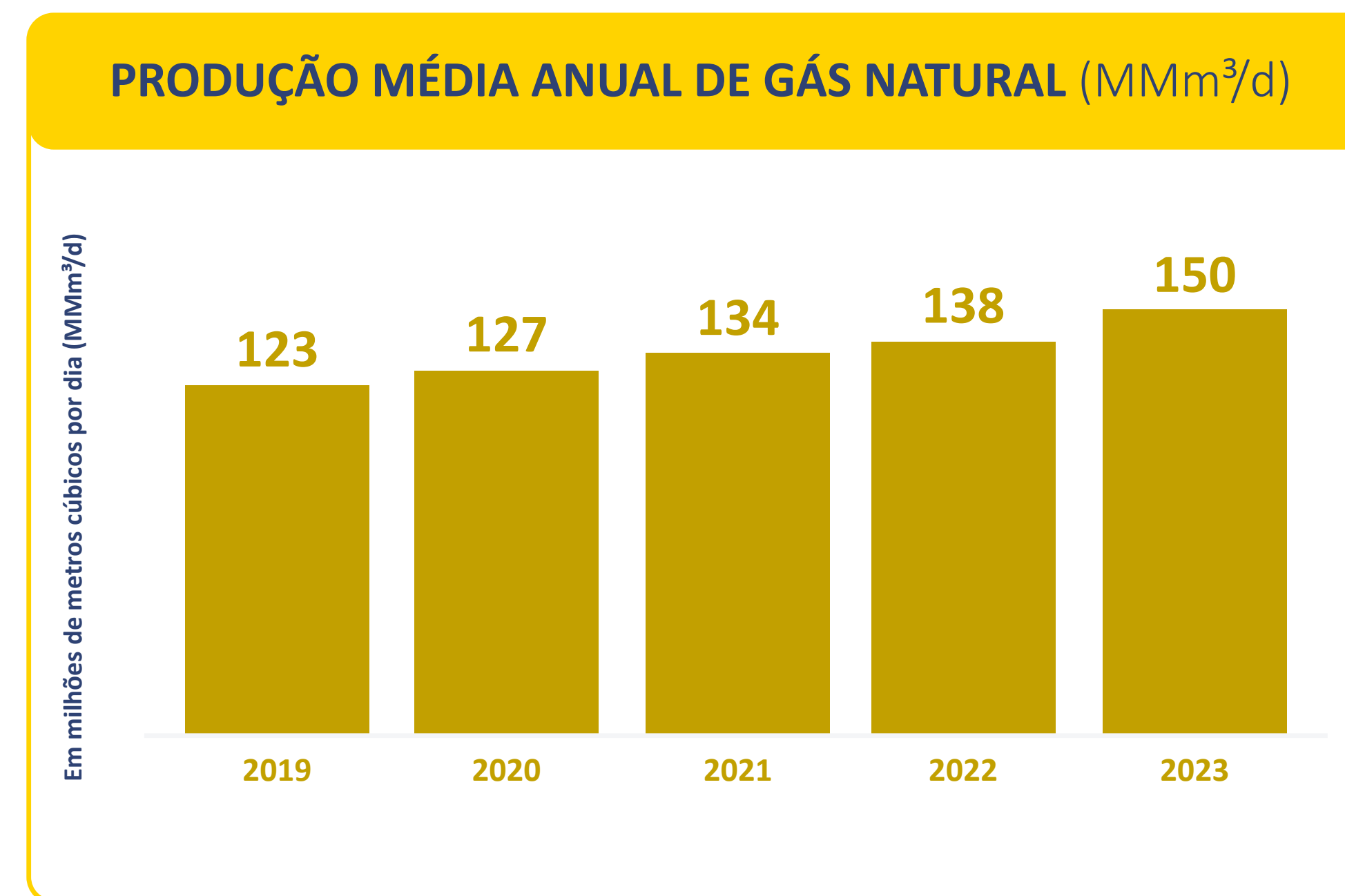


De acordo com a Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), em 2023, a produção média anual de petróleo ficou em 3,402 milhões de barris/dia, valor 12,57% acima do recorde que foi observado no ano anterior (2022), quando atingiu 3,022 milhões de barris/dia. A produção de gás natural no ano de 2023 atingiu a média anual de 150 milhões de m³/dia, cerca de 8,7% maior do que a observada no ano anterior (2022), quando atingiu 138 milhões de m³/dia.

O Brasil é o sétimo maior produtor mundial de petróleo do mundo e o oitavo maior consumidor de derivados. Em 2023, o Brasil exportou cerca de 1,6 milhão de barris por dia, o que coloca o país entre os 10 maiores exportadores de petróleo do mundo.



Fonte: ANP



Fonte: ANP

A PRODUÇÃO DE ÓLEO NO BRASIL E OS CONTRATOS DE PARTILHA

7º

maior produtor de petróleo condensado do mundo

(IEA/Oil Market Report Dez/2023)

8º

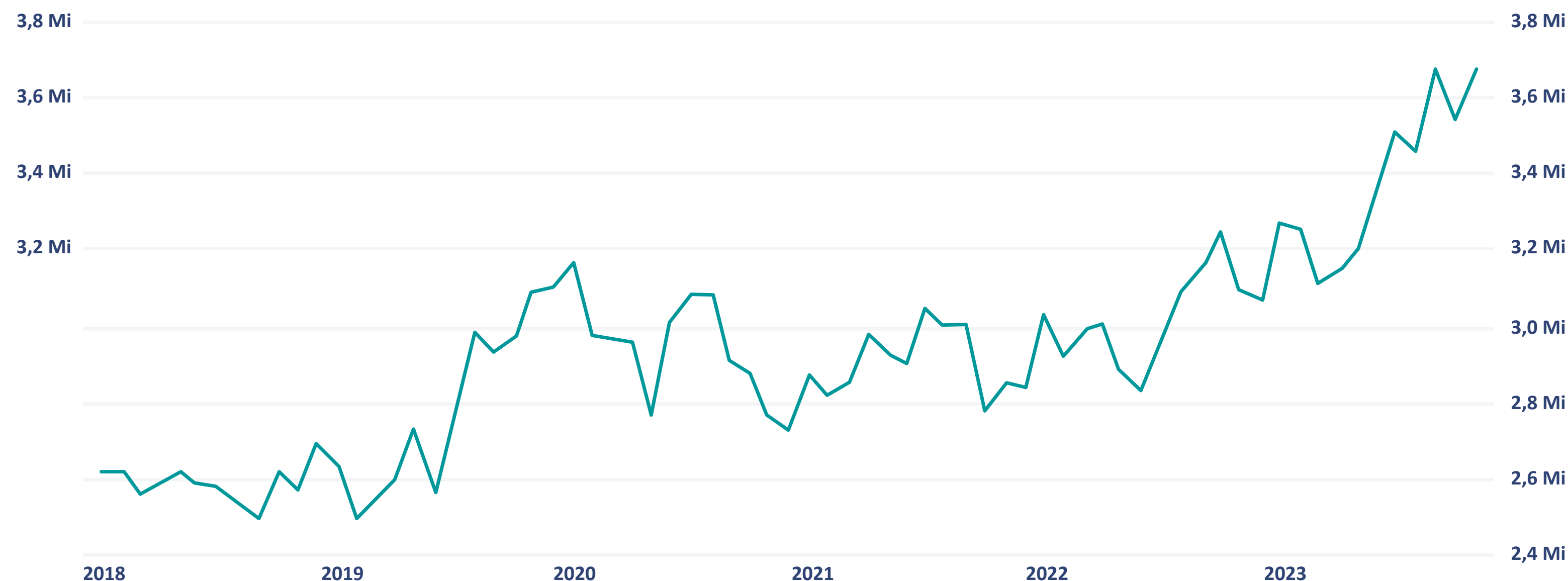
maior consumidor de petróleo do mundo

(Energy Institute 2023)

Entre os 10 maiores exportadores de petróleo do mundo
1,6 Milhão bpd (2023)

PRODUÇÃO DE ÓLEO NO BRASIL (bpd)

● Petróleo (bbl/d)

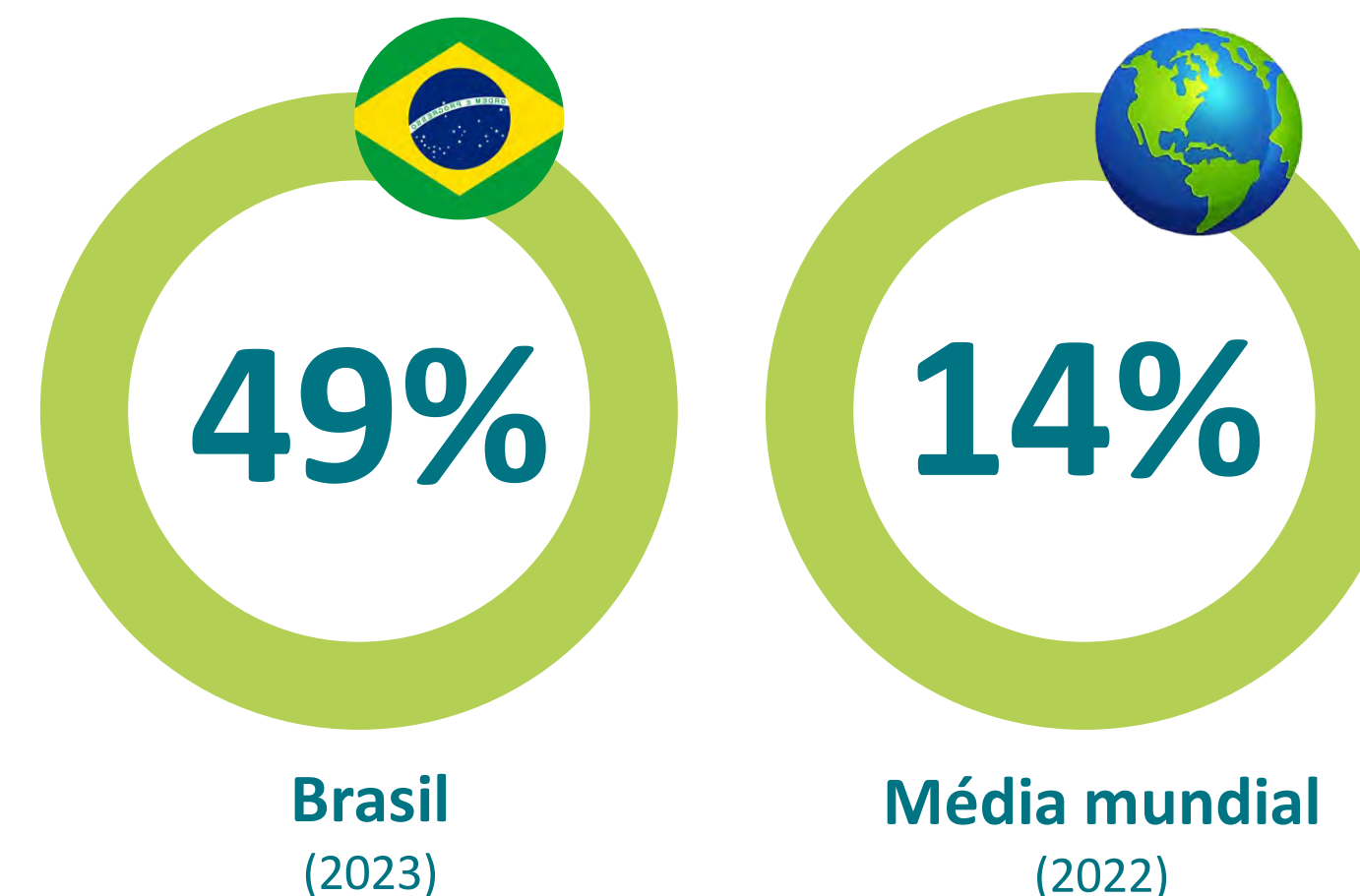


Produção de óleo (bpd)	dezembro/22	dezembro/23	-
Brasil	3.073.766	3.585.139	▲ 17%
Partilha	760.519	991.505	▲ 30%

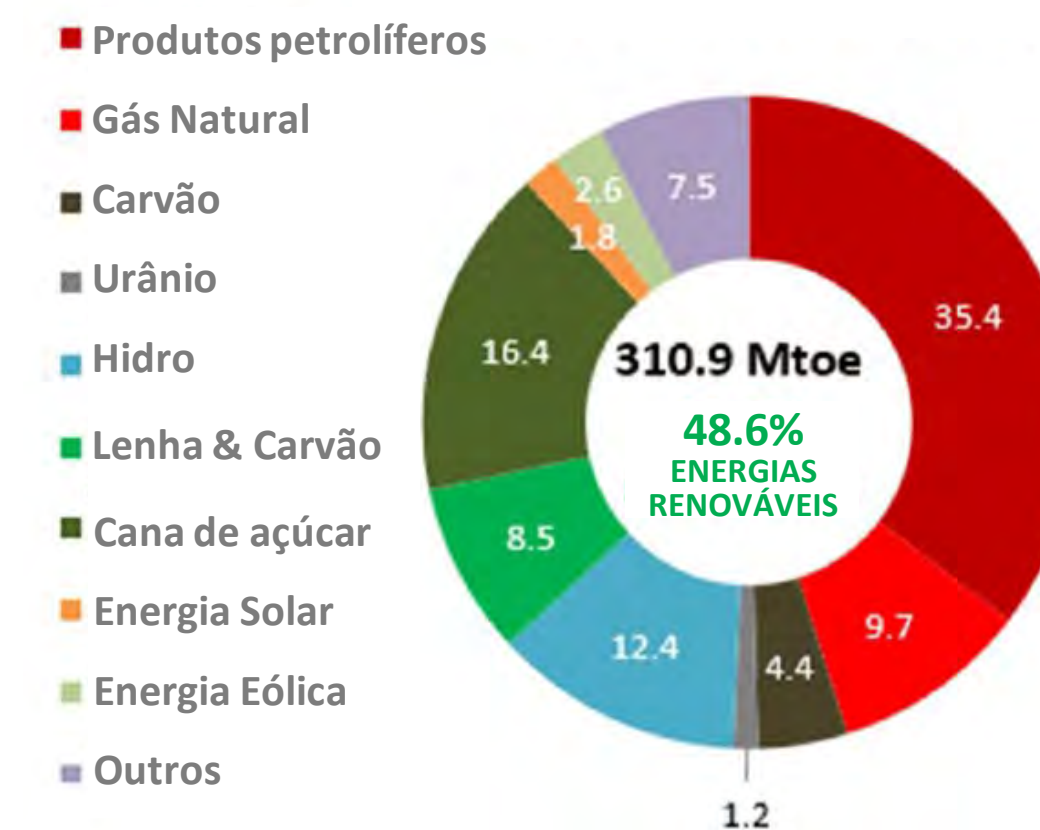
TRANSIÇÃO ENERGÉTICA

A transição para uma economia de energia mais limpa está entre as principais pautas do setor. O Brasil é um importante player na transição energética. Nosso país já possui uma das matrizes energéticas mais limpas do mundo, com 49% de renováveis (2023), contra uma média global de 14%. Adicionalmente, o Brasil possui uma das matrizes elétricas mais limpas do mundo, com 89% de renováveis, contra uma média mundial de 29%. O Brasil também possui um sistema integrado com mais de 180 mil km de linhas de transmissão, que permite entregar energia limpa em praticamente todo o território nacional. Somos também o 2º maior produtor e consumidor de biocombustíveis do mundo, com mais de 20% de renováveis na nossa matriz de transporte e temos uma das energias eólicas e solares mais competitivas do mundo.

Embora a estimativa seja de crescimento para a produção de petróleo nos próximos anos, inclusive no Brasil, a indústria está trabalhando pela descarbonização de suas atividades. O petróleo produzido no pré-sal brasileiro está entre os menos poluentes do mundo e há inúmeras iniciativas tecnológicas sendo implantadas para reduzir ainda mais as emissões. Com isso, a produção brasileira ajuda a reduzir a média global de emissões de combustíveis fósseis. Vale mencionar que as emissões no upstream correspondem apenas entre 1 e 2% das emissões do Brasil. De acordo com estudos da EPE, o Brasil continuará sendo produtor de petróleo mesmo no cenário de net zero.



2023 MATRIZ DE ENERGIA



Fonte: MME

O REGIME DE PARTILHA DE PRODUÇÃO

No Brasil, temos três regimes jurídico-fiscais para a exploração e produção de petróleo e gás natural: o de concessão, o de partilha de produção e o de cessão onerosa. O regime de partilha, no qual atuamos como gestores dos contratos celebrados, foi instituído em 2010 com a Lei nº 12.351/2010, mas passou a vigorar no país em 2013, com a assinatura do Contrato de Partilha de Produção (CPP) de Libra, sendo adotado nas operações realizadas no Polígono do Pré-Sal e em áreas estratégicas.

O modelo de partilha de produção se distingue pela participação do Estado, sem investir ou correr risco, nas atividades de exploração e produção, além de regulá-las e fiscalizá-las (papel da ANP). No leilão para oferta de áreas, o bônus de assinatura é fixo, sendo vencedor a empresa ou o consórcio que ofertar o maior percentual de Excedente em Óleo para a União.

A remuneração do Estado se dá pela tributação, pelo pagamento de participações governamentais e pela comercialização da parcela do Excedente em Óleo a que a União tem direito. Além do Brasil, países como Rússia, Índia, China, Indonésia, Nigéria, Angola e Cazaquistão também trabalham com esse regime.

Nos contratos de partilha, os custos da operação exploratória são descontados do valor total extraído e o excedente de óleo que ultrapassar esse valor de custo é partilhado entre a empresa ou consórcio vencedor da licitação da área e a União.

Até o momento, já foram realizadas dez rodadas de partilha de produção. Como resultado dessas rodadas, foram assinados 23 contratos. No primeiro semestre de 2024 será assinado mais um contrato, fruto de rodada realizada ao final de 2023. Os contratos são assinados, em nome da União, pelo Ministério de Minas e Energia (MME) e são geridos por nossa empresa.



Crédito: Agência Petrobras

O QUE OS CONTRATOS DE PARTILHA REPRESENTAM PARA O BRASIL



9

Contratos comerciais



45%

das reservas de petróleo do Brasil



29%

da produção nacional de óleo e gás



1.000.000

de bpd de produção de petróleo



2 Tri

de reais em comercialização de óleo e gás, tributos e PGs



700 Bi

de reais em Compensações & Investimentos



60 a 70%

do GT é da União, em média



34%

dos royalties arrecadados em 2023



28%

do montante correspondente à cláusula de PD&I em 2023



6 Bi

para o Fundo Social em 2023

EVOLUÇÃO DOS CONTRATOS SOB GESTÃO DA PPSA

2013

01

2018

14

2020

17

2022

19

2023

23

Crédito: Agência Petrobras





LINHA DO TEMPO



RODADA	CONTRATO	OPERADOR	ASSINATURA	EXCEDENTE EM ÓLEO PARA A UNIÃO	BÔNUS
RODADA 01	Libra	Petrobras	Dezembro/2013	41,65%	R\$ 15 bi
RODADA 02	Entorno de Sapinhoá Norte de Carcará Sul de Gato do Mato	Petrobras Equinor Shell	Janeiro/2018 Janeiro/2018 Janeiro/2018	80,00% 67,12% 11,53%	R\$ 3,3 bi
RODADA 03	Alto de Cabo Frio Central Alto de Cabo Frio Oeste Peroba	Petrobras Shell Petrobras	Janeiro/2018 Janeiro/2018 Janeiro/2018	75,86% 22,87% 76,96%	R\$ 2,8 bi
RODADA 04	Dois Irmãos Três Marias Uirapuru	Petrobras Petrobras Petrobras	Dezembro/2018 Dezembro/2018 Dezembro/2018	16,43% 49,95% 75,49%	R\$ 3,1 bi
RODADA 05	Saturno Pau Brasil Titã Sudoeste de Tartaruga Verde	Shell BP Exxon Mobil Petrobras	Dezembro/2018 Dezembro/2018 Dezembro/2018 Dezembro/2018	70,20% 63,79% 23,49% 10,01%	R\$ 6,8 bi
RODADA 06	Aram	Petrobras	Março/2020	29,96%	-
1ª RODADA DOS VOLUMES EXCEDENTES DA CESSÃO ONEROSA	Búzios Itapu	Petrobras Petrobras	Março/2020 Março/2020	23,24% 18,15%	R\$ 69,96 bi
2ª RODADA DOS VOLUMES EXCEDENTES DA CESSÃO ONEROSA	Sépia Atapu	Petrobras Petrobras	Abril/2022 Abril/2022	37,43% 31,68%	R\$ 11,14 bi
1º CICLO DA OFERTA PERMANENTE DE PARTILHA	Água-Marinha Norte de Brava Sudoeste de Sagitário Bumerangue	Petrobras Petrobras Petrobras BP Energy	Mai/2023 Mai/2023 Mai/2023 Junho/2023	42,40% 61,71% 25,00% 5,90%	R\$ 65,44 mi R\$ 511,69 mi R\$ 330,25 mi R\$ 8,86 mi
2º CICLO DA OFERTA PERMANENTE DE PARTILHA	Tupinambá	BP	2024	6,5%	R\$ 7,04 mi

Conheça como funciona o ciclo do regime de partilha de produção e os principais conceitos associados a este regime:

CICLO DO REGIME DE PARTILHA DE PRODUÇÃO

- 1**  O Conselho Nacional de Política Energética (CNPE) propõe ao Presidente da República os blocos a serem licitados em regime de partilha de produção. Havendo resolução do CNPE, os blocos são ofertados nas licitações promovidas pela Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustível (ANP).
- 2**  Vence o leilão a empresa ou consórcio de empresas que oferecer o maior percentual de excedente óleo para a União, respeitado o mínimo estabelecido no edital.
- 3**  Os contratos de partilha de produção são celebrados entre a União, representada pelo Ministério de Minas e Energia (MME), como contratante; a ANP, como reguladora e fiscalizadora; a PPSA, como gestora; e a empresa contratada ou consórcio de empresas.
- 4**  No curso do contrato de partilha de produção, a PPSA pratica todos os atos necessários à sua gestão, especial, representando os interesses da União nos consórcios e defendendo seus interesses nos comitês operacionais, cujo presidente é indicado pela gestora, avaliando técnica e economicamente os planos de exploração, avaliação, desenvolvimento e produção, fazendo cumprir as exigências contratuais de conteúdo local, monitorando e auditando a execução dos projetos, bem como seus custos e fornecendo, à ANP, as informações necessárias às suas funções regulatórias.

CICLO DO REGIME DE PARTILHA DE PRODUÇÃO

5



Iniciadas as atividades de exploração e produção de petróleo e gás natural, a PPSA passa a reconhecer mensalmente os gastos realizados pelos contratados na execução dessas atividades, computando-os na Conta Custo em Óleo conforme as regras estabelecidas pela Lei nº 12.351/2010 e pelo contrato de partilha de produção. Após a eventual declaração de comercialidade de uma área, tem início a recuperação dos dispêndios efetuados pelos contratados, por meio de volumes de Petróleo e Gás Natural a eles disponibilizados que correspondem aos valores creditados na conta custo em óleo.

6



O passo seguinte é o cálculo mensal do Excedente em Óleo, que nada mais é do que a diferença em determinado mês entre o volume total produzido, o custo em óleo (volume correspondente aos gastos incorridos e reconhecidos) e o volume correspondentes aos royalties devidos. O Excedente em Óleo é então dividido (partilhado) entre a União e os contratados, na proporção ditada pela alíquota de Excedente em Óleo da União que configurou a oferta da empresa ou consórcio vencedor do leilão. Importante considerar que, apesar de ter como base o percentual ofertado no leilão, o Excedente em Óleo que cabe à União sofre variações de acordo com preço do barril e com a produção por poço produtor.

7



A PPSA passa então a fazer a gestão da comercialização do quinhão de petróleo e gás natural a que a União faz jus. Essa venda pode ser realizada diretamente pela empresa ou por meio de agentes comercializadores. A estimativa é que 1,9 bilhão de barris de petróleo da União tenham sido comercializados até 2032.

8



Os recursos provenientes da comercialização do petróleo e do gás natural da União após as deduções legais são pagos diretamente ao Tesouro Nacional, de onde são aportados no Fundo Social e às áreas de educação e saúde.

PRINCIPAIS CONCEITOS



Crédito: Freepik

CUSTO EM ÓLEO

Os contratados arcam com todos os custos do empreendimento, aportando investimentos nas atividades de exploração e produção. Porém, se houver sucesso exploratório, são reembolsados com um volume de hidrocarbonetos denominado “custo em óleo”, como forma de ressarcimento por terem realizado esses investimentos.

Em regra, todos os gastos relacionados às atividades de exploração, avaliação, desenvolvimento, produção e desativação das instalações (em definição ampla, atividades de E&P) são passíveis de reconhecimento como custo em óleo.



Crédito: Freepik

EXCEDENTE EM ÓLEO OU ÓLEO LUCRO

O excedente em óleo ou óleo lucro é a diferença entre o volume total produzido, o custo em óleo e o volume correspondente aos royalties devidos.

É este saldo que será partilhado entre as empresas participantes do consórcio e a União, conforme percentual ofertado no leilão.

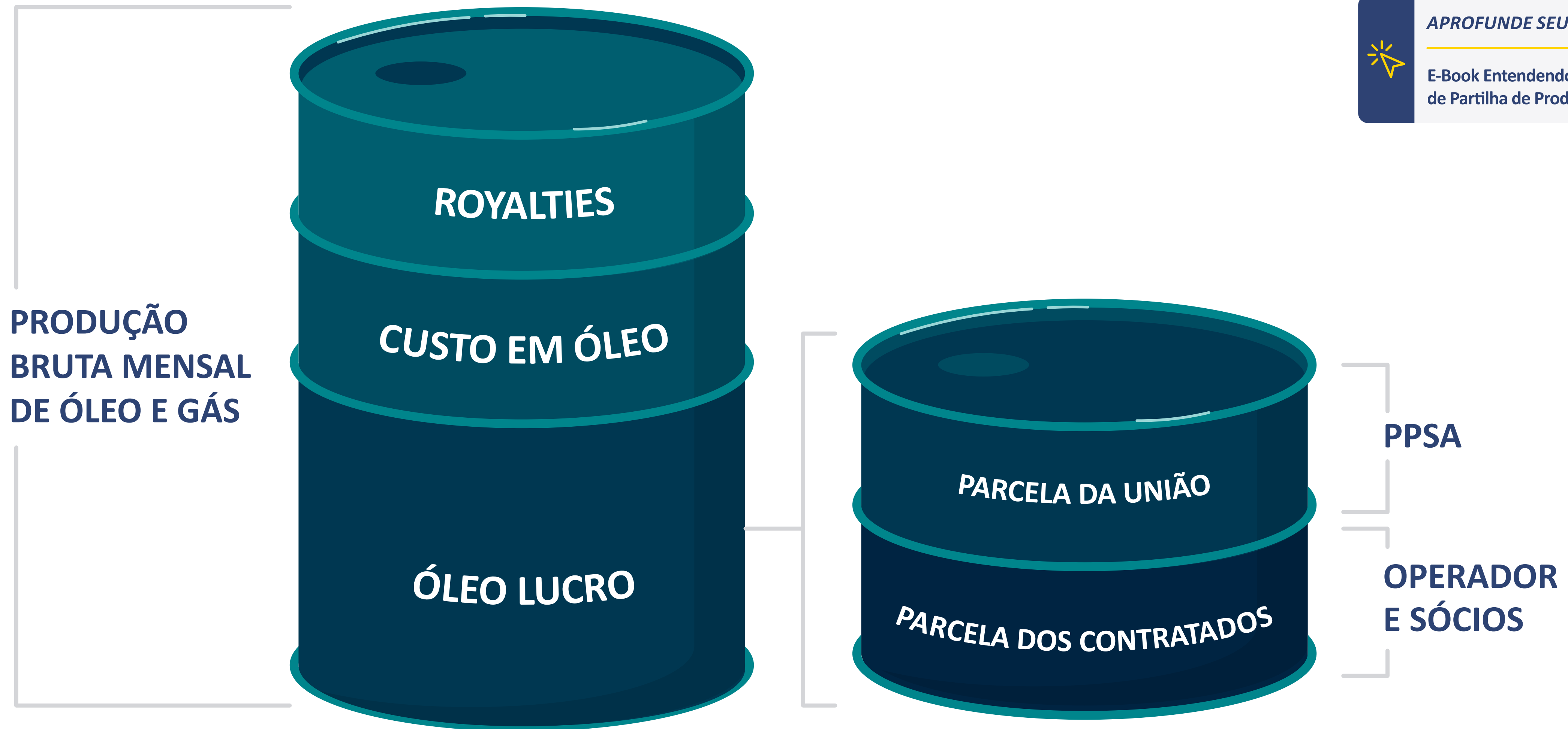


Crédito: Agência Petrobras

EXCEDENTE EM ÓLEO DA UNIÃO

É a parcela exclusiva da União. Importante lembrar que o percentual que a União faz jus varia a cada contrato, conforme definido pelas ofertas vencedoras nos leilões de partilha de produção.

A maior alíquota ofertada à União é de 80% no CPP Entorno de Sapinhoá e a menor de 5,9% no CPP de Bumerangue.



APROFUNDE SEU CONHECIMENTO:



E-Book Entendendo o Regime de Partilha de Produção

▶ O POLÍGONO DO PRÉ-SAL

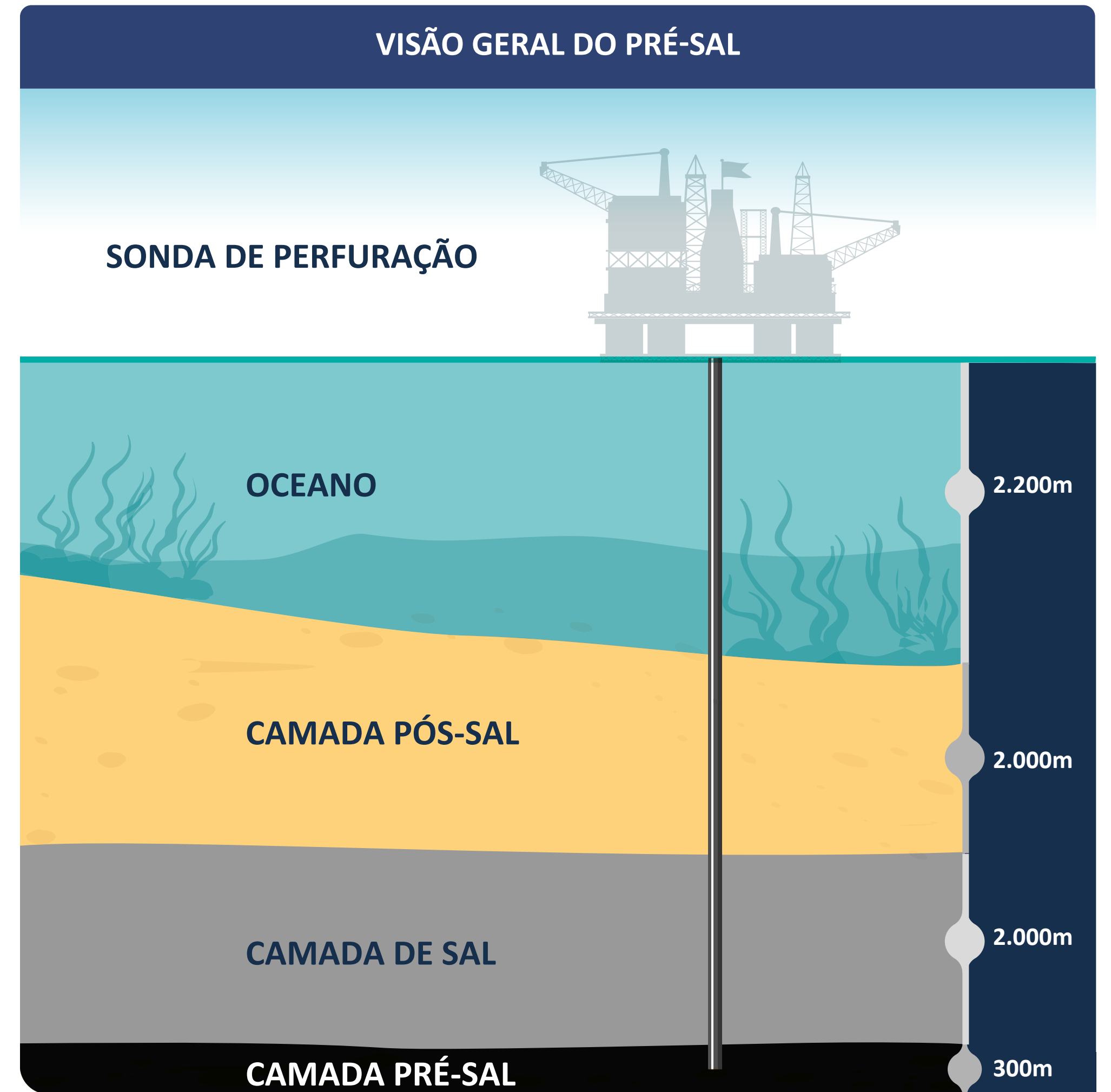
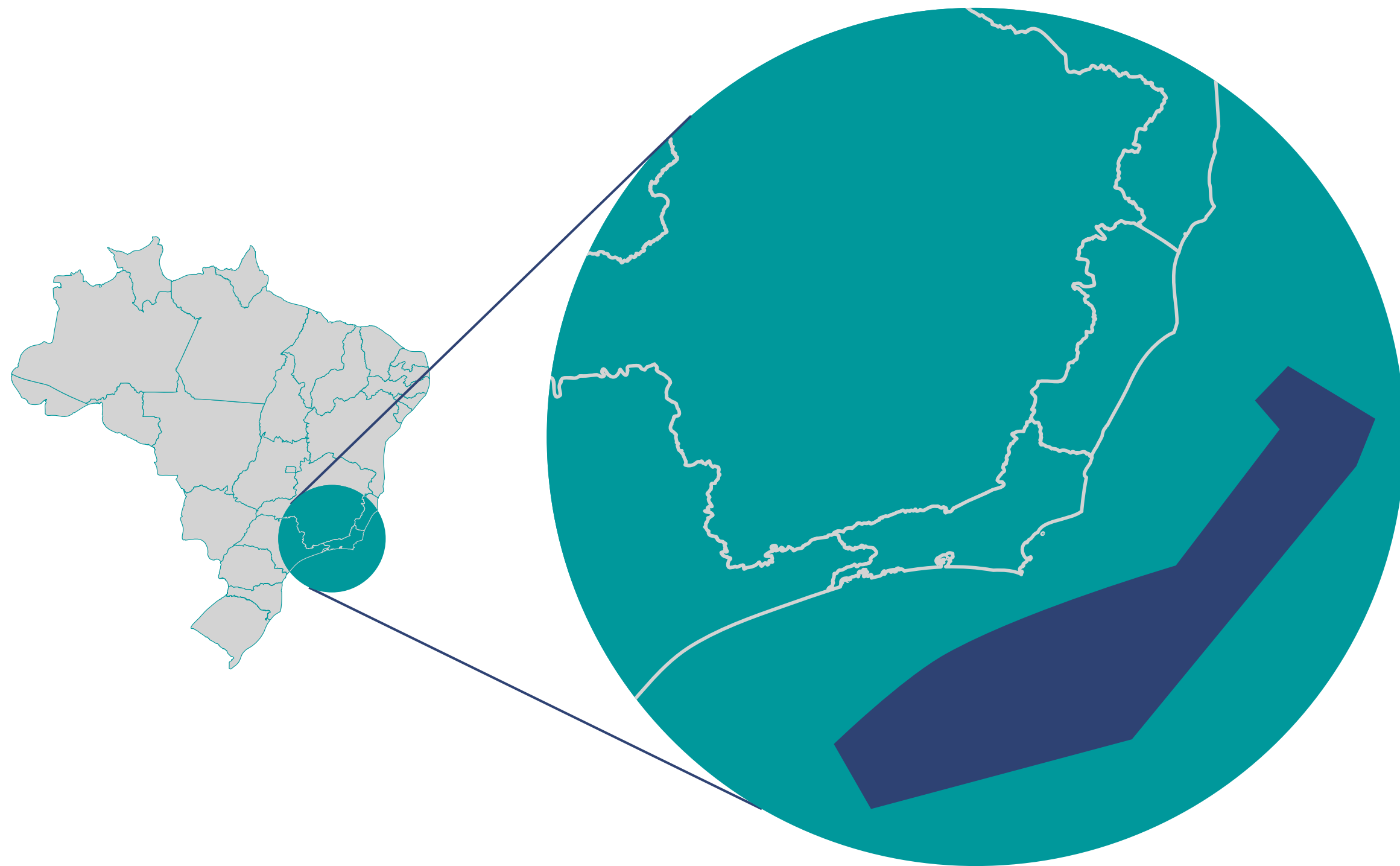
A camada pré-sal, reservatório de grandes acumulações de óleo leve, de excelente qualidade e com alto valor comercial, foi considerada uma nova fronteira petrolífera e colocou o Brasil entre os maiores produtores mundiais de petróleo, com sucessivos recordes de produção.

O Polígono do Pré-Sal vai do litoral norte de Santa Catarina até o sul do Espírito Santo, com uma área de aproximadamente 149 mil quilômetros quadrados no mar territorial. Os reservatórios estão a quase 7 mil metros de profundidade a partir do nível do mar - cerca de dois mil metros de água e mais de quatro mil metros de rochas das camadas pós-sal e sal, até as jazidas de petróleo. Os poços são de alta produtividade e possuem petróleo com a menor emissão de gases poluentes do setor.

Todos os 23 contratos de partilha de produção geridos pela PPSA estão situados no Polígono do Pré-Sal.

No passado recente observa-se não terem ocorrido descobertas de volumes substantivos, fazendo com que o indicador de risco exploratório, considerado até então baixo, tenha hoje alcançado o mesmo nível da média mundial. Em função disso, colocamos em nosso Planejamento Estratégico 2024-2028 iniciativa para estudar ações que possam aumentar a atratividade do Polígono do Pré-Sal, a fim de evitar a redução dos níveis de investimento, a devolução de blocos arrematados nas rodadas de licitação e garantir melhores resultados tanto para os parceiros quanto para a União.







03

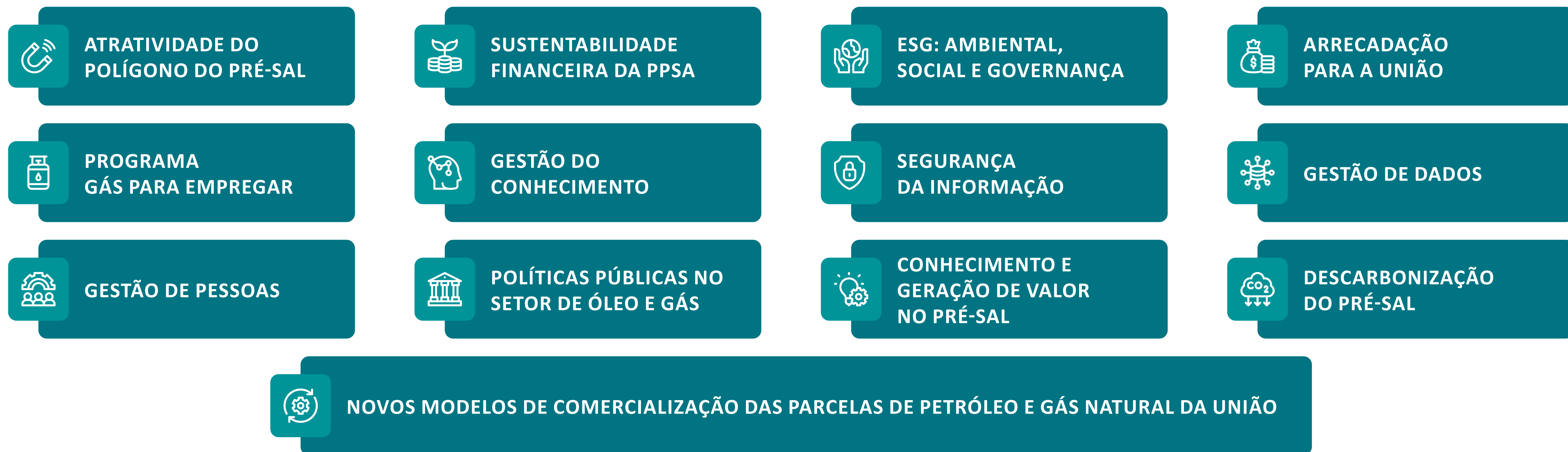
COMO GERAMOS VALOR

MATERIALIDADE

A matriz de materialidade representa os temas mais importantes para nossa empresa, considerando o potencial que tais assuntos têm de afetar nossa capacidade de geração de valor a curto, médio e longo prazos, podendo, portanto, impactar o negócio, positiva ou negativamente.

Para compor a matriz de 2024, iniciamos o processo analisando os 11 temas mapeados em 2022. Naquele ano, realizamos pesquisa de materialidade, por meio de consulta online, junto aos nossos públicos de interesse (internos e externos) para entender os itens de maior impacto para os públicos. Avaliamos quais temas foram trabalhados ao longo de 2023 e já foram incorporados à rotina da empresa e também aqueles que serão alvo de esforços em 2024. Juntamos a esse rol os temas elencados na elaboração do Plano Estratégico 2024-2028 e no processo de Gerenciamento de Riscos.

Esta análise resultou na exclusão de quatro itens, na reformulação de dois temas e na inclusão de seis assuntos. Resultando, assim, na priorização de 13 temas materiais.



MODELO DE NEGÓCIOS

O modelo de negócios descreve como transformamos nossos capitais em geração de valor para a União.

NOSSOS CAPITAIS



FINANCEIRO

Formado pelos recursos que temos disponíveis para realizar nossas atividades: contrato de remuneração com o Ministério de Minas e Energia (MME) pelos serviços prestados à União, participação no bônus das rodadas de licitação e ganhos financeiros.



HUMANO

Formado pela nossa equipe altamente capacitada e experiente no setor de óleo, que com comprometimento e ética tem trazido os melhores resultados para a empresa.



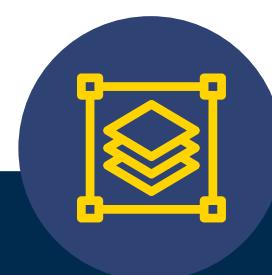
INTELECTUAL

Formado pelo conjunto de metodologias, processos de gestão e modelos de contratos, entre outros, criados a partir do nosso conhecimento. Nosso capital intelectual traz colaborações efetivas para o desenvolvimento das atividades no Polígono do Pré-Sal.



SOCIAL

Formado pelo nosso relacionamento contínuo e ético com nossos públicos de interesse, sempre voltados à colaboração com a indústria e o governo, garantindo resultados duradouros da exploração e produção de petróleo e gás no Polígono do Pré-Sal para toda a sociedade.



MANUFATURADO

Formado pela nossa estrutura física e por nossos recursos de Tecnologia de Informação e de Comunicação.



CAPITAL NATURAL

Formado por todos os recursos e processos renováveis e não renováveis que fornecem bens ou serviços que apoiam a prosperidade passada, presente e futura de uma organização.

COMO GERAMOS VALOR EM 2023

TRANSFORMAMOS NOSSOS CAPITALS

FINANCEIRO

Orçamento anual de R\$ 129,3 milhões.

HUMANO

61 empregados - 82% com especialização, mestrado ou doutorado.

INTELECTUAL

Desenvolvimento de modelagens de reservatórios, avaliações econômicas, modelos de comercialização, estudos de eficiência operacional, estimativas de produção, gestão tecnológica e estudos para o Programa Gás para Empregar.

SOCIAL

Relacionamento com 15 empresas atuantes no regime de partilha, órgãos de governo, sociedade e imprensa.

MANUFATURADO

Escritório no Rio de Janeiro, softwares para simulação de reservatórios e Sistema de Gestão de Gastos de Partilha de Produção (SGPP).

NATURAL

Acompanhamento dos temas ambientais no setor de óleo e gás.

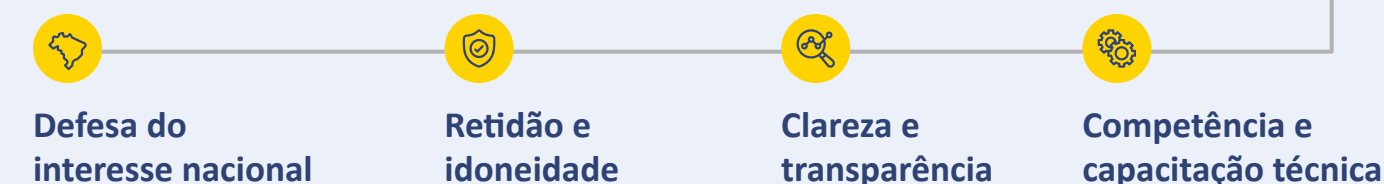
POR MEIO DE NOSSAS ATIVIDADES E COM BASE EM NOSSOS VALORES

ATUAMOS REGULARMENTE EM TRÊS FRENTES:



Maximizar os resultados econômicos nos contratos de partilha de produção, na representação da União nos procedimentos de individualização da produção e na gestão dos contratos de comercialização de petróleo, gás natural e outros hidrocarbonetos fluidos da União.

Merecer o reconhecimento da sociedade, na qualidade de sócia dos consórcios, pela eficiência na gestão e viabilização econômica dos projetos, conciliando os interesses da União com o avanço da indústria nacional e o desenvolvimento social.



EM VALOR PARA A UNIÃO

FINANCEIRO

Arrecadação para o Tesouro Nacional de R\$ 6,02 bilhões.

HUMANO

Alta eficiência na gestão dos contratos. Desenvolvimento de concurso público para 2024.

INTELECTUAL

Negociação de acordos de unitização de áreas não contratadas representando a União; gestão dos contratos de partilha maximizando o resultado econômico para a União; maior competitividade nos contratos de comercialização; e contribuição com políticas públicas desenvolvidas pelo MME, especialmente para a expansão do mercado de gás natural.

SOCIAL

Parceria com empresas que atuam no pré-sal; ampliação da transparência; participação em eventos técnicos; e aumento da visibilidade da PPSA pela sociedade.

MANUFATURADO

Investimento de R\$ 17,2 milhões em softwares especialistas de geociências e no SGPP.

NATURAL

Criação de uma Diretriz Estratégica para fomentar ações de descarbonização nos consórcios.

Em 2023, arrecadamos R\$ 6,02 bilhões com a comercialização das parcelas de petróleo e gás natural a que a União tem direito nos contratos de partilha de produção. Desde a criação da empresa, mais de R\$ 14 bilhões já foram arrecadados para a União.

Como vemos ao longo deste relatório, muito trabalho é realizado em todas as áreas da empresa para se chegar a este excelente resultado. Dadas as regras do regime de partilha, uma parte fundamental da garantia de valores para o Estado é conseguir a recuperação ideal dos recursos em cada contrato, maximizar o resultado econômico para a União, o que se consegue pela persecução do máximo valor dos projetos, e garantir que seja atribuída ao Estado Brasileiro a sua quota legítima de produção.

Entre as ferramentas utilizadas para a obtenção destes resultados estão a liderança e participação ativa nos comitês operacionais e técnicos dos 23 consórcios que atuam no regime de partilha, um trabalho aprofundado de estudos e verificações in-house que nos permite contribuir com soluções robustas em todos os planos e programas, desde a exploração até o desenvolvimento e produção/operação; a análise e a aprovação de todas as contratações de equipamentos e serviços; o reconhecimento e auditoria de todos custos incorridos; o cálculo dos valores de produção devidos à União; o monitoramento e acompanhamento da performance do reservatório e das operações; e, principalmente, a realização de processos competitivos para a comercialização das parcelas de petróleo e gás natural da União.

COMO GERAMOS VALOR PARA A UNIÃO

EQUIPE TÉCNICA QUALIFICADA • GOVERNANÇA EFETIVA

Alta eficiência na gestão dos contratos

Acompanhamento da performance da produção

Garantia de um correto processo de reconhecimento de custos

Análises econômicas e técnicas para melhor recuperação dos hidrocarbonetos da União

Construção de modelos geológicos que embasam as negociações nos acordos de individualização da produção

Realização de processos de comercialização competitivos para a produção de óleo e gás natural da União

Garantia de que seja atribuída ao Estado Brasileiro a sua quota legítima de produção

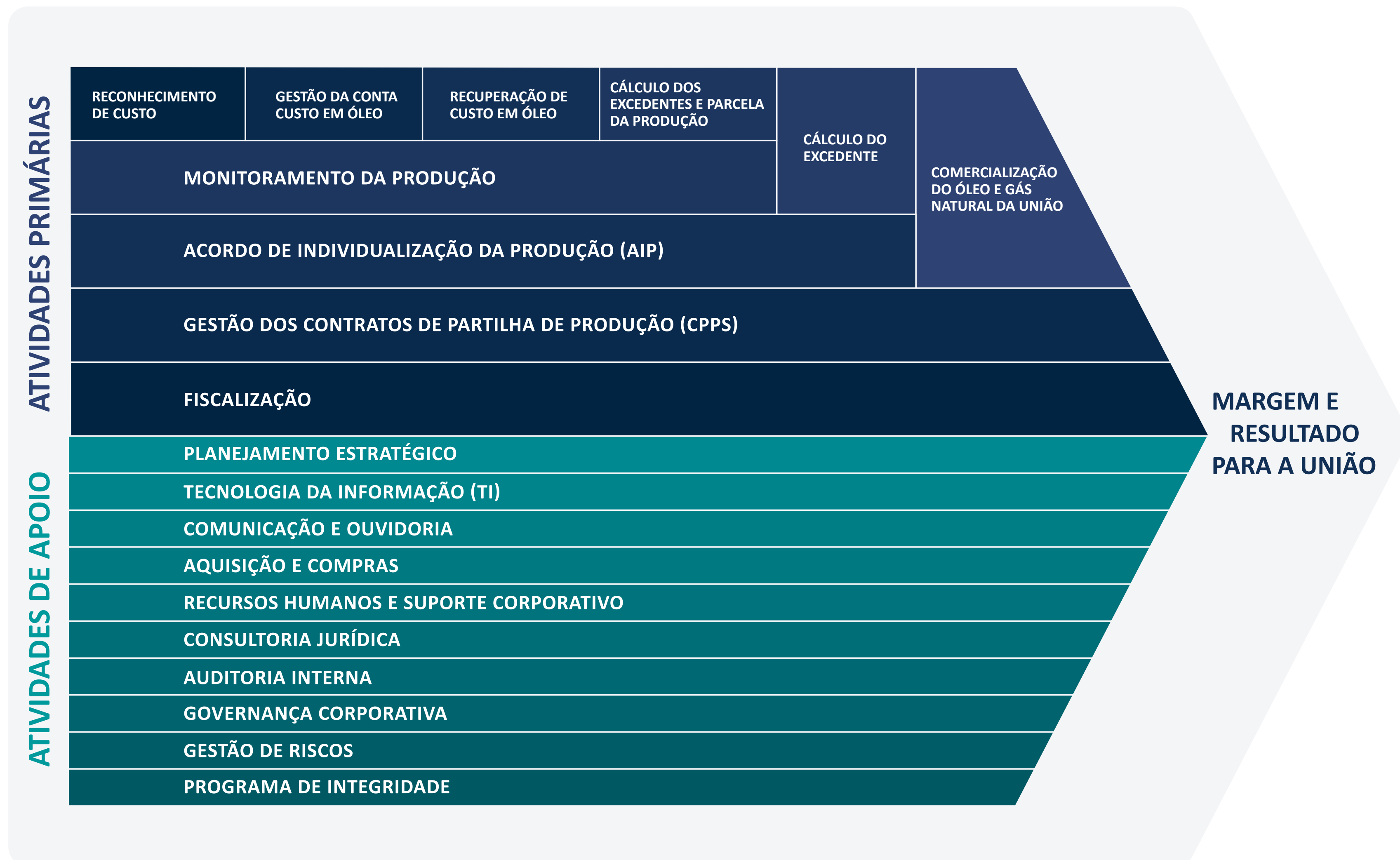


ARRECADÇÃO DE
R\$ 6,02 BILHÕES
EM 2023

CADEIA DE VALOR

Estabelecemos nossa cadeia de valor a partir dos nossos três pilares de atuação e suas atividades primárias.

A seguir, detalhamos os macroprocessos e as atividades a eles associadas. Todo o trabalho é realizado com o propósito de maximizar, para a União, os resultados econômicos obtidos em nossas atividades.



MACROPROCESSO DE GESTÃO DOS CONTRATOS DE PARTILHA DE PRODUÇÃO

- 01 Atuação dos gerentes executivos representando a gestora nos comitês operacionais de cada consórcio. Com o apoio dos corpos técnico e jurídico, aprovam as contratações a serem realizadas pelos consórcios e as estratégias e planos de trabalho na etapa de exploração.
- 02 À medida que um projeto amadurece, outras atividades primárias vão surgindo. A primeira é a de reconhecimento de custos, uma análise técnica e contratual da conformidade dos custos apresentados pelos operadores que servirá de base para o cálculo da conta de custo em óleo gerida pela empresa (atividade primária de gestão da conta de custo em óleo).
- 03 O projeto avança, são realizadas descobertas, o plano de desenvolvimento da produção é avaliado e aprovado, tem sua implantação monitorada e a produção se inicia. Passa a haver a contabilização e a ponderação entre petróleo e gás natural produzidos e os gastos incorridos pelo operador.
- 04 Em paralelo, é realizada a atividade de monitoramento da produção, que serve de subsídio para o cálculo da recuperação de custo em óleo e o cálculo dos excedentes em óleo (atividade primária de monitoramento da produção).
- 05 Com base na ponderação entre o volume produzido e o gasto incorrido, já é possível aos contratados recuperar, in natura, parte do gasto incorrido nas fases de exploração e desenvolvimento da produção (atividade primária de recuperação de custo em óleo). O valor a ser recuperado depende de parâmetros definidos no contrato de partilha de produção (atividade primária de cálculo do excedente e parcelas da produção).
- 06 Após a recuperação em óleo dos custos incorridos e do volume correspondente aos royalties pagos, o excedente em óleo é partilhado entre os contratados e a União (atividade primária de cálculo de excedente em óleo da União), sendo, posteriormente, comercializado pela PPSA.
- 07 Para averiguar a adequação dos custos apresentados, são realizadas atividades de auditoria do custo e do excedente em óleo no operador (atividade primária de fiscalização).

MACROPROCESSO DE GESTÃO DOS ACORDOS DE INDIVIDUALIZAÇÃO DA PRODUÇÃO (AIPs)

01

A União participa de AIPs quando neles estão envolvidas áreas não contratadas internas ao Polígono do Pré-Sal ou áreas estratégicas. Nesse sentido, avaliamos e negociamos a parcela da União nesses acordos (atividade primária de negociação de AIPs).



02

Após a definição da parcela da União, a PPSA negocia um acordo de equalização de gastos e volumes (EGV) com as partes unitizantes (atividade primária de EGV). Caso a União seja credora nessa equalização de gastos e volumes, a diferença entre as receitas e gastos é negociada e paga em pecúnia à União. Caso a União seja devedora, seu débito é quitado em petróleo e gás natural, com a própria parcela da produção cabível à União.



03

Com o objetivo de verificar os valores apresentados e negociados no processo de equalização de gastos e volumes, são realizadas atividades de auditoria (atividade primária de fiscalização).



04

A produção regular dos AIPs é acompanhada e, naturalmente, incorporada ao petróleo e ao gás natural da União e comercializada pela PPSA.

MACROPROCESSO DE COMERCIALIZAÇÃO

01

Somos responsáveis pela gestão dos contratos para comercialização do petróleo e do gás natural da União e podemos comercializá-los diretamente, preferencialmente por leilão, ou por meio da contratação de um agente comercializador.



02

Transformamos em receitas para a União o petróleo e o gás natural provenientes dos macroprocessos de gestão dos Contratos de Partilha de Produção e dos Acordos de Individualização da Produção.



04

GOVERNANÇA, CONTROLES INTERNOS E GESTÃO DE RISCOS

NOSSA GOVERNANÇA

As boas práticas de governança corporativa são fundamentais para o desempenho eficaz e sustentável da nossa empresa, proporcionando uma estrutura de alçadas que se inter-relaciona para a tomada de decisões, supervisão e prestação de contas. Atuamos em conformidade com a legislação e com os regramentos a que estamos submetidos e nossa rotina é pautada no fortalecimento da ética, da integridade, dos controles internos e de nossos valores.

Por meio de uma governança sólida, garantimos a transparência das nossas ações e a prestação de contas à sociedade, protegemos os interesses da União, melhoramos o desempenho a longo prazo, identificamos, avaliamos e gerenciamos os riscos e promovemos a longevidade da empresa, visto que nos preparamos para resistir a desafios e crises de forma mais eficaz.

Contamos com um arcabouço de instrumentos de gestão que fornecem orientação, estrutura e diretrizes que orientam desde o comportamento dos funcionários até a tomada de decisões em várias áreas, além de garantir que nossa atuação ocorra sempre dentro dos limites legais e éticos, evitando penalidades legais, danos à reputação e outros riscos associados à não conformidade.

PRINCIPAIS INSTRUMENTOS DE GESTÃO

- ✓ Estatuto Social
- ✓ Código de Conduta e Integridade
- ✓ Política Anticorrupção
- ✓ Política de Riscos
- ✓ Política de Distribuição de Dividendos
- ✓ Política de Divulgação de Informações
- ✓ Política de Indicação
- ✓ Política de Transação com Partes Relacionadas
- ✓ Política de Hedge
- ✓ Política de Proteção de Dados
- ✓ Procedimentos de integridade
- ✓ Regulamento Interno de Licitações e Contratos
- ✓ Regimentos Internos dos colegiados e da empresa
- ✓ Procedimento de Governança para os Contratos de Partilha de Produção (CPP) com a Matriz de Limite de Competência e Autoridade nos CPPs

Crédito: Freepik

A estrutura de governança corporativa é composta por órgãos estatutários: Assembleia-Geral, Conselho de Administração, Diretoria Executiva, Conselho Fiscal, Comitê de Auditoria, Comitê de Pessoas, Elegibilidade, Sucessão e Remuneração, Auditoria Interna, Ouvidoria e Área de Integridade. As instâncias de governança estão definidas formalmente por meio do Estatuto Social, do Regimento Interno da Companhia, assim como dos regimentos internos referentes à cada instância.

O Conselho de Administração e a Diretoria Executiva são os administradores e responsáveis pelas principais decisões estratégicas da empresa. Os demais órgãos orientam a gestão no cumprimento da missão, na realização da visão e na promoção dos valores institucionais.

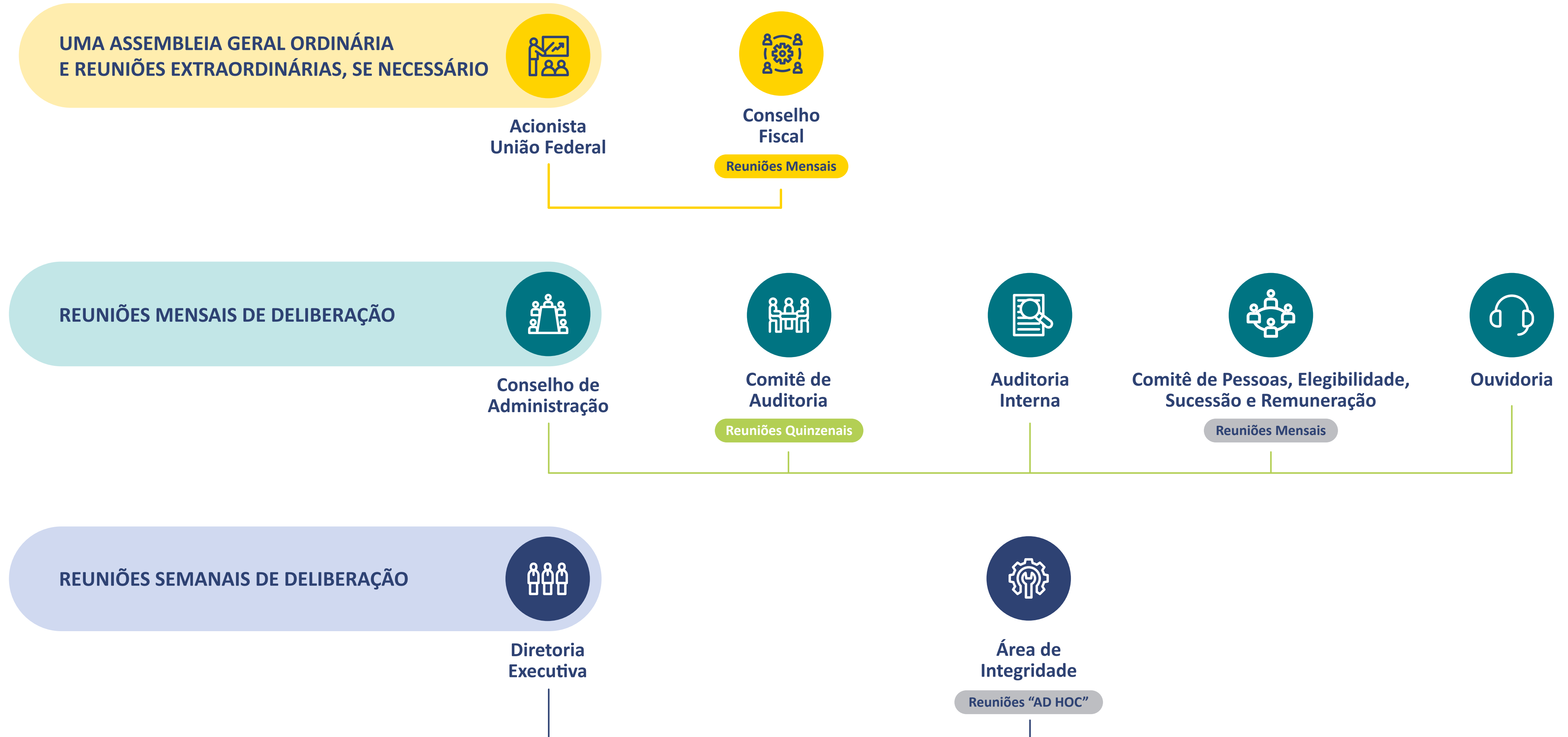
A comunicação entre instâncias internas colegiadas, assegurada pela área de governança corporativa, ocorre de várias formas, seja por meio de atas, documentos, reuniões conjuntas, com participação de mais de um órgão estatutário ou de um de seus membros. Para garantir o adequado balanceamento de poder para tomada de decisões críticas, fazemos revisões periódicas dos processos de decisão da empresa para avaliar a adequação dos limites de alçada e segregação de funções. Entre os processos revistos regularmente estão o Regulamento Interno de Licitações de Contratos que possui as alçadas de aprovações, e os Regimentos Internos da empresa, do Conselho de Administração, da Diretoria Executiva e demais órgãos colegiados que definem atribuições e responsabilidades.

Os membros da alta administração são avaliados anualmente, com base nas metas institucionais, mediante Formulário de Autoavaliação de Desempenho do colegiado e Formulário de Autoavaliação de Desempenho de seus membros. As avaliações podem ser evidenciadas por meio de formulários próprios e das atas de reuniões.

A figura abaixo a composição da estrutura de governança e a relação entre os órgãos.



ESTRUTURA DE GOVERNANÇA



COMPOSIÇÃO E PAPEL DOS ÓRGÃOS

ASSEMBLEIA GERAL

A Assembleia Geral, composta por um único acionista, a União, é o órgão máximo da Pré-Sal Petróleo com poderes para deliberar sobre todos os negócios relativos ao seu objeto social, inclusive quanto à sua competência para alterar o capital social e o Estatuto Social da empresa, bem como eleger e destituir seus conselheiros de Administração e Fiscal. A Assembleia Geral, se reúne, ordinariamente, uma vez por ano e, extraordinariamente, conforme a necessidade. As Assembleias Gerais são presididas pelo Presidente do Conselho de Administração da Pré-Sal Petróleo, ou por substituto que este vier a designar.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO EM 31/12/2023



Arthur Cerqueira Valerio
Presidente



Roberto Seara Machado Pojo Rego



Guilherme Santos Mello



Valder Ribeiro de Moura



Ana Paula de Magalhães Lima



Renato Campos Galuppo

O Conselho de Administração supervisiona a gestão por meio de reuniões mensais, aprovando as matérias dispostas no Estatuto Social e no Regimento Interno do Conselho de Administração relativas à direção estratégica da companhia. O Conselho é formado por sete membros eleitos em Assembleia Geral.

O sétimo cargo, do Diretor-Presidente (membro nato do Conselho de Administração), está vago. Os conselheiros têm prazo de gestão unificado de dois anos, permitidas, no máximo, três reconduções consecutivas.

As decisões são tomadas por maioria simples de votos dos presentes e registradas em ata, cabendo ao Presidente os votos ordinário e de qualidade.



APROFUNDE SEU CONHECIMENTO:

Acesse o Rol de Responsáveis de 2023

DIRETORIA EXECUTIVA EM 31/12/2023



Crédito: Alaor Filho

A Diretoria Executiva é o órgão colegiado de direção geral da empresa, ao qual incumbe exercer a gestão dos negócios, de acordo com a missão, os objetivos, as estratégias e diretrizes aprovadas pelo Conselho de Administração.

O prazo de gestão da Diretoria Executiva é unificado em dois anos, sendo permitidas, no máximo, três reconduções consecutivas.

As decisões colegiadas da Diretoria Executiva são tomadas pela maioria absoluta de seus membros, presentes, no mínimo, três deles, cabendo ao Diretor-Presidente, além do voto comum, o de qualidade.

TABITA LOUREIRO

Diretora Técnica e interinamente como Diretora-Presidente

EVAMAR JOSÉ DOS SANTOS

Diretor de Gestão de Contratos

SAMIR PASSOS AWAD

Diretor de Administração, Finanças e Comercialização



Crédito: Alair Filho

PRESIDÊNCIA

Assessoria de Planejamento Estratégico

Consultoria Jurídica

Assessoria Especial
Comunicação e Ouvidoria

Assessoria da Presidência
Secretaria de Governança Corporativa

Assessoria da Presidência Fiscalização, Conteúdo
Local e Segurança, Meio Ambiente e Saúde

Auditoria Interna



DIRETORIA TÉCNICA

Superintendência de
Desenvolvimento e Produção

Superintendência de Exploração

Superintendência de Reservatórios



DIRETORIA DE GESTÃO DE CONTRATOS

Gerências Executivas de Contratos

Coordenação de Gestão de Projetos e Contratos

Coordenação de Avaliação Econômica

Crédito: Alaor Filho



DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E COMERCIALIZAÇÃO

Gerência de Recursos Humanos
e Suporte Corporativo

Gerência de Controle e Finanças

Gerência de Licitação e Contratos

Gerência de Tecnologia da Informação

Superintendência de Comercialização
de Petróleo e Gás

CONSELHO FISCAL EM 31/12/2023



**Fábio Franco
Barbosa Fernandes**
Presidente



**Maurício Renato
de Souza**



**Newton Lima
Neto**

Os membros do Conselho Fiscal são eleitos e destituídos em Assembleia Geral. Os conselheiros têm um período de gestão de dois anos, admitidas duas reconduções consecutivas, sendo dois conselheiros indicados pelo Ministério de Minas e Energia e um indicado pelo Ministério da Fazenda. As reuniões ordinárias ocorrem mensalmente, e as extraordinárias sempre que qualquer um de seus membros julgar necessário.

COMITÊ DE PESSOAS, ELEGIBILIDADE, SUCESSÃO E REMUNERAÇÃO EM 31/12/2023



**Vinicius Torquetti
Domingos Rocha**
Presidente



**Alyne Gonzaga
de Souza**



**Giordano da Silva
Rossetto**

O Comitê de Pessoas, Elegibilidade, Sucessão e Remuneração é constituído por três membros que auxiliam o acionista e o Conselho de Administração nos processos de indicação, de sucessão, de avaliação e de remuneração da PPSA.

COMITÊ DE AUDITORIA



Nilo José Panazzolo
Presidente



William Cavalcanti



Herbert Quirino

O comitê é composto por três membros, selecionados e eleitos pelo Conselho de Administração, com mandato de três anos não coincidente para cada membro, permitida uma única reeleição.

O Comitê auxilia os conselheiros de Administração na garantia da integridade e transparência das demonstrações financeiras e nos variados processos de controle interno e gerenciamento de riscos.

ÁREA DE INTEGRIDADE



Samir Passos Awad
Compliance Officer



**Leandra Ribeiro
de Oliveira e Silva**



**Maria Luiza
Soares**



**Flávio Santos
Tojal de Araújo**

A Área de Integridade, vinculada ao Diretor-Presidente da companhia e ao Conselho de Administração, tem como objetivo propor políticas de Integridade (Conformidade) para a PPSA, verificar a aderência da estrutura organizacional e dos processos, produtos e serviços às leis, entre outros, além de atuar, institucionalmente, como supervisora de conformidades no ambiente empresarial.

AUDITORIA INTERNA



Leonardo Cabral

A Auditoria Interna é a área de controle responsável por fortalecer e assessorar a gestão, bem como desenvolver ações preventivas e prestar apoio, dentro de suas especificidades, no âmbito da empresa, no sentido de contribuir para a garantia da legalidade, moralidade, impessoalidade e probidade dos atos da administração. A Auditoria Interna é subordinada ao Conselho de Administração e vinculada administrativamente ao Diretor-Presidente da companhia.

OUVIDORIA



Andréa Dunningham

A Ouvidoria tem a missão de atuar como interface entre o cidadão e partes interessadas no recebimento de sugestões, elogios, solicitações, reclamações e denúncias, visando melhorar o atendimento da companhia em relação à demanda de parceiros, empregados, fornecedores e sociedade em geral. A área é vinculada ao Conselho de Administração.



ESCOLHA DOS MEMBROS DA ALTA ADMINISTRAÇÃO

A escolha dos membros da alta administração é realizada com base em critérios e procedimentos definidos. Cabe ao Comitê de Pessoas, Elegibilidade, Sucessão e Remuneração verificar e aprovar as indicações, verificando se há impedimentos legais decorrentes de sanções administrativas, cíveis, eleitorais ou penais, incluindo envolvimento em atos de corrupção. Todas as diretrizes, critérios e responsabilidades relativos às indicações para cargos de Dirigentes, Conselheiros e membros de Comitês Consultivos em órgãos de governança estão estabelecidos em nossa Política de Indicação, aprovada em fevereiro de 2023.



PRINCIPAIS DELIBERAÇÕES ESTRATÉGICAS DE 2023:

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

Aprovação do Relatório Anual da Administração, demonstrações contábeis auditadas e proposta de destinação do lucro líquido e retenção de parcela de lucros relativos ao exercício social de 2022.

Aprovação da remuneração dos membros dos órgãos estatutários.

ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

Eleição de Conselheiros de Administração e Fiscal.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Eleição de Diretores.

Eleição dos membros do Comitê de Pessoas, Elegibilidade, Sucessão e Remuneração.

Aprovação da revisão da Política Anticorrupção.

Aprovação do Plano Estratégico de 2024-2028.

Aprovação da Política de Tratamento de Dados Pessoais.

Seleção e eleição do novo membro do Comitê de Auditoria.

Aprovação do Plano Anual de Negócios 2024.

Aprovação do cumprimento das metas e resultados do Plano Estratégico de 2022-2026.

Aprovação da revisão dos Planos de Cargos e Salários, de Funções e de Transição.

Aprovação da Política de Indicação.


Aprovação do Programa de Dispêndios Globais e Orçamento de Investimentos: PDG/OI 2024.

TREINAMENTO:

Buscando alcançar as melhores práticas, oferecemos treinamentos aos membros de todos os colegiados sobre Assédio Sexual e Moral.

O Comitê de Auditoria realizou capacitação sobre Gestão de Riscos Corporativos. E todos os conselheiros e administradores recém-chegados receberam treinamentos sobre as atividades da empresa.



 APROFUNDE SEU CONHECIMENTO:	Composição e Currículo dos Membros dos Órgãos de Governança
	Estatuto Social
	Regimento Interno

GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS ▶

CONTROLES INTERNOS

A adoção de ações de controle interno e a gestão de risco são instrumentos essenciais para assegurar o alcance de nossas metas e objetivos. Em linha com as recomendações da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), buscamos assegurar um ambiente de controle com objetivos claros que demonstrem o compromisso dos gestores com a integridade pública, além de oferecer uma abordagem estratégica à gestão de riscos e adotar mecanismos para responder a possíveis violações das leis e desvios éticos. A equipe de Planejamento Estratégico, vinculada à Presidência, é a responsável pelo gerenciamento de riscos e pela gestão dos controles internos estratégicos.

Nosso Sistema de Gestão garante um gerenciamento eficaz dos processos, ajudando a empresa a atingir seus objetivos e metas. Trabalhamos com base em quatro alicerces: Planejamento Estratégico, Gerência da Rotina, Gerenciamento de Riscos e Programa de Integridade. Abaixo de cada um deles temos instrumentos para apoiar a operação da empresa e estruturar um ambiente de controle interno, facilitando a atuação em conformidade com a legislação, a manutenção de uma governança sólida, a operação de forma sistematizada, a redução da vulnerabilidade à fraude e à corrupção e, por fim, garantindo um resultado eficaz para a União.

O Planejamento Estratégico Quinquenal e o Plano Anual de Negócios trazem a base das ações realizadas ao longo do ano na empresa para alcance dos objetivos traçados. O desenvolvimento das iniciativas estratégicas é acompanhado mensalmente por meio de uma reunião de análise crítica entre a Diretoria Executiva e os coordenadores das iniciativas. Os resultados são apresentados ao Conselho Fiscal, Comitê de Auditoria e Conselho de Administração.



Crédito: Freepik

O Gerenciamento da rotina, conduzido pela equipe do Planejamento Estratégico, garante que a Diretoria Executiva realize, mensalmente, com os principais gestores, uma reunião de análise crítica das rotinas para acompanhar os principais indicadores da empresa. Entre a lista de indicadores medidos estão dados de produção dos contratos de partilha e das parcelas da União, % de reconhecimento e recuperação de custos, tempo de resposta para aprovação de ballots, prazos de realização das atividades, previsões de cargas a serem comercializadas e arrecadação estimada para a União. Além disso, é feito o acompanhamento do plano de contratações e de atividades críticas relacionadas a diversas áreas da empresa.

Os indicadores para a gestão dos processos finalísticos foram estabelecidos de acordo com as metas traçadas pela empresa no Planejamento Estratégico e no Plano Anual de Negócios e mensalmente são coletados pela equipe do Planejamento Estratégico junto às áreas para serem divulgados na reunião de acompanhamento. Os resultados são debatidos pela Diretoria e os gestores e na ocorrência de eventuais desvios em relação à meta, são traçados planos de ação para sua recuperação.

Na Reunião de acompanhamento da rotina, há regularmente uma apresentação sobre a atualização das políticas e procedimentos, sobre o andamento do Programa de Integridade e o acompanhamento de melhorias do SGPP.



▶ PADRONIZAÇÃO:

O sistema comporta atualmente 86 políticas e procedimentos – 17 deles elaborados em 2023 - para realizar as atividades operacionais e administrativas da empresa. O modelo também inclui mecanismos de monitoramento e controle para garantir que os processos e atividades da empresa estejam sendo executados conforme planejado e que os resultados estejam em linha com as metas estabelecidas.

▶ MODELO DAS TRÊS LINHAS:

O modelo das Três Linhas divide as responsabilidades de controle e gerenciamento de riscos entre três linhas distintas, cada uma desempenhando um papel específico na identificação, mitigação e supervisão dos riscos. Os papéis de primeira linha estão mais diretamente alinhados com a entrega de produtos e/ou serviços aos clientes da organização, incluindo funções de apoio. A equipe do Planejamento Estratégico desempenha o papel de segunda linha sendo responsável por controles internos e gestão de riscos. Desta forma, suporta os gestores, com metodologias, ferramentas e orientações em geral, na implementação e monitoramento contínuo dos controles internos destinados a mitigar os riscos identificados. A Auditoria Interna desempenha o papel de terceira linha, presta avaliação e assessoria independentes e objetivas sobre a adequação e eficácia da governança e do gerenciamento de riscos. Ela reporta suas descobertas ao Conselho de Administração e à gestão para promover e facilitar a melhoria contínua.

PRIMEIRA LINHA

Operações

Responsável por identificar, avaliar e gerenciar os riscos operacionais associados às atividades diárias e garantir que as atividades operacionais sejam realizadas de acordo com as políticas, procedimentos e padrões estabelecidos pela empresa.

SEGUNDA LINHA

Gerenciamento de Riscos e Compliance

Responsável por monitorar, assessorar, orientar, analisar e reportar sobre assuntos relacionados ao gerenciamento de riscos na Companhia. Fornece apoio àqueles com papéis de primeira linha e participa das decisões e ações da gestão. Estabelece políticas, padrões e diretrizes relacionadas à gestão de riscos e conformidade e fornece orientação e suporte na identificação e mitigação de riscos.

TERCEIRA LINHA

Auditoria Interna

Mantém a prestação de contas primária perante o Conselho de Administração e a independência da Gestão. Fornece avaliação e assessoria independentes e objetivas à Diretoria Executiva e ao Conselho de Administração sobre a adequação e eficácia da governança e do gerenciamento de riscos, para apoiar o atingimento dos objetivos organizacionais e promover a melhoria contínua. Atua de forma independente das operações diárias e das funções de gerenciamento de riscos e compliance e fornece recomendações para fortalecer a governança, gestão de riscos e controles internos da organização.



OUTROS MECANISMOS DE CONTROLE:

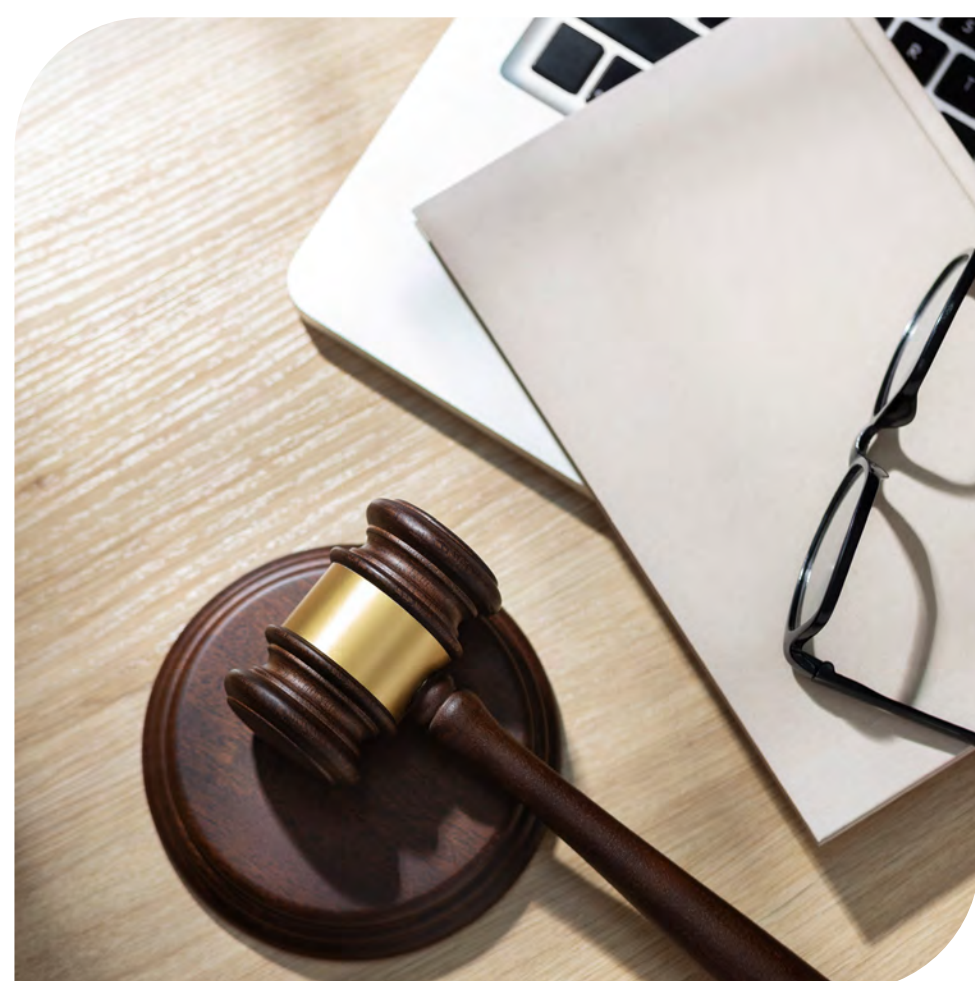


Crédito: Freepik

Financeiro

A Gerência de Controle e Finanças (GCF) é responsável por assegurar a confiabilidade dos registros e controles e a pronta elaboração de relatórios e demonstrações contábeis. As transações são transparentes, contabilizadas e classificadas para contas que refletem a sua natureza, de maneira precisa e completa. As demonstrações são auditadas trimestralmente e anualmente, por auditores externos independentes, supervisionados pelo Comitê de Auditoria Estatutário.

O Conselho Fiscal acompanha o fechamento contábil mensal do balanço patrimonial e da demonstração de resultados, bem como da realização orçamentária acumulada, até aquela data, e o fluxo de caixa realizado e projetado, que dá visibilidade dos recursos financeiros ao longo do tempo. A Gerência de Controle e Finanças apresenta, mensalmente, o Relatório de Gestão Contábil à Diretoria Executiva, que acompanha a execução dos planos vigentes quanto ao alcance das metas estabelecidas, com informações atualizadas e precisas, apontando, se necessário, alertas para que a liderança aprove as medidas para resolver os problemas detectados ou evite que eles ocorram.



Crédito: Freepik

Licitações

As contratações de bens e serviços para a PPSA são realizadas com base nos preceitos previstos na Lei nº 13.303/2016 e no Regulamento Interno de Licitações e Contratos, aprovado pelo Conselho de Administração. Cada contrato com fornecedor possui um fiscal. Cabe ao fiscal acompanhar a execução dos contratos, avaliar a qualidade das entregas e validar, mensalmente, os documentos de cobrança enviados pelo fornecedor para a PPSA. Só após essa validação, que demanda tripla aprovação para prevenir irregularidades, a GCF realiza o pagamento.

A Diretoria Executiva acompanha, mensalmente, o desempenho da gestão de contratações de acordo com o plano vigente e o alcance das metas estabelecidas.



Crédito: Freepik

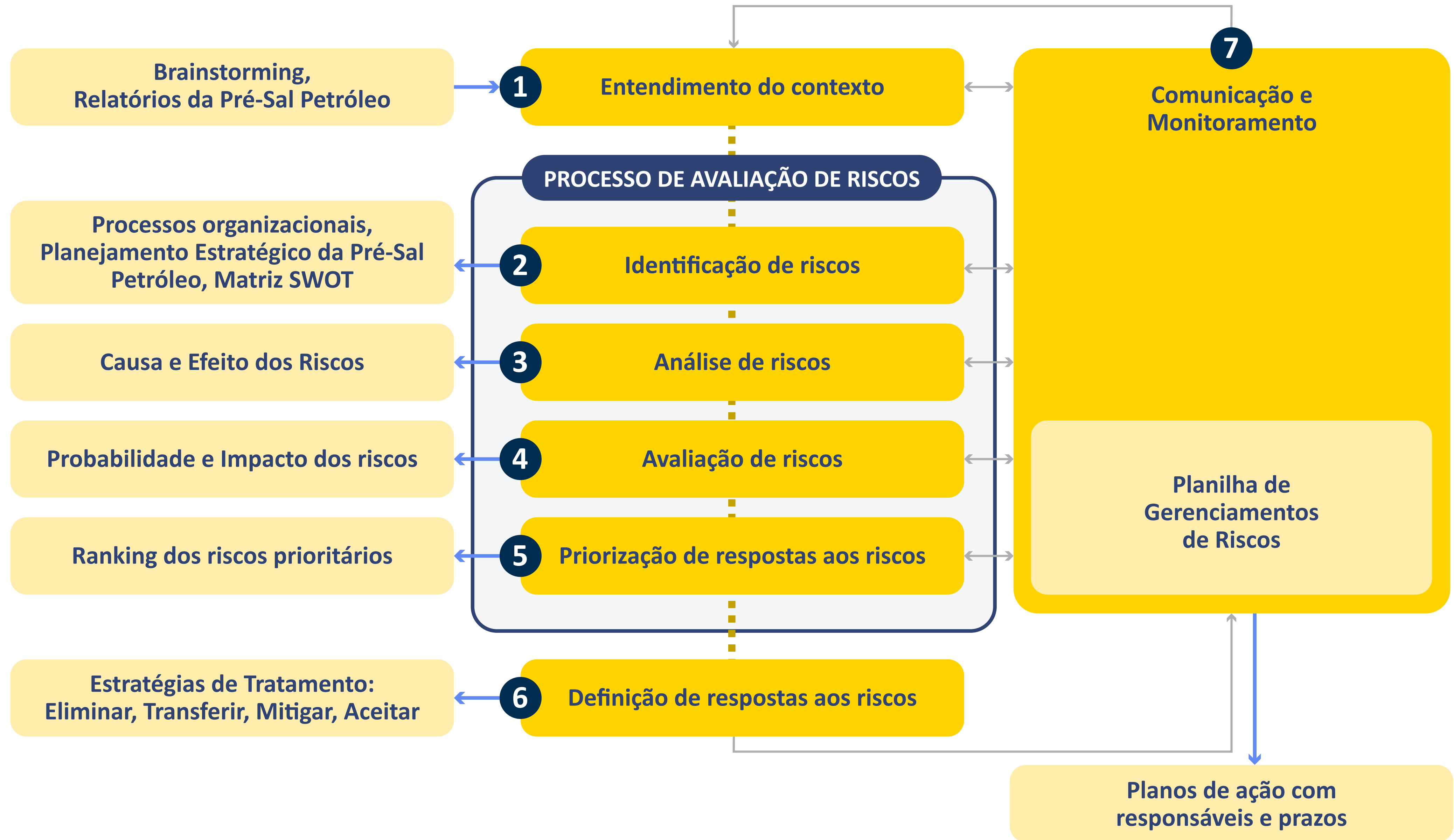
Auditoria Interna

A Diretoria Executiva, o Comitê de Auditoria, Conselho de Administração e o Conselho Fiscal recebem o Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna (PAINT) e o Relatório Anual de Atividades de Auditoria Interna (RAINT), além de reportes trimestrais do titular da Auditoria Interna nas reuniões dos respectivos órgãos colegiados. Os trabalhos de auditoria levam em consideração os objetivos estratégicos, os riscos identificados pela gestão e a materialidade dos processos organizacionais. A liderança mantém colaboração constante com vistas à adequada implementação das recomendações emitidas pela Auditoria Interna. Anualmente, o Comitê de Auditoria avalia formalmente o trabalho desempenhado pela Auditoria Interna no exercício.

GESTÃO DE RISCOS

A gestão eficaz dos riscos é um instrumento fundamental na governança. Toda empresa deve estar atenta a eventual materialização de riscos. O processo de gerenciamento de riscos visa à prevenção e mitigação dos principais riscos a que estamos expostos, inclusive aqueles relacionados à integridade das informações contábeis e financeiras e os relacionados à ocorrência de Atos de Corrupção e Fraude. As diretrizes do processo estão estabelecidas na Política de Gestão de Riscos. O documento estabelece que os riscos devem ser identificados, avaliados, tratados, monitorados e divulgados e se aplica a todos os nossos colaboradores.

A metodologia de gerenciamento de riscos é composta por sete etapas, que abarcam desde o entendimento do contexto, com análises das ameaças internas e externas que afetam a empresa, até a identificação de diversos riscos e posterior priorização, com definição das respostas que serão dadas pela empresa. A Diretoria Executiva participa de todas as etapas e, ao final, o processo é aprovado pelo Conselho de Administração.



Para a implantação do ciclo de gerenciamento de riscos de 2023 foi criado um grupo de trabalho buscando como premissa obter a participação de, pelo menos, um representante dos principais processos da empresa (processos finalísticos e processos das áreas de apoio).

Para preparar o grupo de trabalho para a identificação de riscos, foram apresentados os tipos de riscos mais comuns:



Na sequência, o grupo foi orientado a observar os processos principais da empresa e, a partir daí identificar os riscos a que estamos expostos, considerando os objetivos estratégicos e a necessidade de cumprimento das atribuições legais da empresa. O grupo também analisou os riscos previamente detectados pela empresa e verificou o cenário atual de ameaças e oportunidades.

O trabalho resultou em uma matriz de riscos, com estimativa de probabilidade e impacto, classificando em função do resultado e do posicionamento na matriz, o risco de mínimo a extremo. O perfil de apetite a riscos da nossa empresa é baixo, sem grandes exposições. Desta forma, estabelecemos o gerenciamento dos riscos classificados na matriz como riscos moderados, altos e extremos.

No trabalho, foram considerados quatro grupos de riscos principais, incluindo causas, fontes, efeitos, e mapeadas ações de mitigação para cada um deles. A equipe que participou da identificação dos riscos foi a mesma que conduziu os planos de respostas e será responsável por seu acompanhamento e, se necessário, por ações de mitigação a serem realizadas.

Os riscos são monitorados mensalmente na reunião de acompanhamento do Planejamento Estratégico, com a participação dos coordenadores responsáveis por cada ação de mitigação. Trimestralmente, é apresentado um relatório de acompanhamento à Diretoria Executiva e ao Comitê de Auditoria.

A equipe de Planejamento Estratégico aprimora constantemente os instrumentos de prevenção e mitigação dos principais riscos a que estamos expostos. A documentação do processo é formada por Política de Riscos, Procedimento de Gerenciamento de Riscos, Planilha de Gerenciamento de Riscos e Relatório trimestral de acompanhamento dos riscos.

QUADRO DE PESSOAL

Principais ações de mitigação:
Realizar processo seletivo público, reter e desenvolver as pessoas.



SUSTENTABILIDADE FINANCEIRA DE LONGO PRAZO

Principal ação de mitigação:
Definir com o Governo Federal alternativas de remuneração da PPSA.



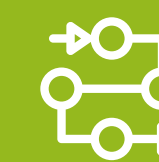
SEGURANÇA DE INFORMAÇÃO

Principais ações de mitigação:
Ampliar investimentos em segurança da informação e na continuidade do Sistema de Gestão de Partilha de Produção (SGPP).



AUTOMATIZAÇÃO DOS PROCESSOS

Principais ações de mitigação:
Assegurar a atualização constante dos processos e da melhoria dos sistemas de gestão.



Durante o processo, também foram mapeadas dez oportunidades a serem desenvolvidas na empresa.



PROGRAMA DE INTEGRIDADE

Prezamos pela atuação ética, transparente e responsável. Nossas atividades são pautadas na prevenção, detecção e correção de irregularidades, norteadas por princípios constitucionais como o da moralidade, legalidade, eficiência, transparência e impessoalidade. O Programa de Integridade tem como pilares o Código de Conduta e Integridade (CCI) e a Política Anticorrupção. A empresa adota tolerância zero para corrupção.

Nossa Diretoria Executiva segue permanentemente vigilante e atenta, reafirmando o compromisso em manter os mais altos padrões de ética e governança na condução dos negócios.

Buscamos promover um ambiente de trabalho saudável e respeitoso, sem tolerância para quaisquer tipos de assédio, discriminação, preconceito ou retaliação.

O Programa de Integridade é conduzido pela Área de Integridade, composta por um Compliance Officer e três colaboradores indicados pelo Diretor-Presidente e eleitos pelo Conselho de Administração.

A área tem como objetivo propor políticas de Integridade, verificar a aderência da estrutura organizacional e dos processos, produtos e serviços às leis, além de atuar, institucionalmente, como supervisora de conformidades no ambiente empresarial.

Em 2023, foi aprovado o Regimento Interno da Área. Trimestralmente, Relatórios de Atividades da Área são elaborados e submetidos à apreciação de todos os colegiados da PPSA.

Entre as iniciativas realizadas no ano, estiveram o acompanhamento das recomendações emitidas pela Controladoria Geral da União (CGU) acerca da implantação do Programa de Integridade e a revisão da Política Anticorrupção, aprovada pela Diretoria Executiva e pelo Conselho de Administração.



Crédito: Freepik

MECANISMOS DE PREVENÇÃO, DETECÇÃO E CORREÇÃO



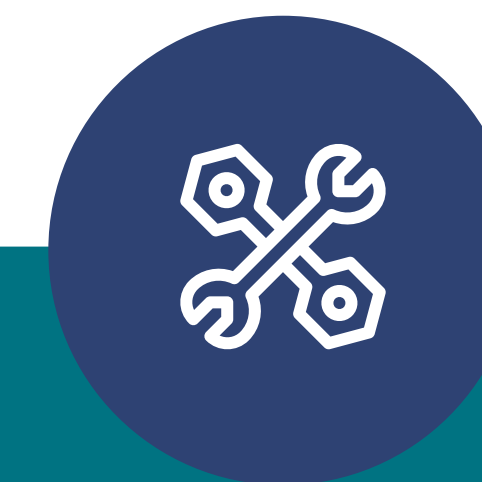
PREVENÇÃO

Normativos, treinamentos e programas de comunicação instruindo como as pessoas devem agir e o que devem fazer para estarem em sintonia com o nosso Programa de Integridade, visando mitigar o risco de ocorrência de desvios de integridade.



DETECÇÃO

Canal de Denúncias próprio e atendimento pela Plataforma Fala.BR com o objetivo de identificar eventual ocorrência de atos contrários ao Código de Conduta e Integridade.



CORREÇÃO

Tolerância zero para desvios. Procedimentos de apuração e adoção de medidas de responsabilização em caso de comprovação de desvio de integridade.

CONSCIENTIZAÇÃO E TREINAMENTO

Ao longo do ano, as áreas de Integridade e Comunicação e Ouvidoria buscaram disseminar os valores éticos da empresa entre os colaboradores, visando engajá-los como protagonistas da integridade. Foram realizadas ações permanentes de comunicação interna, por meio de iniciativas em jornal mural, informativo mensal e comunicados.

Os informes também lembraram aos colaboradores quais os canais de denúncia disponíveis na empresa, visto que os mesmos devem ser acionados sempre que houver conhecimento de qualquer violação ao Código de Conduta e Integridade.

Em paralelo, realizamos dois treinamentos mandatórios. O curso “Anticorrupção”, pela plataforma Revvo, com carga horária de uma hora e o treinamento “Assédio Moral e Assédio Sexual”. Este último foi oferecido em formato web série com oito capítulos e uma avaliação de aprendizagem ao final. A ementa do curso incluiu explicação sobre os tipos de assédio, as consequências, como evitar e como agir. Mais de 90% dos colaboradores (inclusive os prestadores de serviço) concluíram o curso.

Em complemento, a Diretoria Executiva promoveu rodas de conversa com todos os colaboradores sobre assédio sexual e moral, frisando que tais práticas não são toleradas na empresa.



Código de Conduta e Integridade

Política Anticorrupção

SOCIEDADE E TRANSPARÊNCIA

OUVIDORIA:

Nossa Ouvidoria atua como interface entre o cidadão e as partes interessadas no recebimento de sugestões, reclamações e eventuais denúncias em caso de desvios ao nosso Código de Conduta e Integridade, visando melhorar o atendimento da companhia em relação a demandas de empregados, fornecedores, clientes e sociedade em geral. Trata-se de um canal de diálogo entre o cidadão e a empresa, imparcial e independente, que busca soluções para as questões recebidas, melhorias nos processos internos e aumento da transparência da empresa.

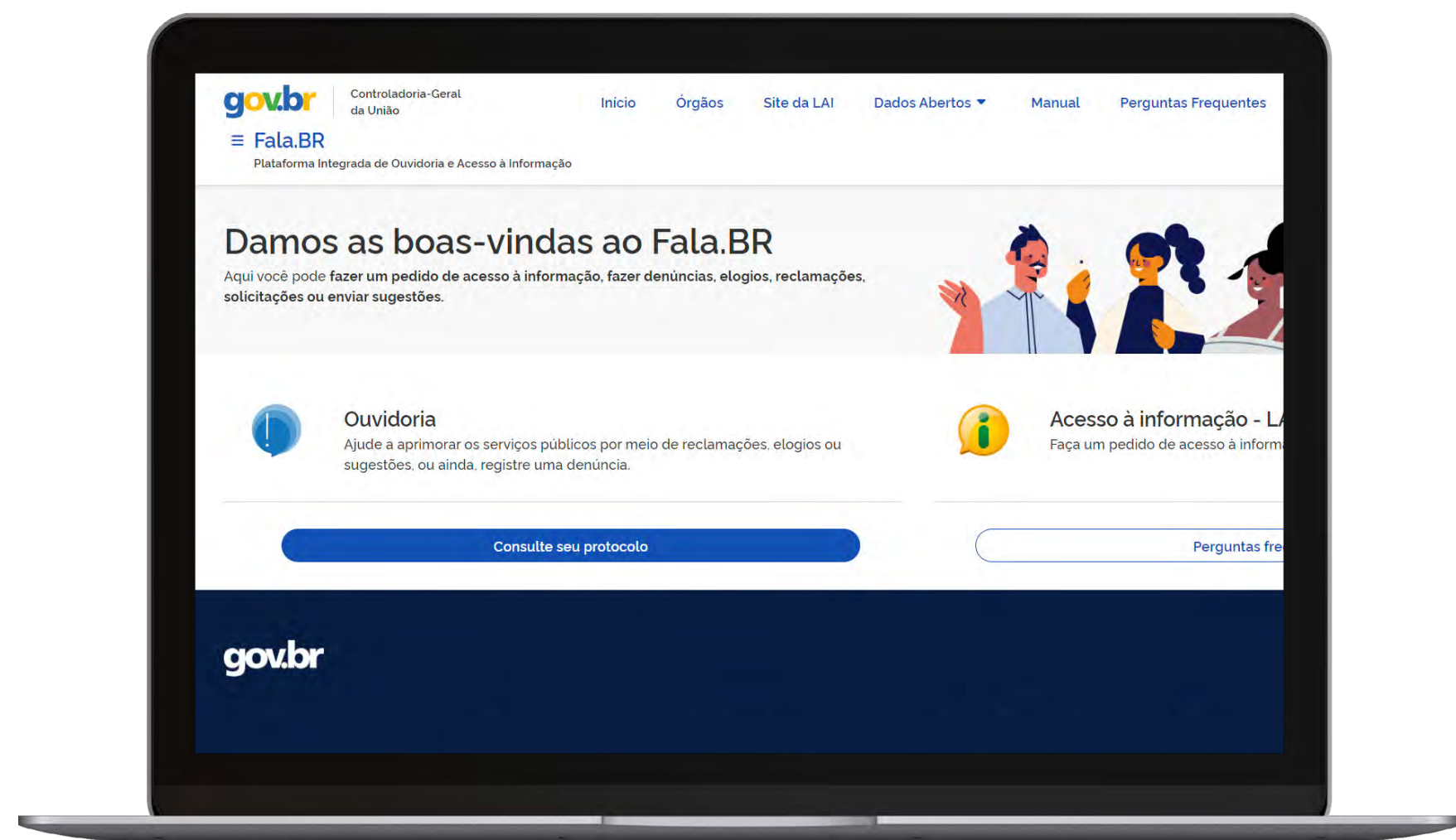
A área é vinculada diretamente ao Conselho de Administração. Cabe à Ouvidoria a responsabilidade de receber e examinar denúncias internas e externas, inclusive sigilosas, relativas às atividades da companhia. A área recebe todas as demandas, realiza a primeira avaliação e as encaminha internamente, buscando soluções para as questões suscitadas, em parceria com as áreas responsáveis. Adotamos todas as medidas necessárias para garantir o cumprimento dos prazos legais para resposta ao demandante e assegurar a qualidade das respostas.

Trata-se de um canal de diálogo entre o cidadão e a empresa, imparcial e independente, que busca soluções para as questões recebidas, melhorias nos processos internos e aumento da transparência da empresa.

As demandas para a nossa empresa podem ser encaminhadas por meio da plataforma Fala.BR. ou do Canal de Denúncias próprio, podendo também haver atendimento presencial no escritório.

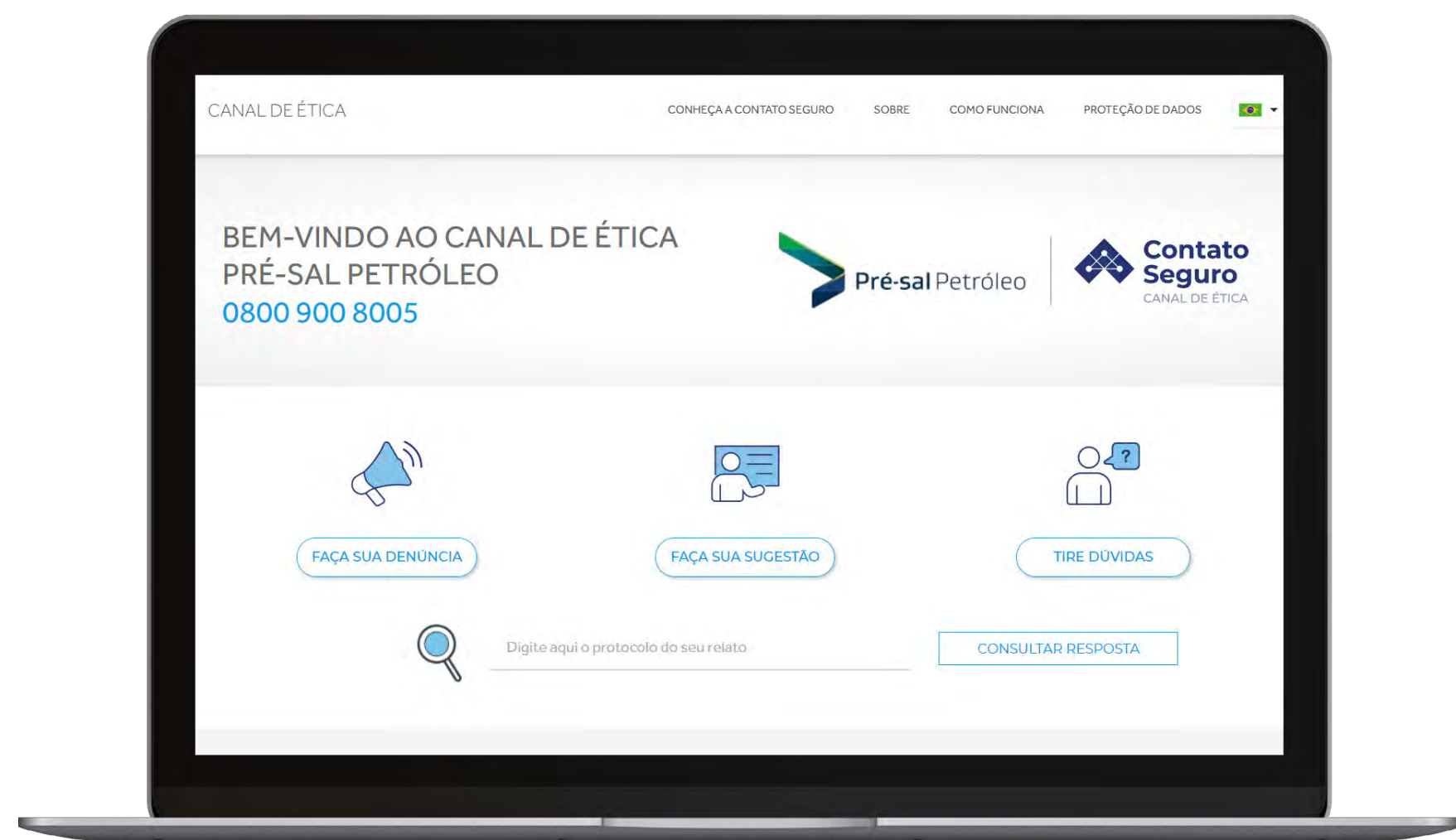


Crédito: Freepik



FALA.BR

Plataforma integrada de acesso à informação e ouvidoria do Poder Executivo Federal. Desenvolvido pela Controladoria-Geral da União (CGU), o sistema permite a qualquer cidadão encaminhar - de forma ágil e com interface amigável - pedidos de informações públicas e manifestações, tudo em um único ambiente.



CANAL DE DENÚNCIAS PRÓPRIO

Canal próprio, independente, sigiloso e imparcial. Disponível para os públicos externo e interno da PPSA. O ambiente é hospedado fora da nossa rede e é administrado pela empresa Contato Seguro. Os registros de denúncias, sugestões e dúvidas podem ser realizados por meio de ligação telefônica (0800), de site ou de aplicativo. Os atendentes estão à disposição 24 horas por dia, 7 dias por semana, 365 dias por ano.

As ligações são sempre gratuitas, de qualquer lugar do país. Não é necessário se identificar, sendo garantido o anonimato.

Recebe denúncias, sugestões, elogios e dúvidas, classificadas livremente pelo cidadão, por meio de telefone 0800 ou site. Telefone: 0800 900 8005.

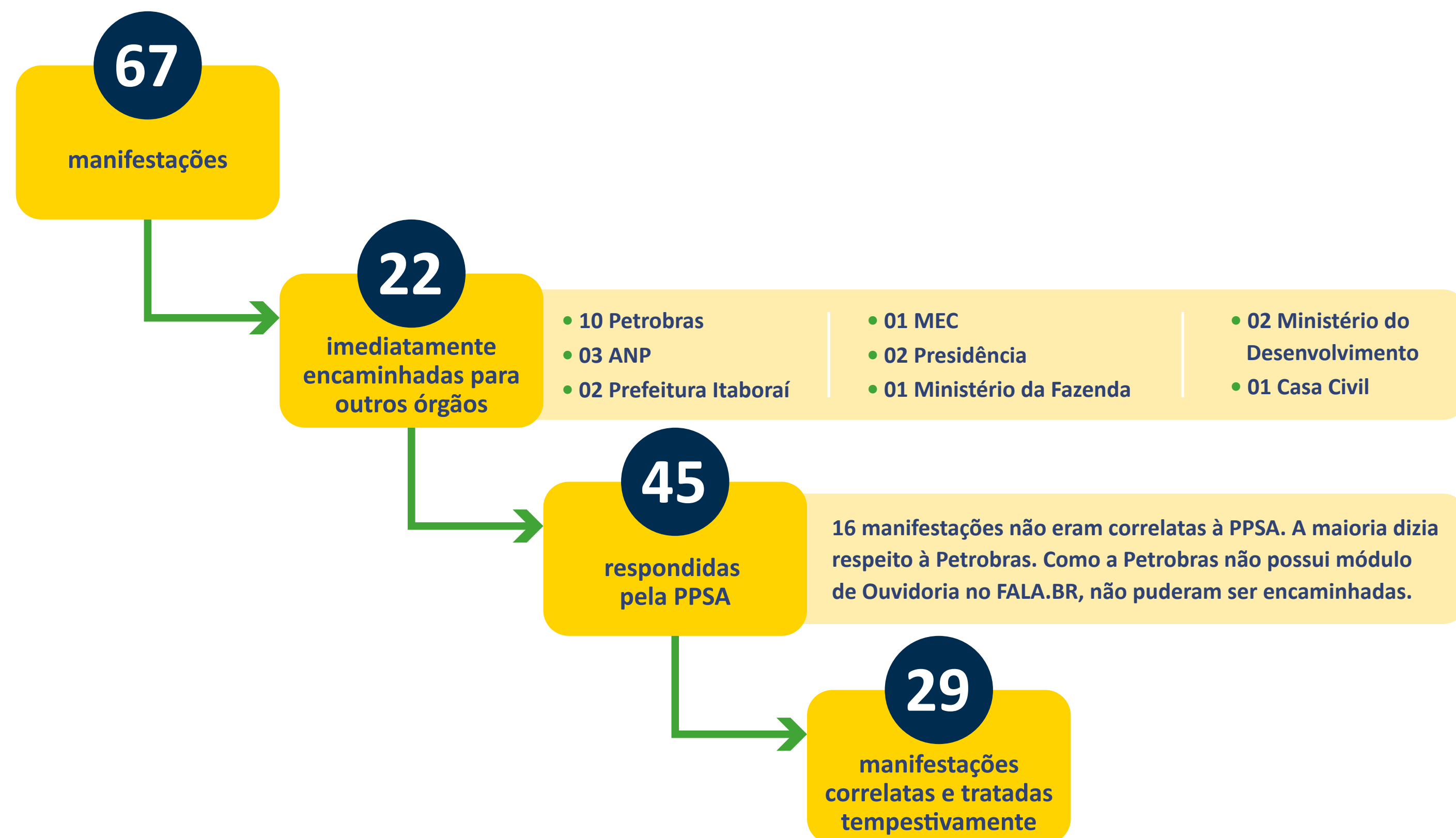


MANIFESTAÇÕES RECEBIDAS

Ao longo de 2023, foram recebidas 67 demandas pelo canal Fala.BR. Deste montante, 22 foram imediatamente encaminhadas para outros órgãos e/ou empresas. São manifestações que foram remetidas à PPSA, mas a resolução delas não era de competência da empresa e, portanto, foram encaminhadas pelo próprio sistema aos órgãos competentes para que o cidadão pudesse ser corretamente atendido.

Das 45 demandas restantes, 16 delas não eram correlatas à empresa, porém não puderam ser encaminhadas a outros órgãos pelo fato de os mesmos não fazerem parte do Fala.BR ou pela falta de elementos que permitissem a identificação do órgão de interesse do cidadão. Por executar uma atividade complexa e por atuar no setor de petróleo e gás, muitas vezes somos confundidos com outros órgãos pelo cidadão.

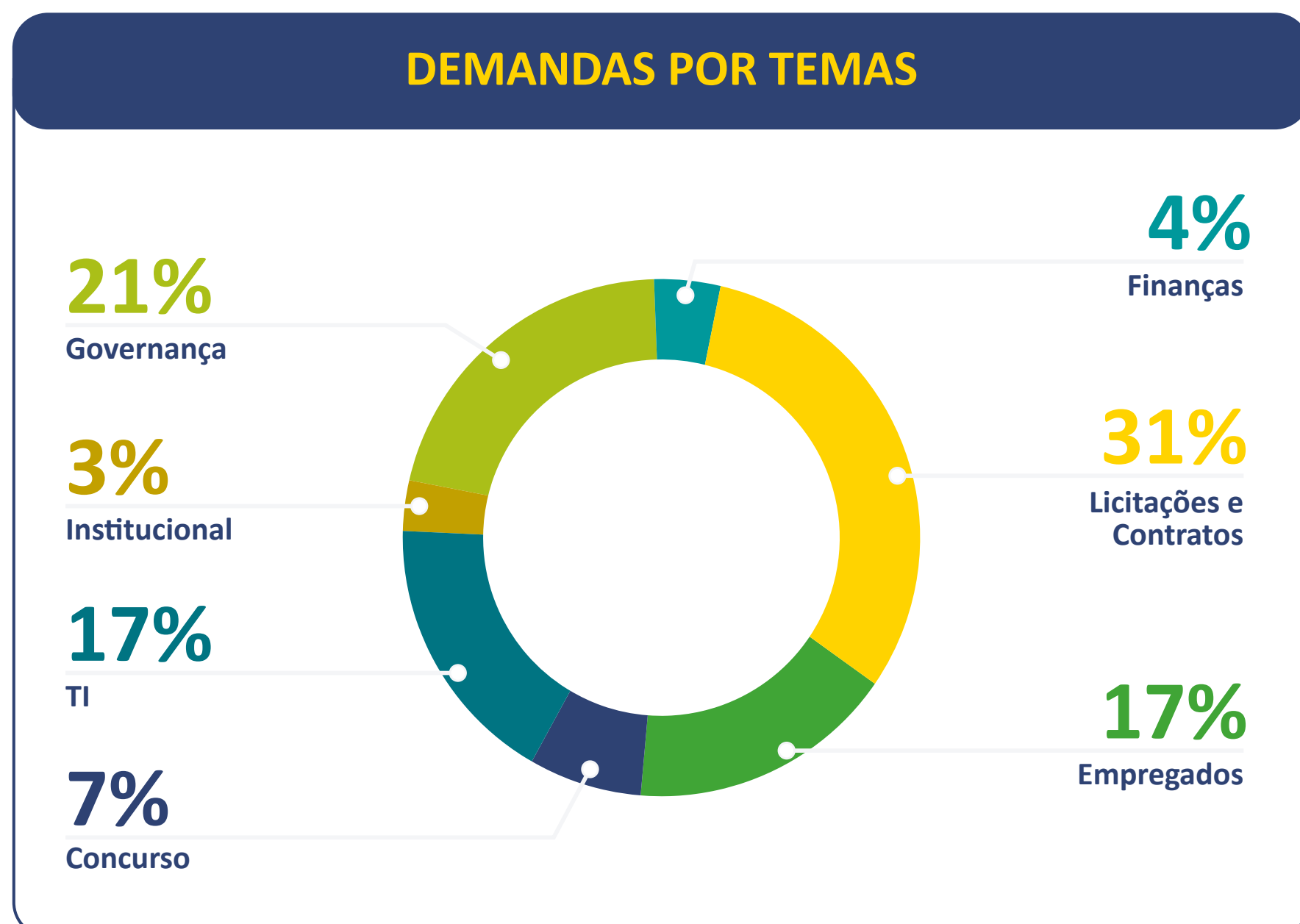
Dessa forma, 29 demandas foram de fato direcionadas à PPSA e respondidas tempestivamente.



Quando analisadas por tipo, observa-se que a empresa não recebeu nenhuma denúncia. Das 29 manifestações, 28 são pedidos de informação. Há também uma solicitação, referente à inclusão de cursos acadêmicos a serem aceitos no concurso público que a PPSA pretende realizar em 2024.

Todas as demandas foram recebidas e tratadas prontamente. Para melhor identificar as áreas de interesse da sociedade, as demandas foram agrupadas por temas e subtemas.

O quadro abaixo demonstra os assuntos de maior interesse.



TEOR DOS PRINCIPAIS PEDIDOS:

- **LICITAÇÕES E CONTRATOS:** as demandas dizem respeito a pedidos de acesso a contratos realizados pela empresa ou a documentos de licitações.
- **EMPREGADOS:** as demandas dizem respeito a pedidos de acesso a políticas de Recursos Humanos e dados dos ocupantes dos cargos públicos.
- **CONCURSO:** as demandas dizem respeito a informações gerais sobre o concurso público que a empresa pretende realizar (vagas, cursos acadêmicos, entre outros).
- **GOVERNANÇA:** as demandas dizem respeito a pedidos de acesso a políticas de risco e compliance, além de informações gerais sobre a governança da empresa.
- **TI:** as demandas dizem respeito a informações sobre inteligência artificial, política de dados abertos e digitalização.

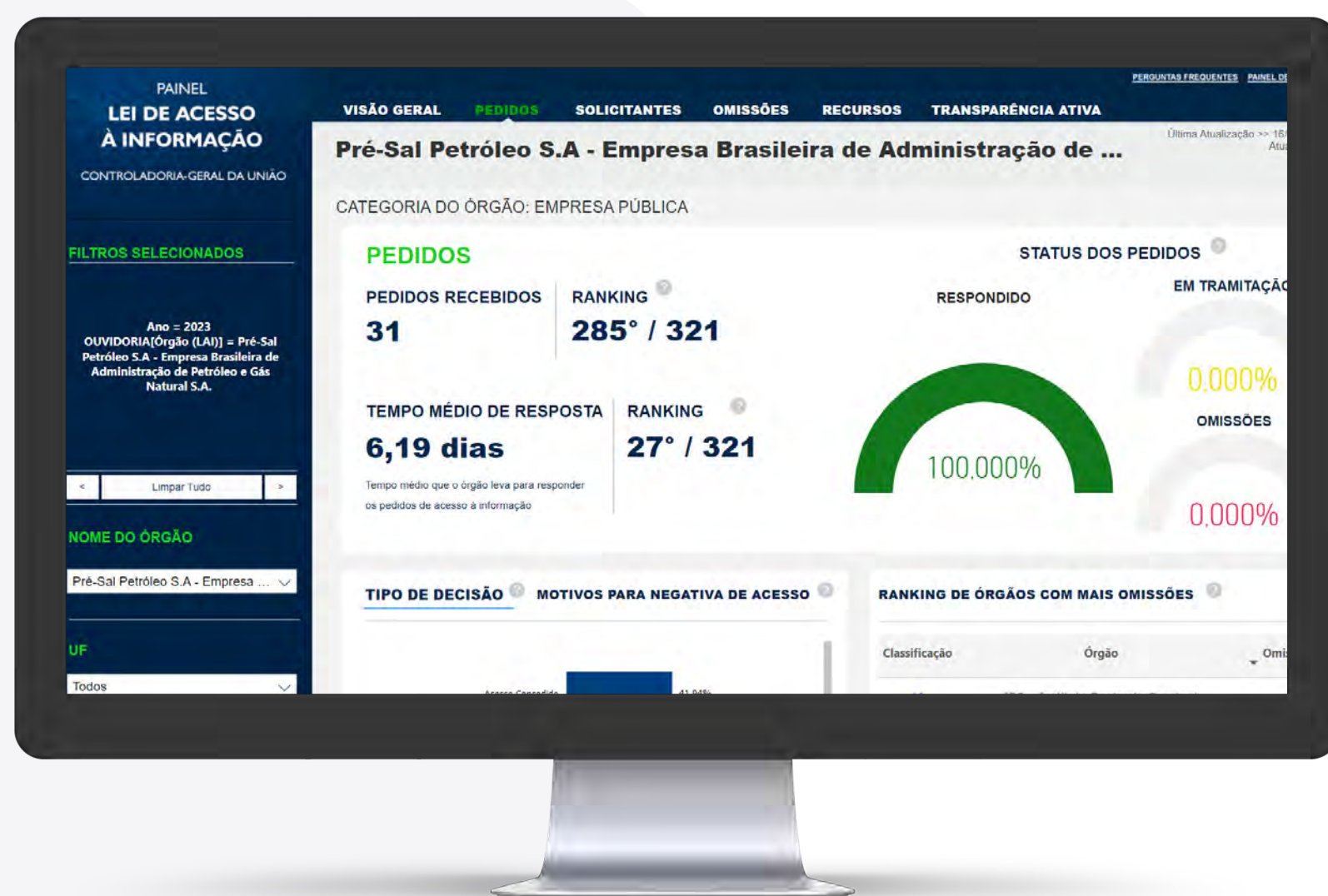
Não houve nenhuma omissão por parte da PPSA nem falta de cumprimento no prazo de respostas.

No canal próprio foi recebida uma denúncia anônima de assédio moral a mulheres, sem detalhes ou o nome do denunciado. A empresa criou uma Comissão de Apuração para investigar a denúncia, porém a denúncia foi encerrada por falta de materialidade. O resultado da apuração foi compilado em um relatório e apresentado à Diretoria Executiva.

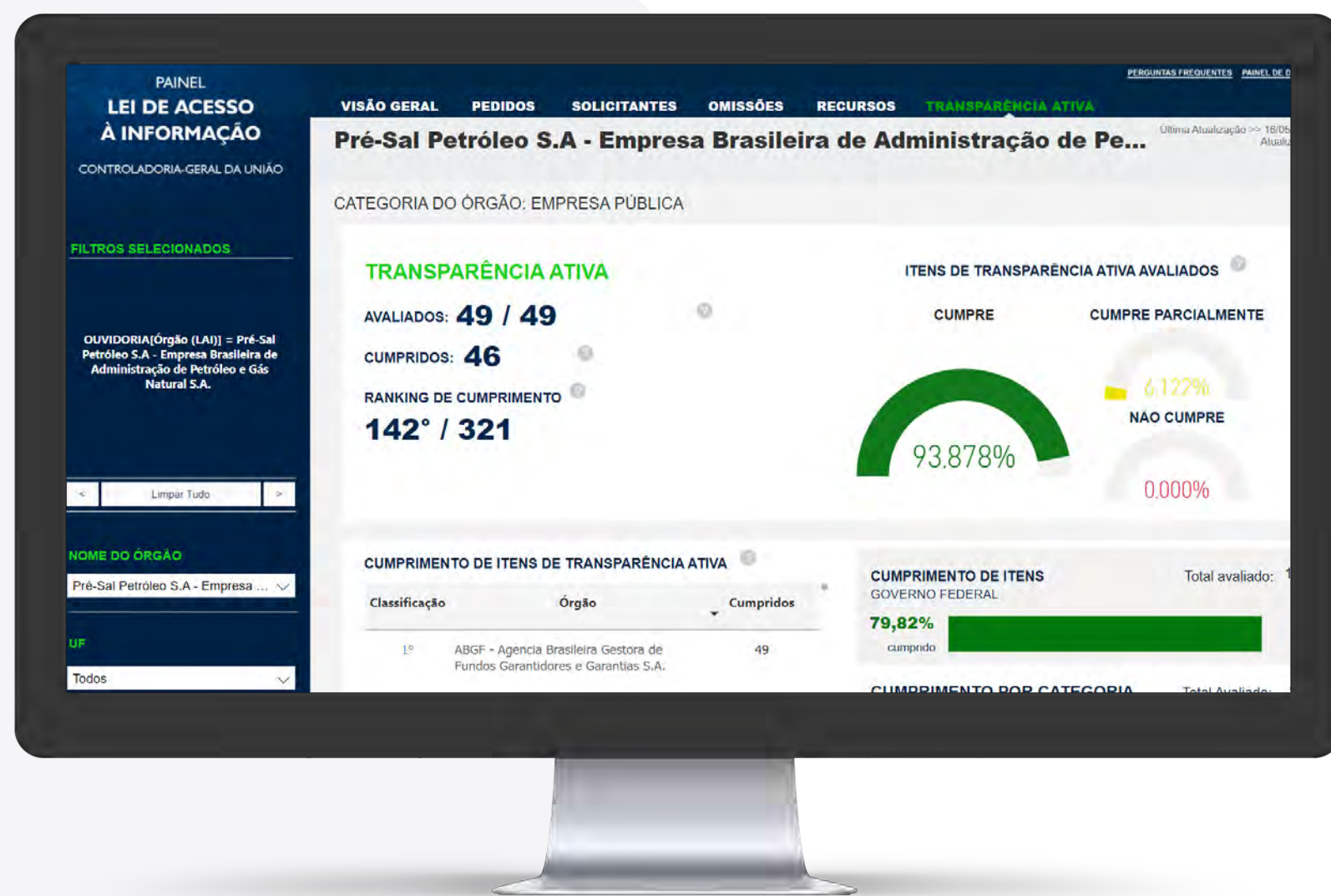
APROFUNDE SEU CONHECIMENTO:

Relatório Anual da Ouvidoria 2023

Plano Anual Ouvidoria 2024



De acordo com o Painel da LAI, o tempo médio de resposta da PPSA é de 6,25 dias, o que coloca a empresa em 27º lugar no ranking de 319 empresas avaliadas. Também obtivemos alto índice de satisfação dos usuários.



TRANSPARÊNCIA ATIVA

A Lei de Acesso à Informação estabelece que as informações de interesse coletivo ou geral devem ser divulgadas pelos órgãos públicos, espontânea e proativamente, independentemente de solicitações. Publicamos regularmente em nosso site, no menu “Acesso à Informação”, todos os itens do rol estabelecido pela legislação e, a cada ano, nos esforçamos para oferecer à sociedade mais transparência em relação às nossas atividades, além do que é pedido.

De acordo com avaliação da Controladoria Geral da União, cumprimos 93,87% do rol, conforme Painel da LAI.

INFORMAÇÕES PARA A SOCIEDADE

Nossa atuação é pautada pela transparência e pelo diálogo com a sociedade e nossos públicos de interesse, com os quais buscamos ampliar e estreitar o relacionamento para entender suas expectativas e demandas.



Além das informações recomendadas pela LAI, temos como princípio disponibilizar para a sociedade informações qualificadas, coesas e transparentes sobre as nossas atividades e resultados, tanto no site quanto em páginas proprietárias nas redes sociais, contato direto com parceiros e órgãos de governo, imprensa e participações em eventos.

Em 2023, avançamos na transparência com a criação de mais um Painel Interativo de Produção. Até então, já disponibilizávamos os dados de produção dos contratos de partilha de produção, porém, no ano passado, passamos a informar também qual a parcela de petróleo e gás que a União detém nos acordos de individualização da produção que possuem áreas não contratadas.

Para isso lançamos o Painel Interativo de Produção, elaborado em uma ferramenta de Business Intelligence, com informações consolidadas desde novembro de 2017, quando foi iniciada a produção da Área de Desenvolvimento de Mero, a primeira em regime de partilha de produção.

SAIBA MAIS:
Painel Interativo de Produção


DIDÁTICA

Temos adotado o princípio da didática em nossas comunicações, apostando que a comunicação pública deve ser construída com informações claras, redigidas em linguagem simples e disponibilizadas em formato amigável, com uso de recursos gráficos e interativos, sempre que possível, facilitando o entendimento dos dados disponibilizados


E-BOOKS

Três e-books foram disponibilizados ao longo do ano com objetivo de explicar alguns dos temas mais complexos da companhia: “Entendendo o Regime de partilha de produção”, “Estimativa de resultados nos contratos de partilha de produção e nos acordos de individualização da produção com participação da União” e “Portfólio de Contratos de Partilha de Produção”. Também foi revisado o e-book “Entendendo os acordos de individualização da produção”.



 Entendendo o Regime de partilha de produção




 Estimativa de resultados nos contratos de partilha de produção e nos acordos de individualização da produção com participação da União



 Portfólio de Contratos de Partilha de Produção

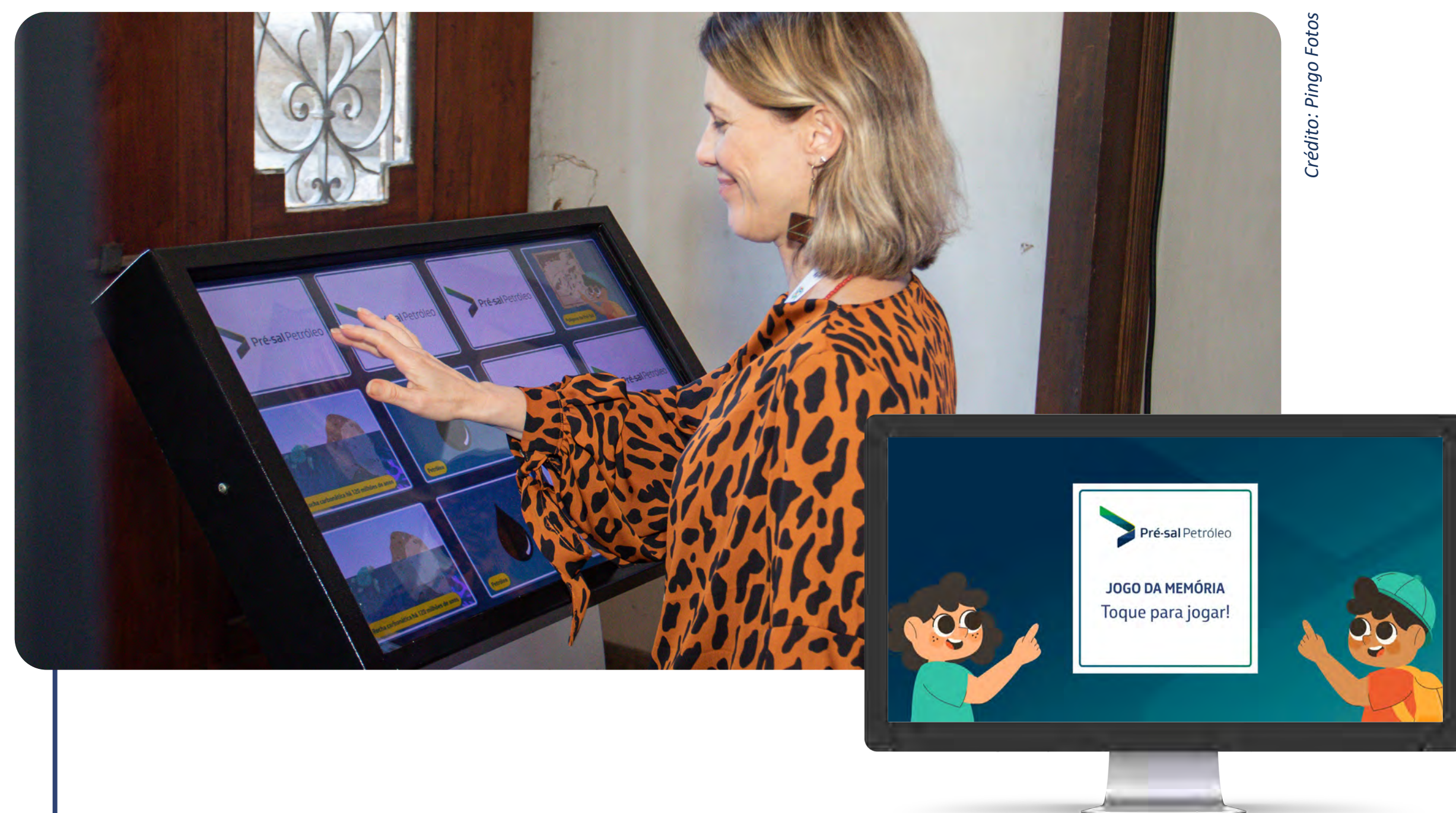


 Entendendo os acordos de individualização da produção

GAMES INTERATIVOS

Três jogos interativos foram desenvolvidos no intuito de contextualizar, de forma lúdica, as atividades da empresa e do pré-sal.

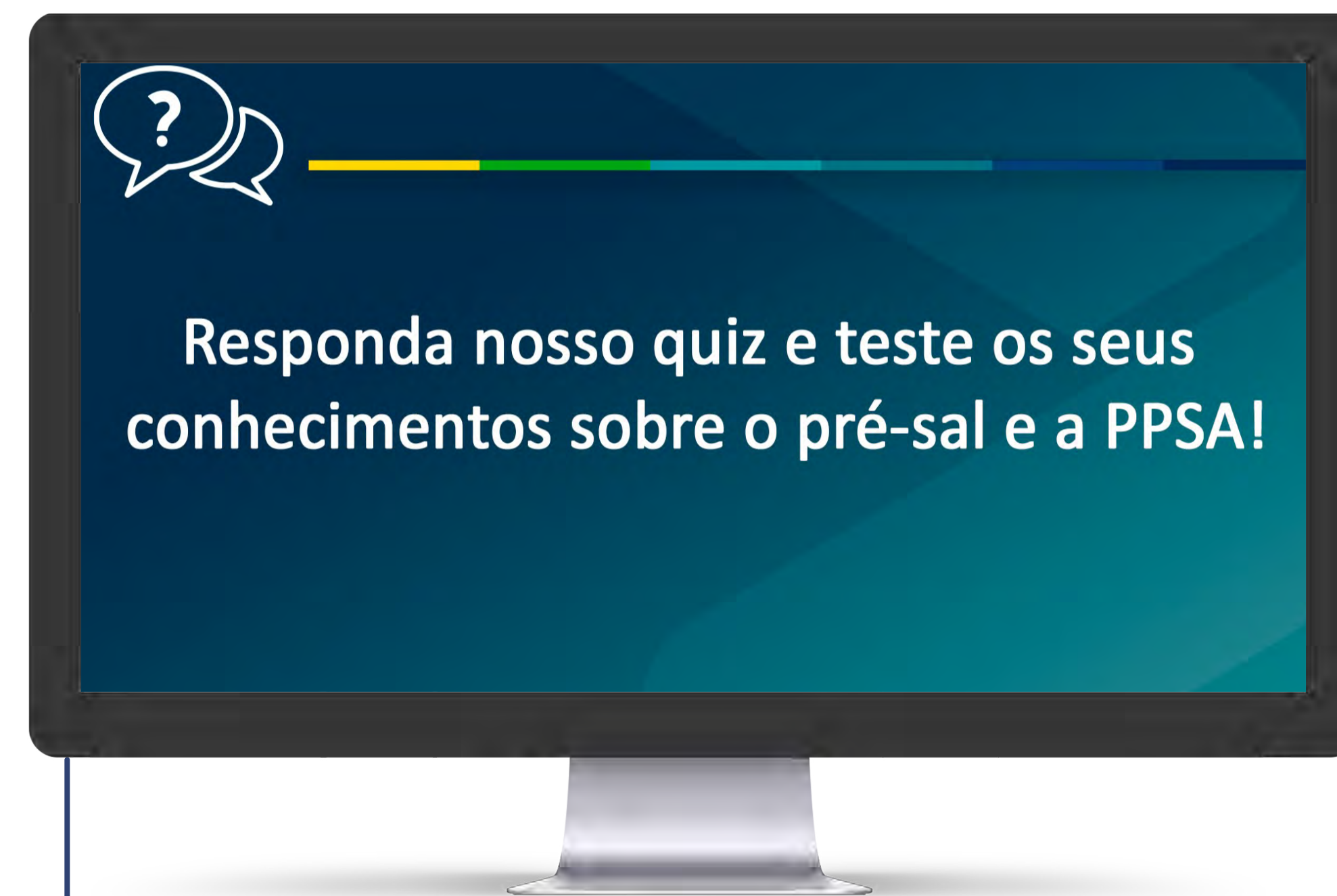
JOGO DA MEMÓRIA



SAIBA MAIS:

[Acesse o Jogo aqui](#)

QUIZ



SAIBA MAIS:

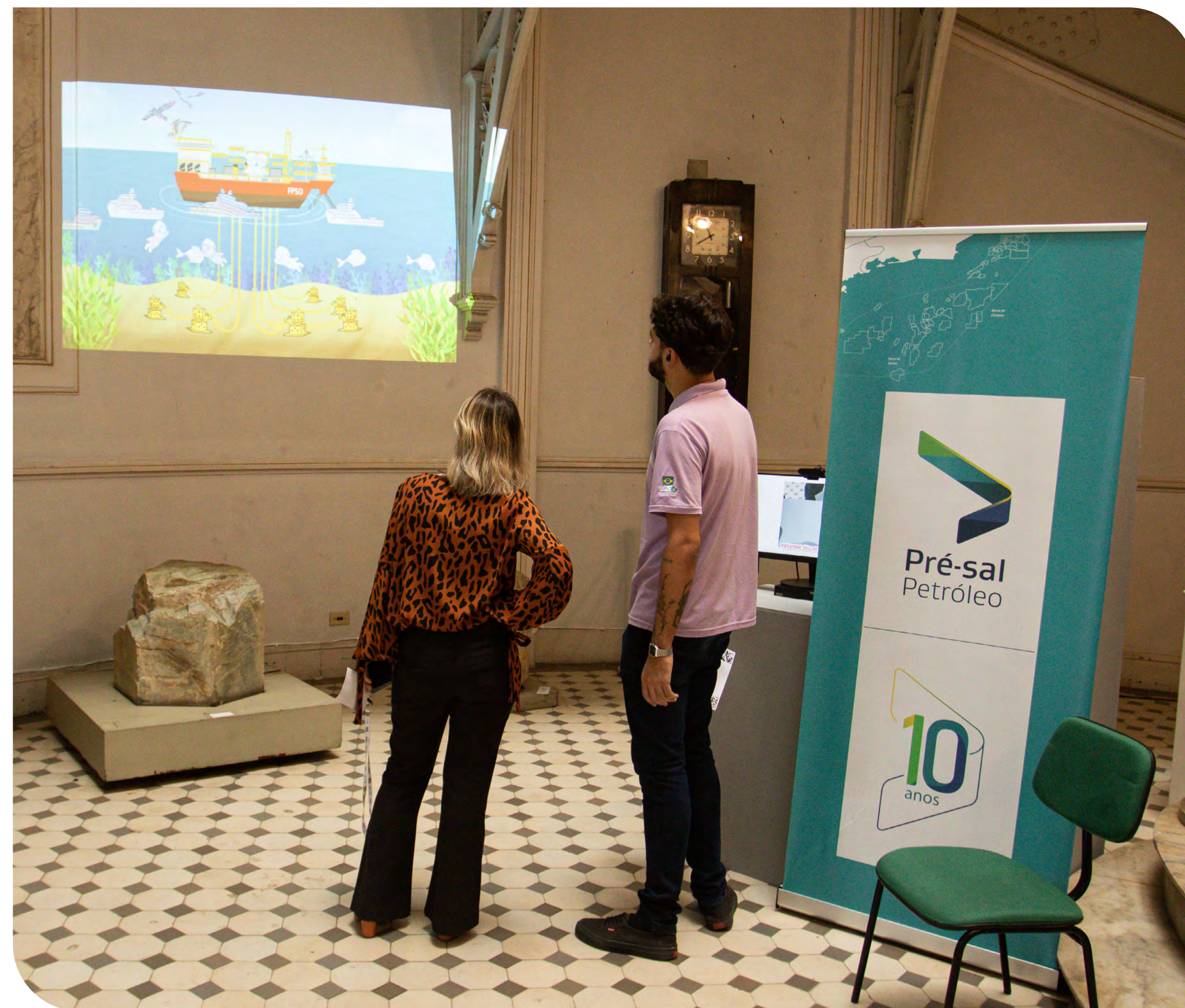
[Acesse o Jogo aqui](#)

COLORING WALL

Atividade lúdica realizada com crianças em exposição no Museu de Ciências da Terra, no intuito de explicar como funciona a atividade de exploração e produção de petróleo no pré-sal.



Crédito: Pingo Fotos



Crédito: Pingo Fotos

PODCASTS

Três Podcasts, disponibilizados no Spotify, contando sobre o pré-sal e a trajetória da PPSA.



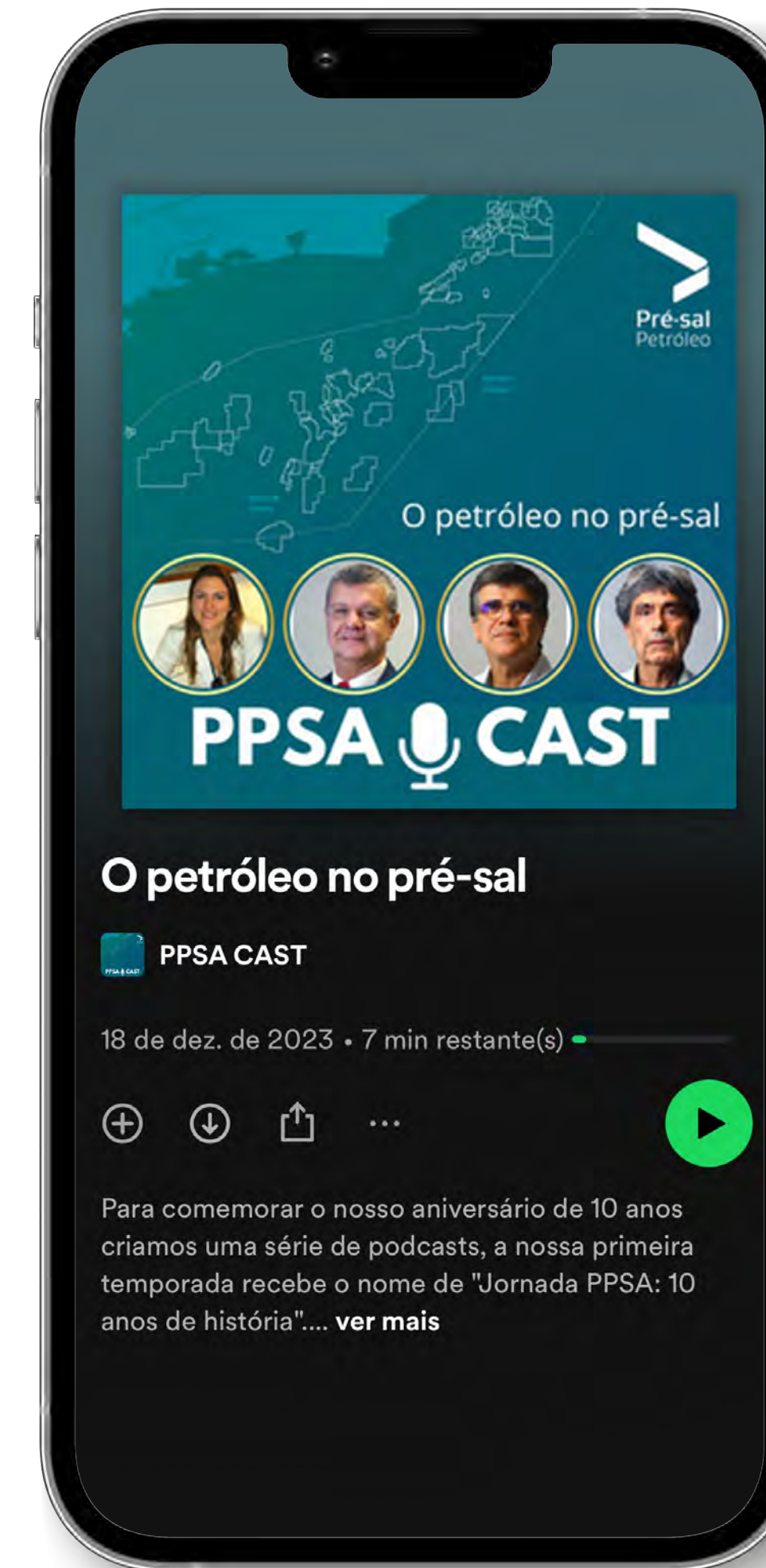
SAIBA MAIS:

“10 anos da PPSA”



SAIBA MAIS:

“Exposição 'O Pré-Sal e a Sociedade'”



SAIBA MAIS:

“O Petróleo no Pré-Sal”

PARTICIPAÇÃO EM EVENTOS

Também compartilhamos nosso conhecimento participando em mais de 20 eventos externos (presencial e remoto), entre eles eventos internacionais relevantes para o setor, a exemplo da *Offshore Technology Conference (OTC)*, em Houston, *The 22nd Offshore China (Shenzhen) Convention & Exhibition 2023* e *American Association of Petroleum Geologists (AAPG) 2023*, em Madrid. Participamos, ainda, com estande e apresentações técnicas na *Offshore Technology Conference (OTC) Brasil*.



Offshore Technology Conference (OTC) • Houston



American Association of Petroleum Geologists (AAPG) 2023 • Madrid



Offshore Technology Conference (OTC) • Brasil



TROCA DE EXPERIÊNCIAS

Em outra frente, compartilhamos nossa experiência de sucesso com outros países. Este ano, foram realizadas reuniões com o órgão regulador de Suriname e de Angola com foco em reconhecimento de custos. A Diretoria da empresa também recebeu em seu escritório uma delegação da Universidade Eduardo Mondlane, de Moçambique.



PREMIAÇÕES

Recebemos o reconhecimento de nossa atuação por meio de duas premiações: **7º Prêmio de Melhores Práticas na Gestão de Departamentos Jurídicos**, organizado pela InteliJur. A premiação foi um reconhecimento à prática apresentada pela Consultoria Jurídica sobre a colaboração do setor na viabilização da venda direta dos hidrocarbonetos da União; e a escolha da PPSA como vencedora da categoria Governança Corporativa no Prêmio Líderes, promovido pelo Grupo Mídia.



CONTEÚDO PROPRIETÁRIO

Mantemos regularmente o site e nossas redes sociais atualizadas com notícias sobre a empresa e nos relacionamos diretamente com jornalistas de economia de todo o Brasil, muitos deles especializados na indústria de petróleo e gás natural. Ao longo de 2023, produzimos 32 releases, atendemos a diversos pedidos de entrevistas e tivemos mais de mil matérias publicadas na imprensa sobre a PPSA. Nossa atuação no LinkedIn vem crescendo e encerramos o ano com cerca de 25 mil seguidores. Em 2023, iniciamos nossa presença no Instagram e Twitter, visto que, até então, havíamos optado por concentrar nossa produção de conteúdo apenas no LinkedIn.

INTERAÇÕES COM PÚBLICO DE INTERESSE



32

releases divulgados para a imprensa



20

apresentações externas



29

manifestações para a Ouvidoria



1.150

matérias publicadas



380 mil

interações no LinkedIn



03

e-books produzidos com comunicação didática sobre nossos temas



03

podcasts disponíveis no Spotify sobre nossas atividades



145

documentos na Biblioteca Digital



07

fontes de dados disponíveis no Painel de arrecadação e comercialização



11

campos com informações disponíveis no Painel de Produção



531

contratações disponibilizadas no Painel de Licitações

NOSSOS 10 ANOS

Somos uma empresa jovem, que chega a sua primeira década com a marca grandiosa: mais de R\$ 14 bilhões arrecadados para a União. Para celebrar estes dez anos mostramos à sociedade o trabalho que temos realizado e os benefícios que os recursos arrecadados geram para a sociedade. A primeira ação foi a criação de um selo comemorativo, que passou a ser utilizado em todas as nossas comunicações.

Na sequência começamos a criar conteúdo sobre nossos dez anos. Um vídeo institucional contando os marcos realizados, um vídeo *storytelling* em que os empregados contam a nossa história, podcasts, conteúdo para as redes sociais sobre o pré-sal. Também redimensionamos nosso Fórum Técnico anual para debater as conquistas obtidas nestes 10 anos e para debater o que esperar para a próxima década.

O ponto alto de nossa celebração foi a realização da exposição temporária “O Pré-Sal e a Sociedade – 10 anos do regime de partilha no Brasil”, em parceria com o Museu de Ciências da Terra (MCTer), o Serviço Geológico do Brasil e o Ministério de Minas e Energia (MME), de novembro de 2023 a janeiro de 2024.



Nosso selo comemorativo é inspirado na trajetória de evolução da empresa. Ele é composto por linhas que representam o caminho percorrido até o momento.

Mas estas linhas não se encontram, remetendo a uma ideia de continuidade - de resultados e conquistas que estão por vir.

▶ FÓRUM TÉCNICO PRÉ-SAL PETRÓLEO

O Fórum Técnico foi realizado em novembro, no Salão Nobre do Serviço Geológico do Brasil, na Urca (RJ), e contou com a participação de 180 líderes da indústria de óleo e gás. O evento trouxe para o debate temas relevantes do setor como a atratividade do pré-sal, as iniciativas de descarbonização e os caminhos para desenvolver o mercado de gás natural no Brasil.

O Fórum foi aberto pelo Diretor do Departamento de Combustíveis Derivados do Petróleo do MME, Renato Dutra. Na ocasião, ele enfatizou que os contratos de partilha geram mais valor à sociedade do que a simples venda do óleo produzido para exportação. Durante o evento foi apresentada a nova edição do estudo “Estimativas de Resultados nos Contratos de Partilha de Produção”, trazendo as perspectivas para produção, arrecadação e investimentos para os próximos dez anos.



PAINÉIS

PAINEL:

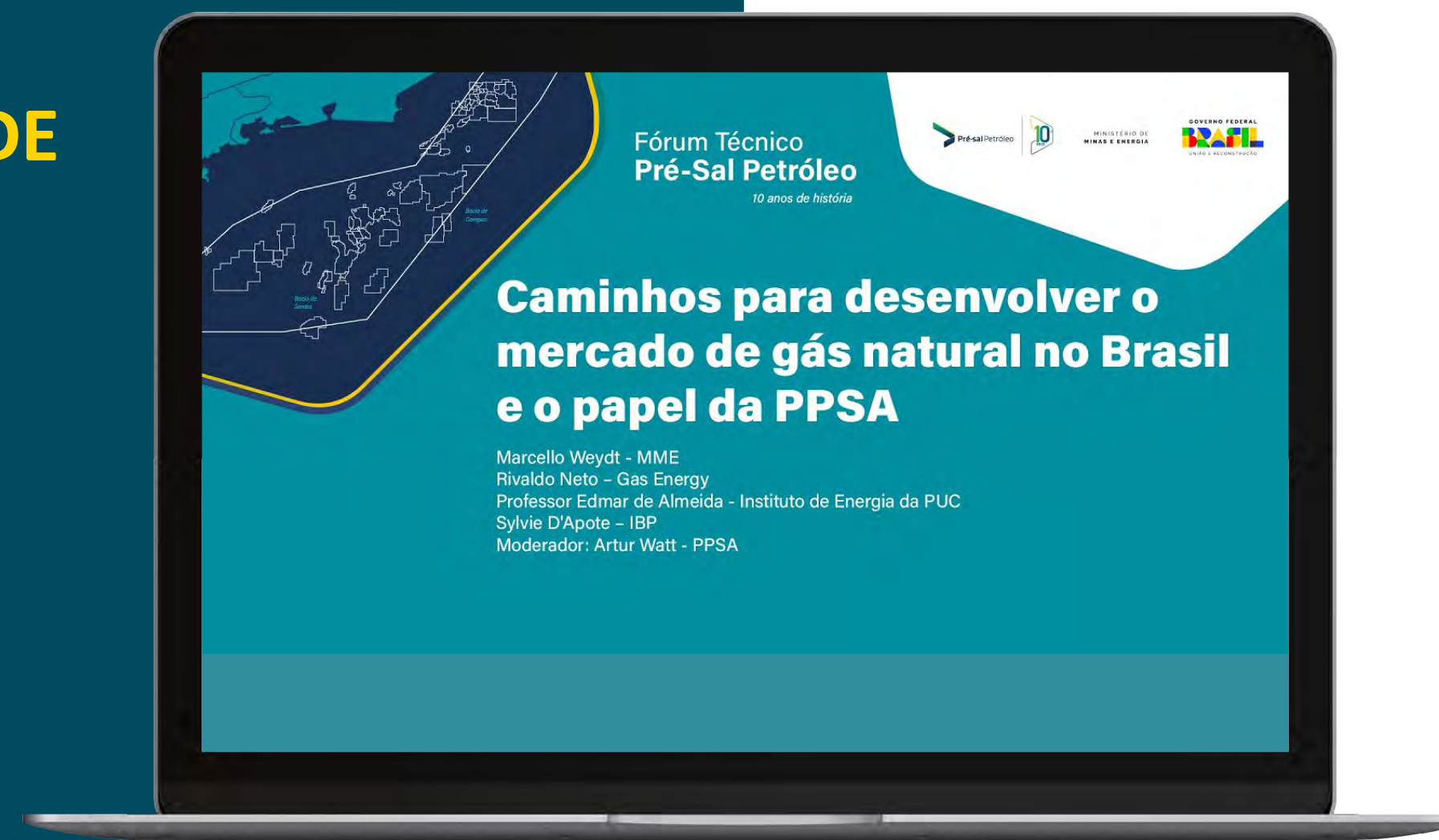
"CAMINHOS PARA DESENVOLVER O MERCADO DE GÁS NATURAL NO BRASIL E O PAPEL DA PPSA"

DEBATEDORES:

- MME - Diretor do Departamento de Gás Natural, Marcello Weydt
- Gas Energy - CEO - Rivaldo Neto
- Instituto de Energia da PUC - Professor Edmar de Almeida
- IBP - Diretora Executiva de Gás Natural - Sylvie D'Apote

DEBATE:

Moderação: Arthur Watt, Consultor Jurídico da PPSA



PAINEL:

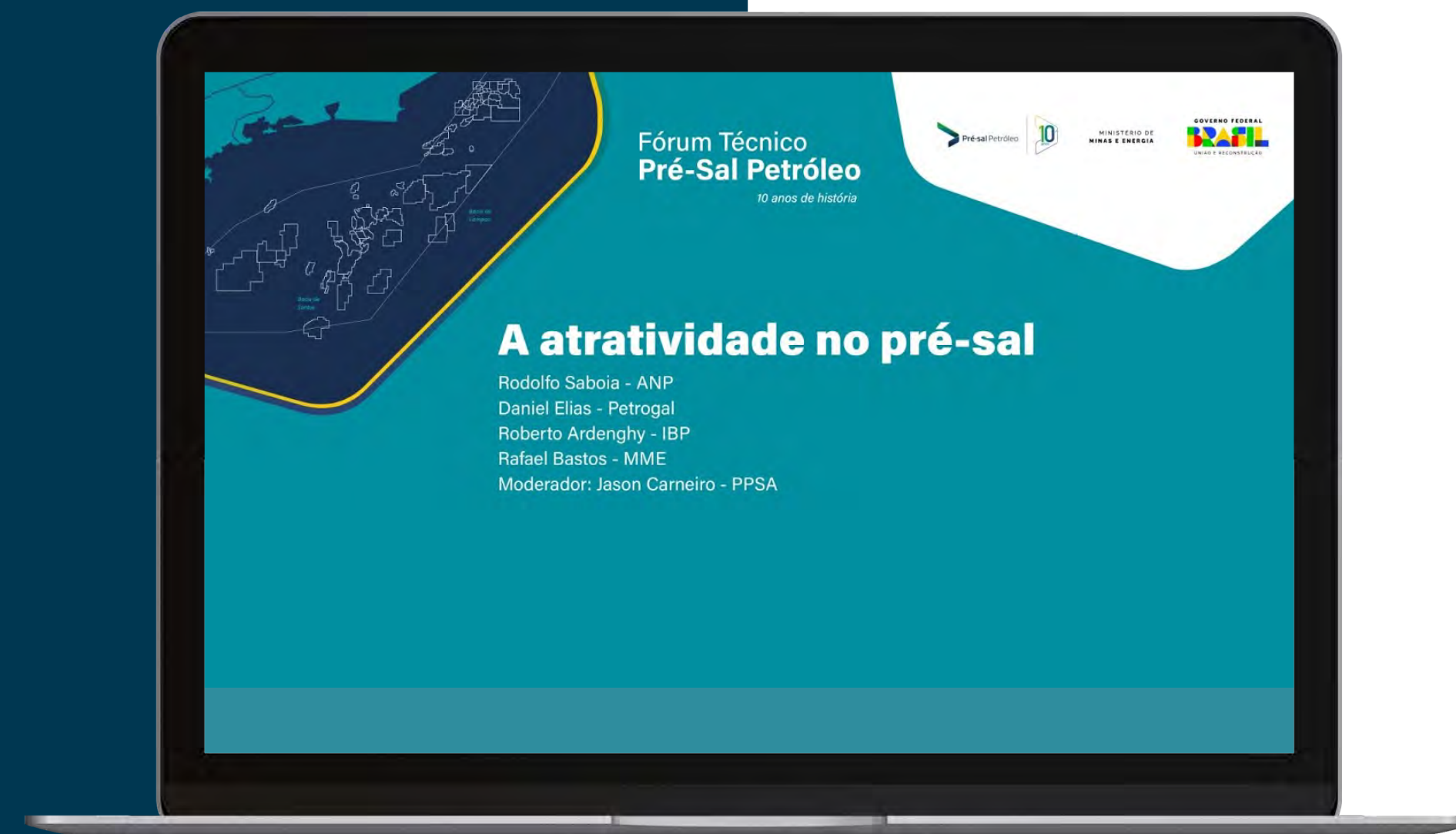
"A ATRATIVIDADE NO PRÉ-SAL"

DEBATEDORES:

- ANP - Diretor Geral - Rodolfo Saboia
- Petrogal - Presidente - Daniel Elias
- TotalEnergies - Diretor de Assuntos Externos - Ulisses Martins
- IBP - Presidente - Roberto Ardenghy
- MME - Diretor de Exploração e Produção - Rafael Bastos

DEBATE:

Moderação: Jason Carneiro, Gerente Executivo da PPSA



PAINEL:

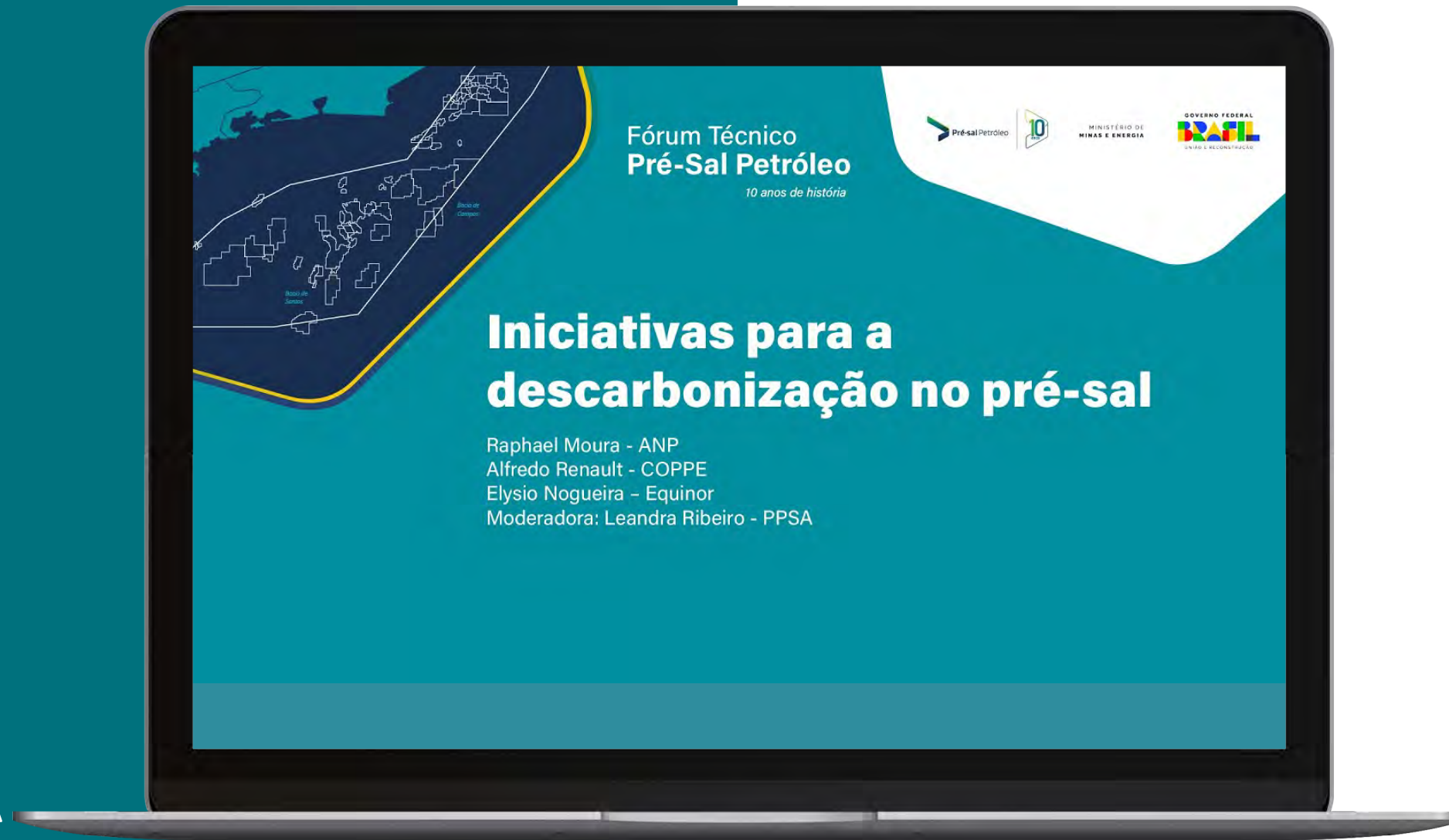
"INICIATIVAS PARA A DESCARBONIZAÇÃO NO PRÉ-SAL"

DEBATEDORES:

- ANP - Superintendente de Tecnologia e Meio Ambiente - Raphael Moura
- Centro de Soluções de baixo carbono da COPPE - CEO - Alfredo Renault
- Equinor - Gerente de Reservatórios do Campo de Bacalhau - Elysio Nogueira

DEBATE:

Moderação: Leandra Ribeiro, Assessora de Planejamento Estratégico da PPSA



Confira os vídeos com todos os debates realizados no fórum

Assista ao nosso vídeo institucional



Crédito: Carlos Luis M C da Cruz

EXPOSIÇÃO O PRÉ-SAL E A SOCIEDADE – 10 ANOS DO REGIME DE PARTILHA NO BRASIL

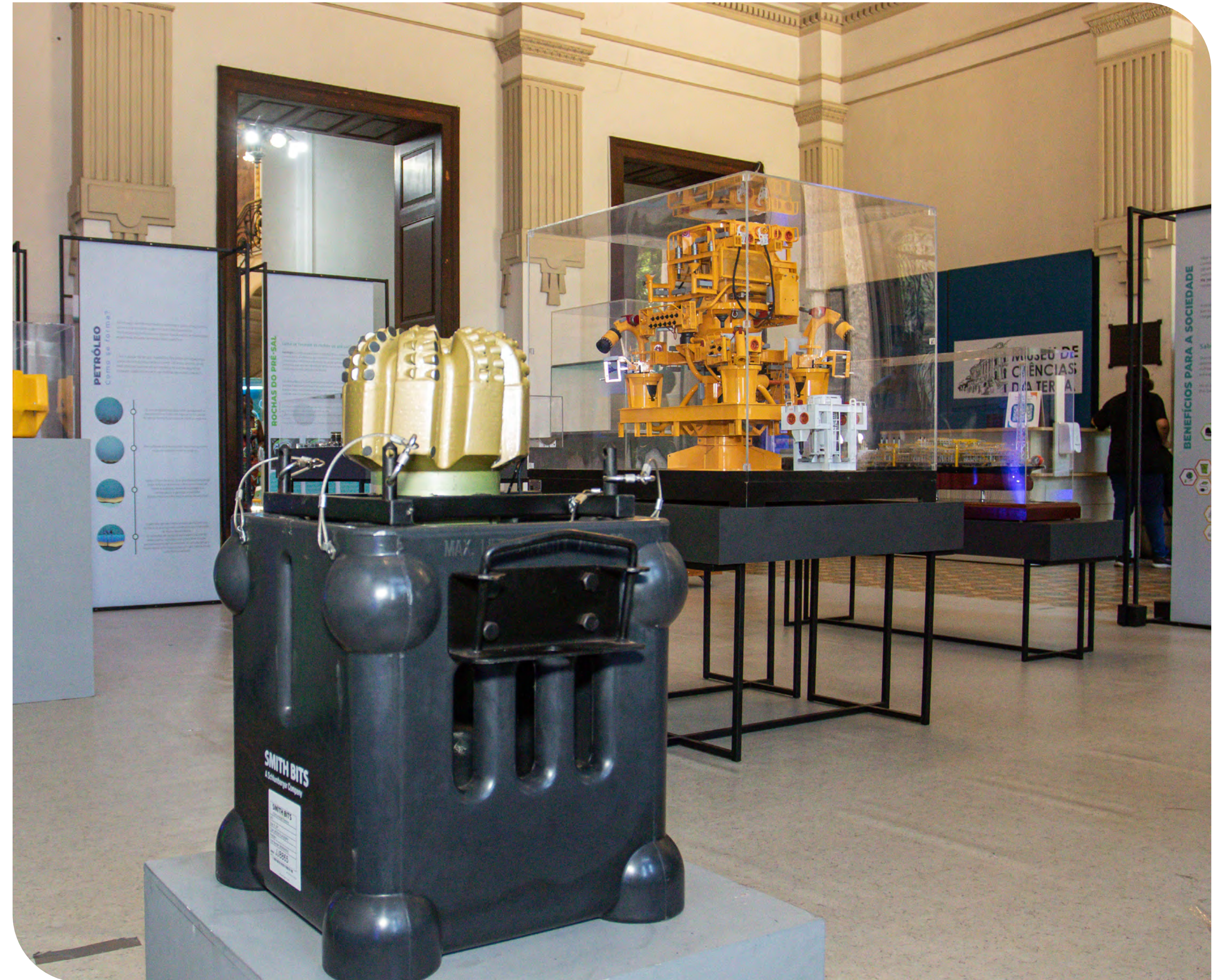
Para explicar o que é o pré-sal, o regime de partilha de produção e a atuação da PPSA promovemos a exposição temporária em comemoração aos 10 anos do regime de partilha no Brasil. A exposição foi abrigada no **Museu de Ciências da Terra**, localizado no Corredor Cultural do Rio de Janeiro, e recebeu cerca de 7.500 visitantes. O público, composto majoritariamente por famílias e estudantes de 29 escolas municipais e estaduais, teve a oportunidade de entender como o petróleo é explorado no pré-sal, a mais de 7 mil metros de profundidade, e como gera riqueza, emprego, renda, saúde e educação para a sociedade brasileira.

Para a realização da exposição, firmamos parceria com nove empresas, entre operadores e fornecedores, que cederam acervos que ajudaram a explicar os equipamentos e tecnologias empregados na extração de petróleo em águas ultraprofundas. Entre os materiais expostos, amostras de testemunhos do pré-sal e do óleo extraído em diferentes campos, além de maquetes de embarcações e de equipamentos submarinos usados pela indústria de petróleo e gás natural. O conteúdo disponibilizado também explicou a evolução e o funcionamento dos contratos de partilha nesses dez anos, bem como a nossa atuação e os resultados obtidos em prol da sociedade.

EXPOSIÇÃO • O PRÉ-SAL E A SOCIEDADE



Crédito: Pingo Fotos



Crédito: Pingo Fotos

EXPOSIÇÃO • O PRÉ-SAL E A SOCIEDADE



Crédito: Pingo Fotos



Crédito: Pingo Fotos

▶ APOIO AO MUSEU

Após a realização da exposição, decidimos ampliar nossa parceria com o Museu de Ciências da Terra investindo na preservação da memória geológica brasileira. Por meio da Lei Rouanet, aportamos, ao final do ano, R\$ 200 mil no projeto de requalificação do salão de rochas e minerais. O projeto visa a revisão do mobiliário expositivo do local e a realização de imunização e segurança reforçada para a melhoria da conservação do acervo, que compreende mais de 20 mil itens.

Como contrapartida social, serão realizadas atividades educativas para escolas públicas municipais e estaduais, com uma programação direcionada para faixas etárias específicas, incluindo mini palestra sobre os assuntos pertinentes ao Museu e visita guiada com um educador aos espaços, com apresentação das coleções e de peças exclusivas e atração artística (personagem vivo) para reforço dos conteúdos abordados.





Pré-sal
Petróleo

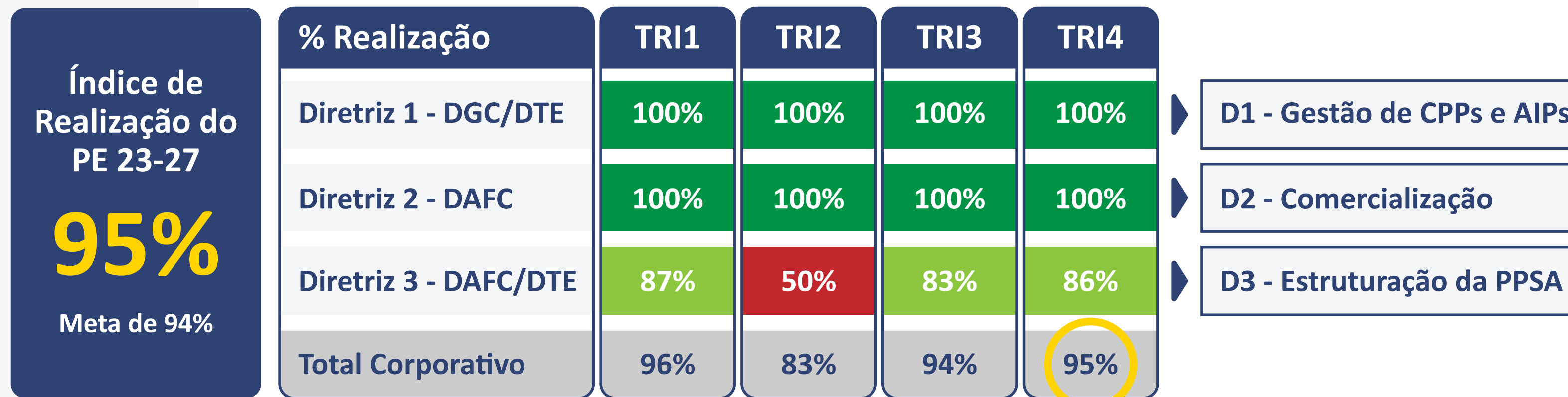
05

RESULTADOS DA GESTÃO

RESULTADOS DO PLANO ESTRATÉGICO (PE) 2023-2027

O Plano Estratégico 2023-2027 foi embasado em três Diretrizes Estratégicas e teve índice de realização de 95%, superando a meta de 94%.

As iniciativas que não atingiram 100% da meta não comprometeram os bons resultados obtidos pela companhia, que desempenhou, com eficiência, atividades nas suas três frentes de trabalho.



Para garantir a implementação do plano, adotamos um mecanismo de governança assim constituído:



O plano é aprovado pelo Conselho de Administração e o seu acompanhamento é sistemático, através da reunião mensal de análise crítica (RAC) do Planejamento Estratégico, quando também é apresentada a curva de execução das iniciativas estratégicas.

CONHEÇA OS PRINCIPAIS RESULTADOS DO PE 2023-2027

1ª DIRETRIZ

Aprimorar os processos técnicos e de gestão de contratos

Implementação da Carteira de Projetos como fonte base para as previsões e avaliações econômicas dos projetos nos CPPs e acordos de individualização da produção (AIPs).

Simplificação do processo de Avaliação das Demonstrações de Competitividade das contratações dos operadores.

Revisão dos procedimentos de Equalização de Gastos e Volumes e de cálculo do Track Participation relacionados ao controle de qualidade (assurance) dos processos críticos.

Implantação do procedimento de Gestão Tecnológica.

2ª DIRETRIZ

Aprimorar o processo de comercialização de petróleo e gás da União

Reavaliação do modelo de comercialização do óleo.

Conclusão dos testes de viabilidade do uso da tecnologia Cargo Transfer Vessels (CTV)

Avanços na comercialização do gás.

Análise da necessidade de navios DP até 2030.

3ª DIRETRIZ

Consolidar a estruturação da empresa

Revisão salarial do Plano de Cargos e Salários (PCS) para a contratação do processo seletivo público.

Definição da estratégia de contratação para estruturar a gestão de dados técnicos de contratos de partilha de produção (CPPs) e acordos de individualização da produção (AIPs).

Evolução das alternativas para a contratação de um Sistema Informatizado de Gestão Arquivística de Documentos (SIGAD).

Assinatura do contrato do SGPP e implantação do Comitê de Melhorias do Sistema.

Revisão da Política de Segurança da informação.

Definido o escopo do ERP (Enterprise Resource Planning, Sistema Integrado de Gestão).

Ampliação da atuação junto aos públicos de interesse, através das mídias sociais, elaboração de e-book sobre o regime de partilha, novo painel com informações dos AIPs, participação na OTC, realização do Fórum Técnico e exposição temporária sobre os 10 anos dos contratos de partilha.

Renovação do contrato de remuneração com MME.

Retorno da tramitação do PL 6211/2019 que aborda o recebimento de uma tarifa sobre a comercialização da PPSA, como forma de garantir a sustentabilidade financeira de longo prazo da empresa.

PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO EM NÚMEROS

2023 foi um ano de ótimos resultados para a Pré-Sal Petróleo, com **95%** de realização do Planejamento Estratégico.

COMERCIALIZAÇÃO DE PETRÓLEO E GÁS

33 cargas de óleo

16 milhões de barris de petróleo da União

43 milhões de metros cúbicos do gás da União

ARRECADAÇÃO PARA A UNIÃO

R\$ 6,02 bilhões

Aumento de **28%** em comparação ao ano anterior.

COMERCIALIZAÇÃO

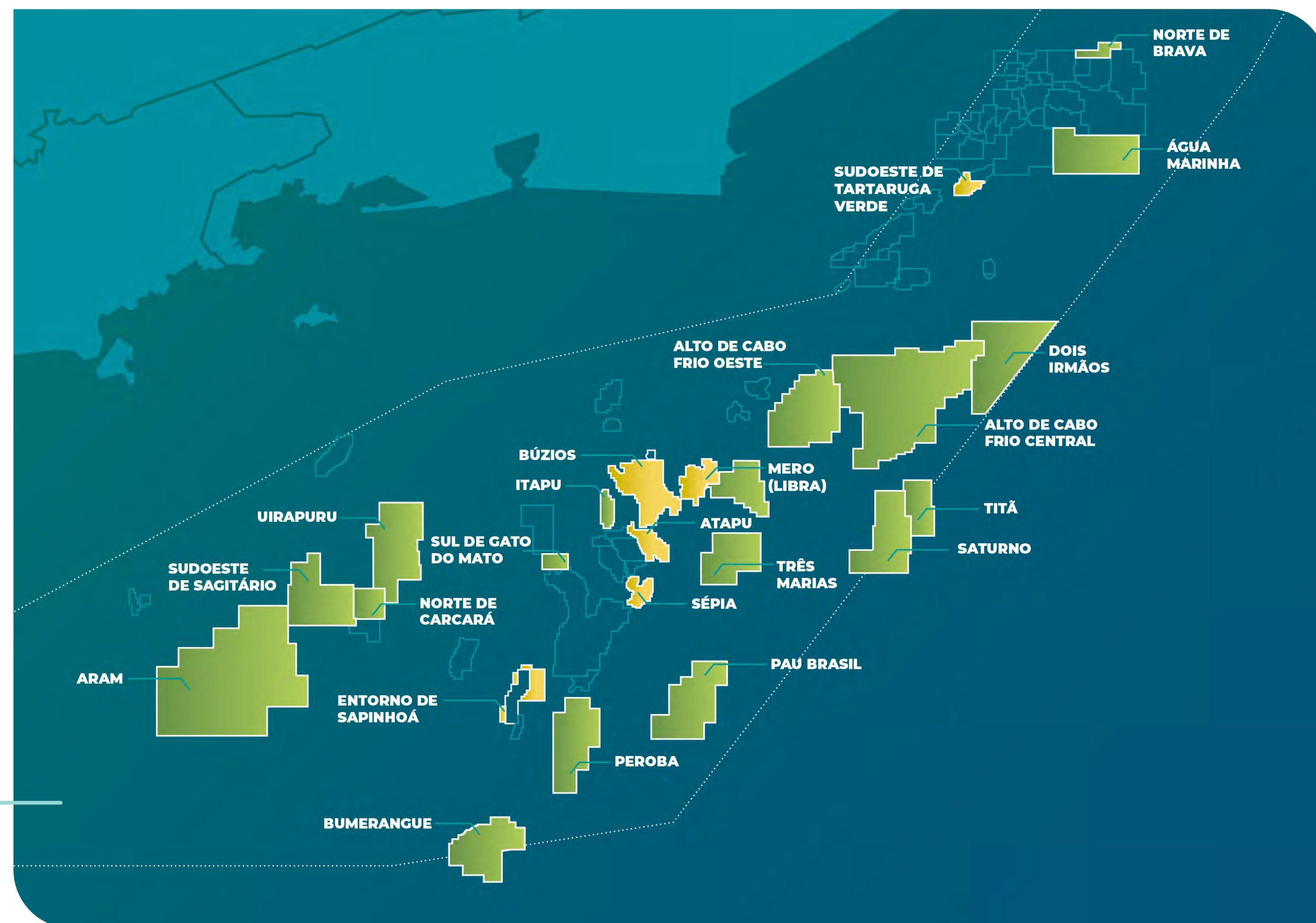
Meta de comercialização de óleo cumprida, com **103%**

GESTÃO DOS CONTRATOS DE PARTILHA DE PRODUÇÃO

Fizemos a gestão de 23 contratos de partilha de produção em 2023. Quatro deles – Água-Marinha, Norte de Brava, Bumerangue e Sudoeste de Sagitário – foram assinados em julho, oriundos do 1º Leilão de Oferta Permanente de Partilha de Produção, realizado pela Agência Nacional do Petróleo Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), em dezembro de 2022. Estes blocos estão situados nas bacias de Campos e Santos e contam com previsão de investimento mínimo na fase de exploração de R\$ 1,44 bilhão.

NOSSA CARTEIRA DE PROJETOS

- Contratos em produção
- Contratos em desenvolvimento da produção e em fase de exploração

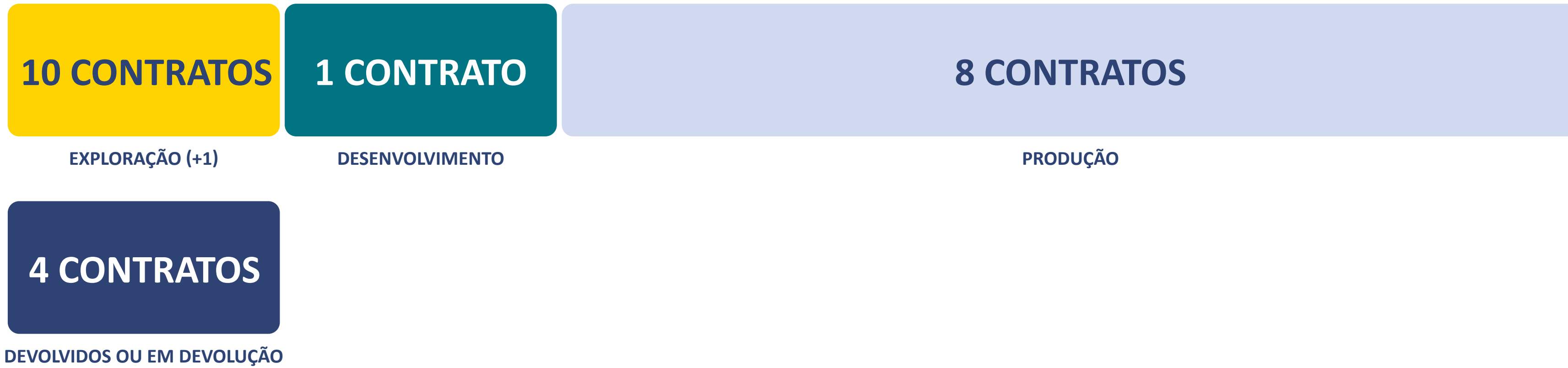
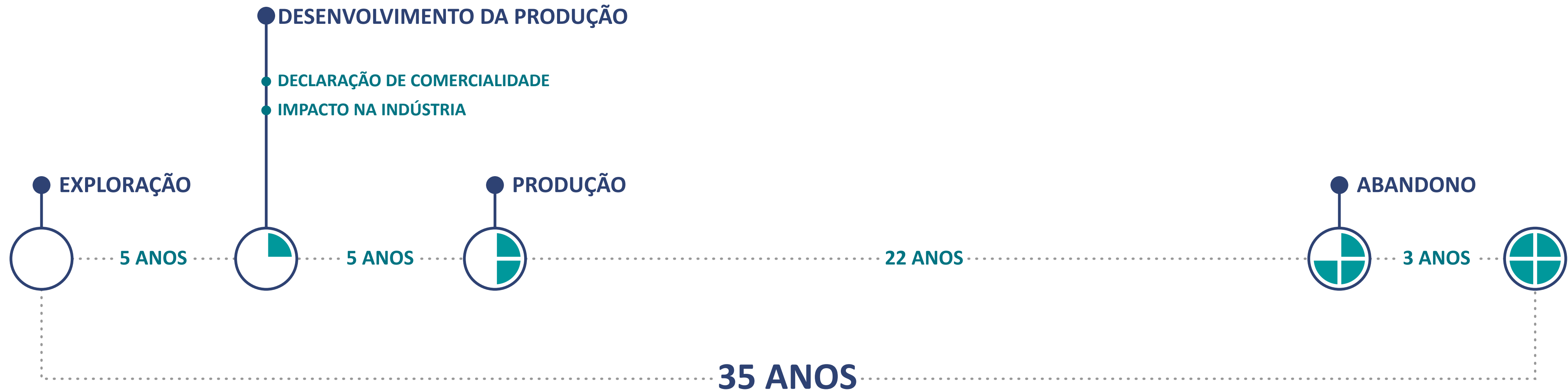


Ao final de 2023, a ANP realizou o 2º Ciclo da Oferta Permanente de Partilha. O bloco de Tupinambá foi arrematado pela empresa BP Energy. O contrato será assinado no primeiro semestre de 2024 e estará também sob nossa gestão.
















Atualmente, 15 empresas atuam em regime de partilha de produção, sendo cinco delas operadoras: Petrobras, Shell, BP Energy, ExxonMobil e Equinor.

Os contratos estão em diferentes fases: oito em produção, um em desenvolvimento, dez em fase de exploração e quatro em processo de devolução.





A tabela ilustra a participação de cada empresa nos atuais contratos de partilha de produção.

MAPA DE PARTICIPAÇÕES															
BLOCO	 PETROBRAS	 SHELL	 TOTAL	 CNPC	 CNOOC	 ECOPEPETROL	 REPSOL	 EQUINOR	 ENXXONMOBIL	 PETROGAL	 BP	 CNODC	 QPI	 CHEVRON	 PETRONAS
Libra	40%	20%	20%	10%	10%										
Sul de Gato do Mato		50%	20%			30%									
Entorno de Sapinhoá	45%	30%					25%								
Norte de Carcará								40%	40%	20%					
Peroba	40%										40%	20%			
Alto de Cabo Frio Oeste		55%			20%								25%		
Alto de Cabo Frio Central	50%										50%				
Uirapuru	30%							28%	28%	14%					
Dois Irmãos	45%							25%			30%				
Três Marias	30%	40%												30%	
Saturno		45%				10%								45%	
Titã									64%				36%		
Pau Brasil					30%	20%					50%				
Sudoeste de Tartaruga Verde	100%														
Búzios	85%				10%							5%			
Itapu	100%														
Aram	80%											20%			
Sépia	30%		28%										21%		21%
Atapu	52,50%	25%	22,50%												
Água Marinha	30%		30%										20%		20%
Norte de Brava	100%														
Bumerangue											100%				
Sudoeste de Sagitário	60%	40%													

LEGENDA: Operador do Contrato



NOVAS ÁREAS

Em dezembro, o Conselho Nacional de Política Econômica autorizou, por meio da Resolução Nº 11, mais 11 áreas a serem licitadas no Sistema de Oferta Permanente, sob o regime de partilha de produção.

São elas: Itaimbezinho, Ametista, Ágata, Mogno, Jaspe, Amazonita, Safira Leste, Safira Oeste, Citrino, Larimar e Ônix. A Petrobras manifestou interesse pelo direito de preferência de Jaspe. Se arrematados, os contratos serão geridos pela PPSA.

Confira o percentual mínimo do excedente em óleo da União e o bônus de assinatura estabelecido por bloco:

BLOCO	%	R\$
ITAIMBEZINHO	6,67%	R\$ 11.008.615,95
AMETISTA	6,41%	R\$ 1.060.087,39
ÁGATA	6,48%	R\$ 30.355.184,66
MOGNO	8,81%	R\$ 32.766.127,53
JASPE	16,72%	R\$ 52.234.042,42
AMAZONITA	12,91%	R\$ 86.591.721,01
SAFIRA LESTE	9,03%	R\$ 140.113,58
SAFIRA OESTE	23,01%	R\$ 123.019.652,15
CITRINO	8,87%	R\$ 5.689.435,33
LARIMAR	10,65%	R\$ 36.469.743,39
ÔNIX	10,59%	R\$ 21.299.775,37



SAIBA MAIS:

Portfólio dos Contratos de Partilha de Produção

PRINCIPAIS DESTAQUES (ALTERAÇÕES NO QUADRO)

CONTRATOS EM REGIME DE PARTILHA DE PRODUÇÃO

DESTAQUES 2023

 **23** contratos de partilha de produção sob gestão da PPSA

 **01** novo contrato arrematado (a ser assinado em 2024)

 **08** contratos em produção

 **15** FPSOs em atividade (3 deles entraram em 2023)


 **05** FPSOs com previsão de entrada até 2025

 **62** poços produtores

 **01** descoberta

 **02** declarações de comercialidade

 **04** contratos em devolução

 **323,07** milhões de barris de petróleo produzidos

 **856** milhões de m³ de gás natural produzidos

PARCELAS DA UNIÃO*

 **17,08** milhões de barris de petróleo

 **45** milhões de m³ de gás natural disponível para a exportação

*Inclui resultados dos acordos de individualização da produção.

PRODUÇÃO NO PRÉ-SAL

Desde 2020, divulgamos, mensalmente, um boletim com a produção de petróleo e gás natural dos contratos de partilha de produção, bem como as parcelas destinadas à União. A produção vem, desde então, em uma curva de crescimento, com previsão de alcançar o pico antes do final da década.

Em 2023, lançamos um Painel Interativo dedicado exclusivamente a indicadores de produção, e passamos a computar também a parcela de petróleo e gás natural que a União tem direito nos acordos de individualização da produção (AIPs) que envolvem áreas não contratadas. Com a ferramenta, qualquer pessoa pode ter acesso aos dados dos contratos de partilha e dos AIPs e filtrar as informações conforme seu interesse, aumentando, assim, a possibilidade de análises da produção total no pré-sal e das parcelas da União.

Ao longo do ano, três novos navios-plataformas (FPSOs) passaram a atuar nos campos que operam em regime de partilha: FPSO Sepetiba, em Mero; FPSO Almirante Barroso, em Búzios e FPSO Anita Garibaldi, na Jazida Compartilhada de Brava. O ano foi marcado por recordes de produção. O FPSO Guanabara (Mero 1) atingiu sua capacidade máxima de produção, de 180 mil bpd. O mesmo ocorreu com a P-71, em Itapu, e com o FPSO Almirante Barroso, em Búzios, ambos com capacidade de 150 mil bpd.

FPSO SEPETIBA



Crédito: Agência Petrobras

NOVOS FPSOs

Para os próximos anos é esperado um crescimento da produção e a chegada de novos navios-plataforma. Estão em andamento os FPSOs de Mero 3 e 4, em construção na China, com entrada em produção prevista para 2024 e 2025, respectivamente, e o FPSO de Bacalhau, que está na fase de integração de módulos em Singapura, com partida para o Brasil prevista para setembro de 2024. Em 2023, nossa equipe esteve junto com profissionais das demais empresas que compõe o consórcio de Bacalhau acompanhando as operações nas instalações da Aibel (Tailândia) e MODEC (Singapura).

As unidades de produção de Búzios P-78 (Búzios 6) e FPSO Almirante Tamandaré (Búzios 7) têm previsão de entrada em produção em 2025. Também estão em andamento as licitações da P-84, em Atapu, e da P-85, em Sépia. Também foi iniciada a contratação do primeiro FPSO da revitalização de Forno.

FPSO ANITA GARIBALDI

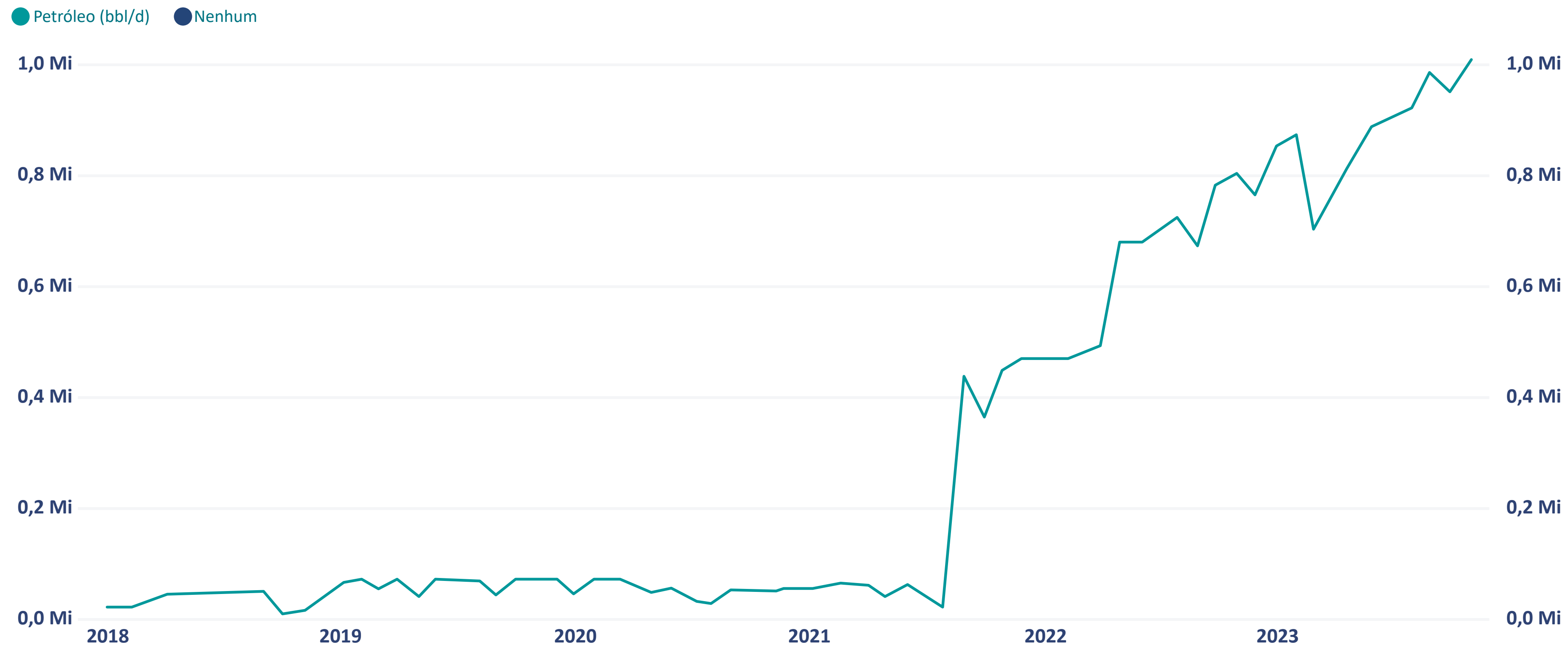


Crédito: Agência Petrobras

PRODUÇÃO CRESCENTE

A produção dos contratos de partilha é crescente. Em dezembro de 2023, os oito contratos estavam produzindo quase um milhão de barris por dia (992 mil bpd). Deste total, 48 mil bpd são de direito da União.

PETRÓLEO (bbl/d)



DEZEMBRO
2023

PRODUÇÃO DE ÓLEO
DOS CONTRATOS

992 mil bpd

PRODUÇÃO DE ÓLEO
DA UNIÃO

48 mil bpd

Com este volume de produção diária, a União já ocupa hoje o décimo lugar no ranking de produtores, com o tamanho da produção de uma empresa independente. Para os próximos anos, em que nossos estudos apontam uma produção diária de 500 mil barris, estima-se que a União se defina entre os top 3 no ranking de produtores.

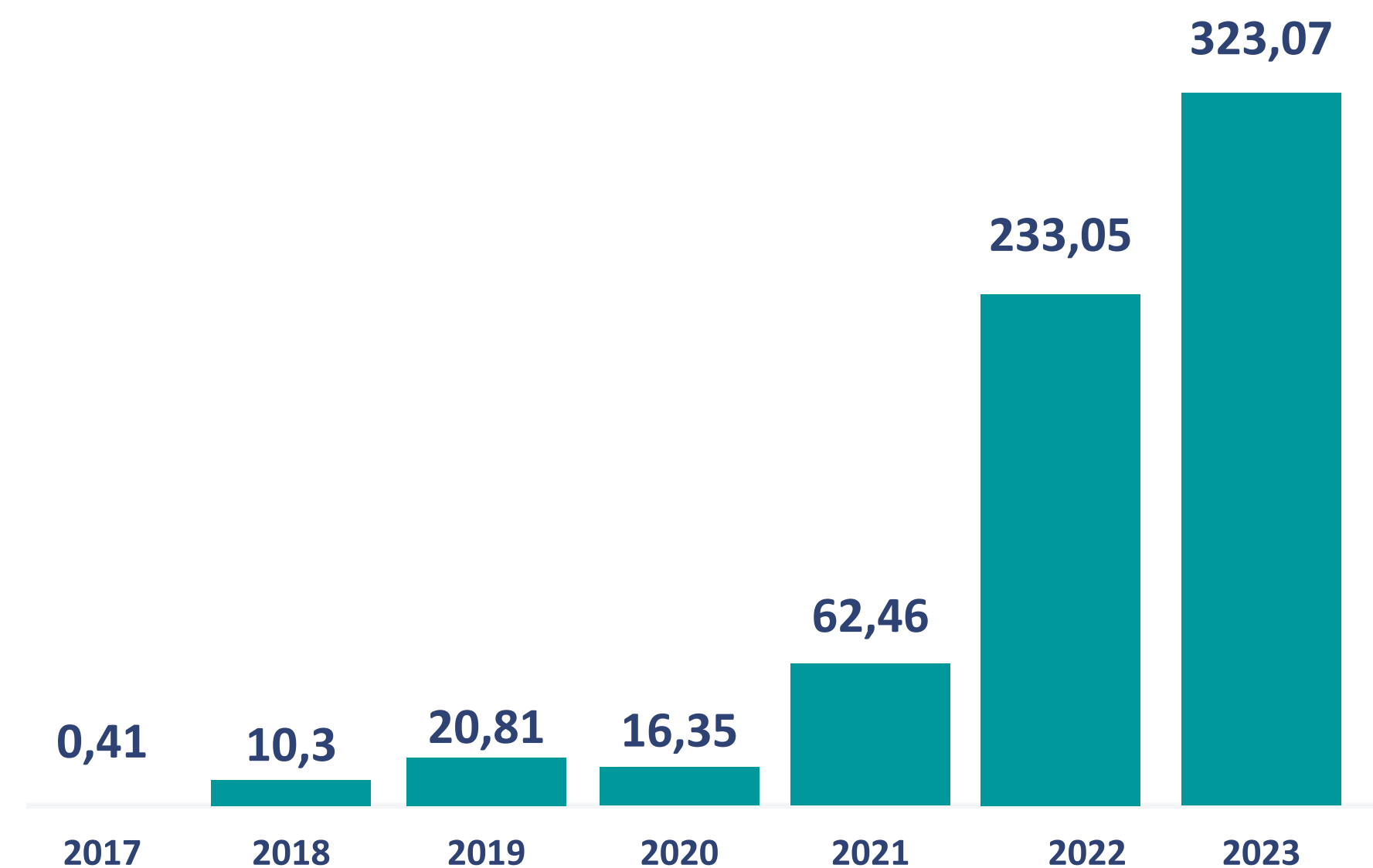
MAIORES PRODUTORES DO BRASIL - DEZEMBRO/2023

#	EMPRESA	K BOE/D	#	EMPRESA	K BOE/D
1º	 PETROBRAS	2.938	8º	 REPSOL	72
2º	 SHELL	496	9º	 CNOOC	64
3º	 TOTAL	186	10º	 PPSA	52
4º	 PETROGRAL	129	11º	 PETRONAS	41
5º	 PRIO	103	12º	 SINOCHEM	39
6º	 CNOOC	97	13º	 QATAR	34
7º	 EQUINOR	87	14º	 TRIDENT	34

Ao longo de 2023, os oito contratos de partilha que estão em produção operaram com 15 navios-plataforma, registrando uma produção total de 323,07 milhões de barris e 856 milhões de m³ de gás natural.

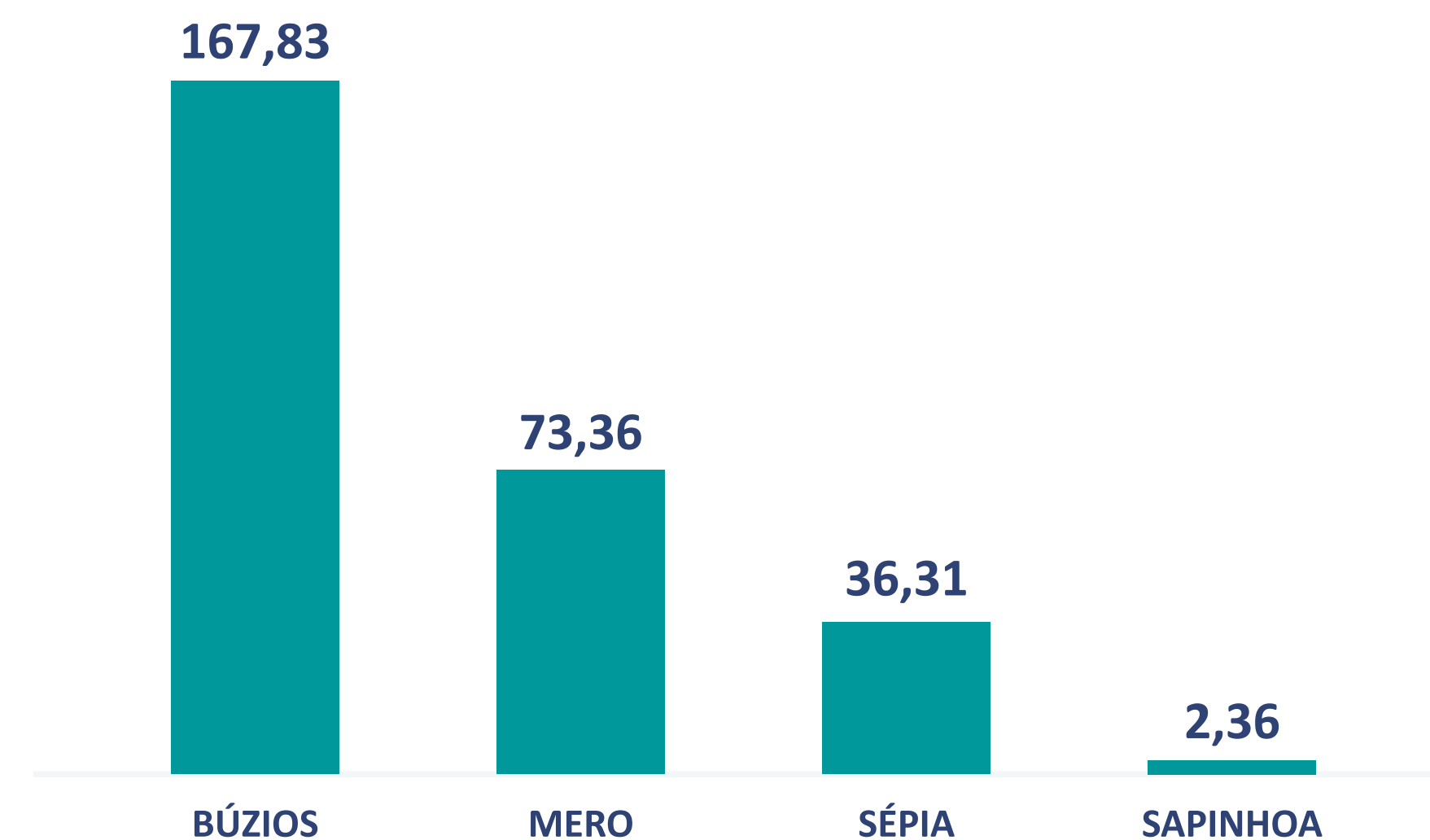
PRODUÇÃO ANUAL TOTAL DE ÓLEO NOS CONTRATOS

(MILHÕES DE BARRIS)



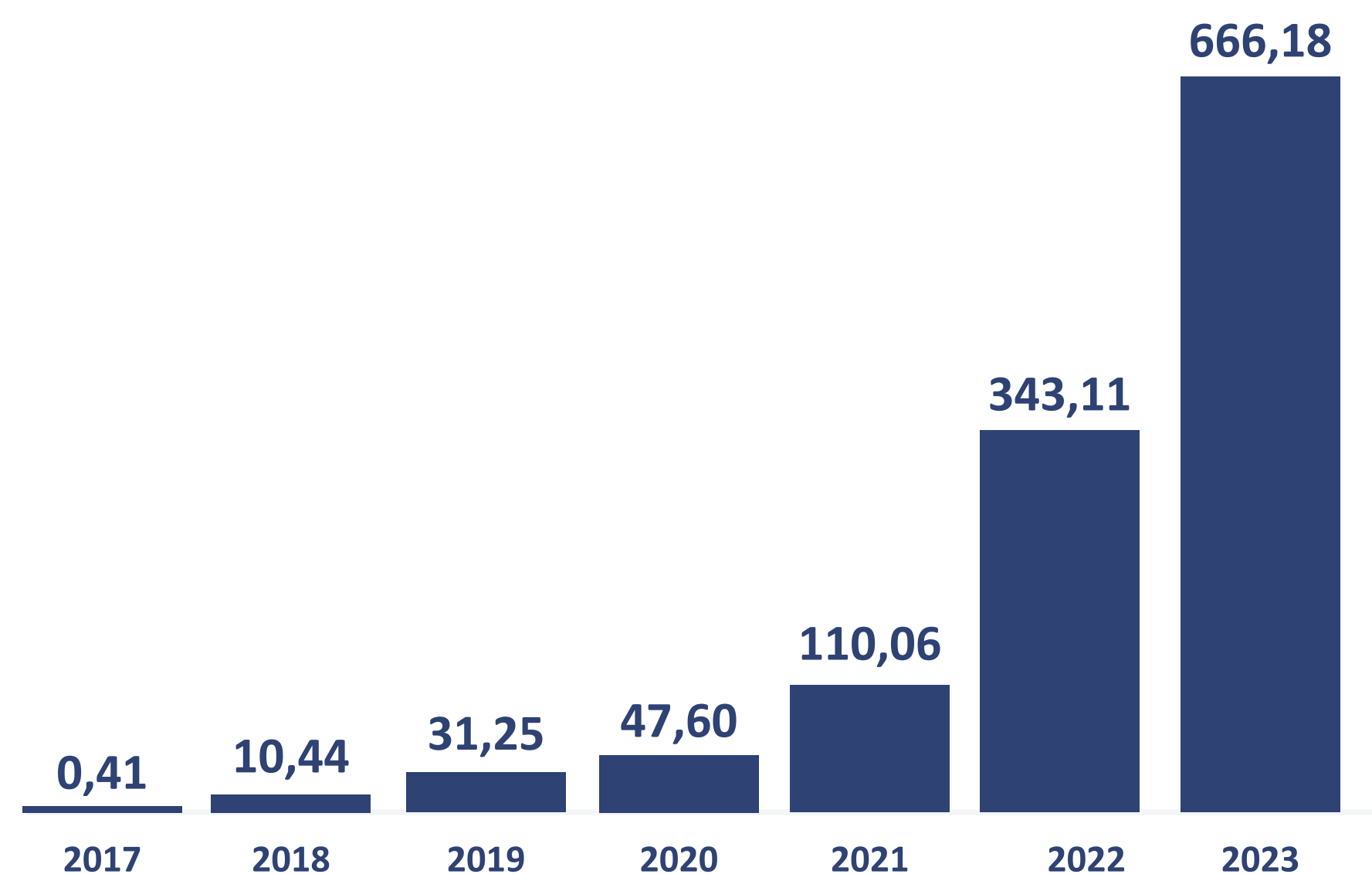
MAIORES PRODUTORES DE PETRÓLEO EM REGIME DE PARTILHA - 2023

(MILHÕES DE BARRIS)



PRODUÇÃO ACUMULADA DE ÓLEO EM REGIME DE PARTILHA

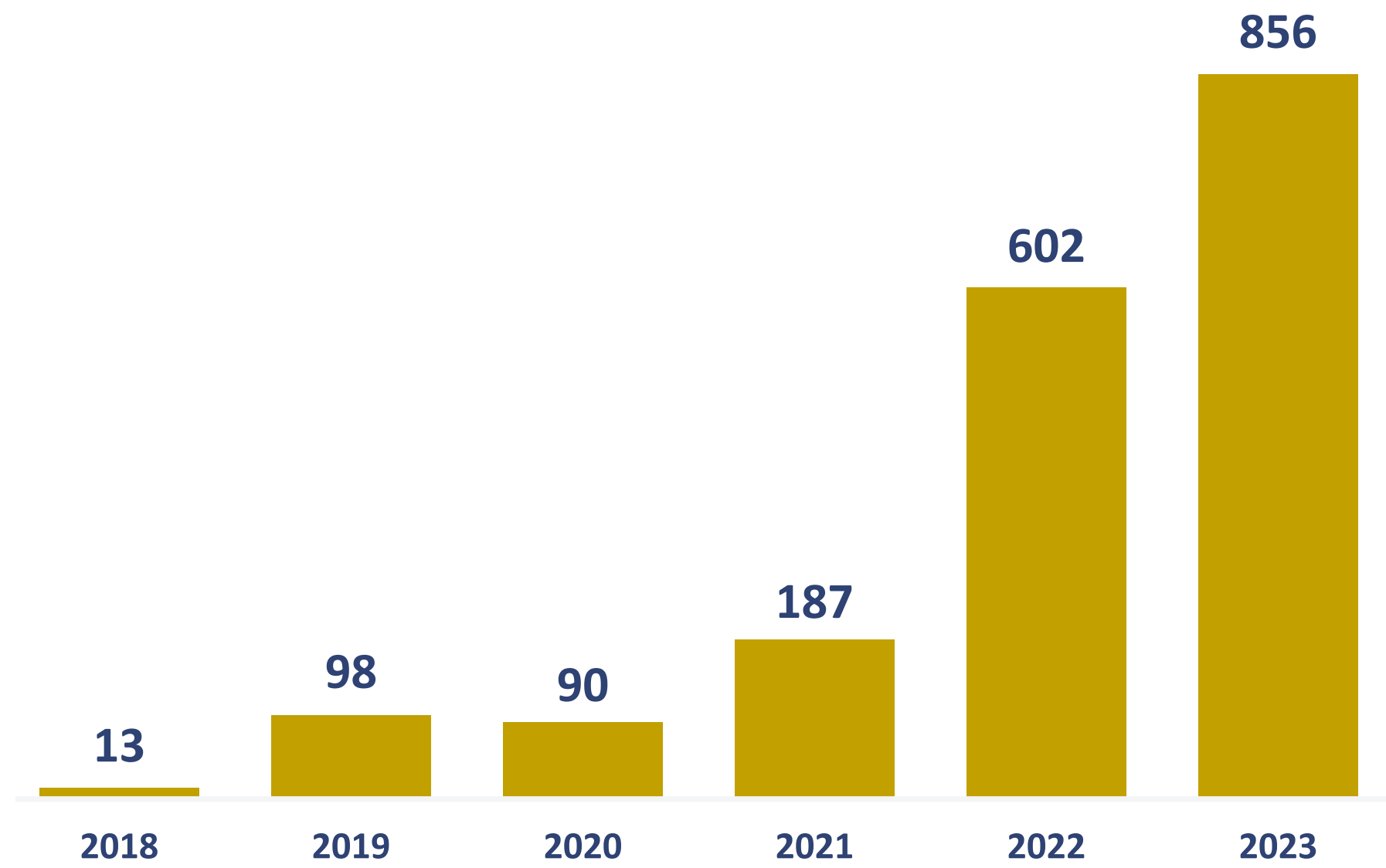
PRODUÇÃO TOTAL DE ÓLEO (MMbbi)



TIPO	CAMPO	ACUMULADO
CPP	Búzios	369.36
CPP	Mero	147.10
CPP	Sepia	60.88
CPP	Atapu	44.16
CPP	Itapu	16.59
CPP	Sapinhoá	14.70
CPP	Tartaruga Verde Sudoeste	13.35
CPP	Espadim	0.04
TOTAL		666.18

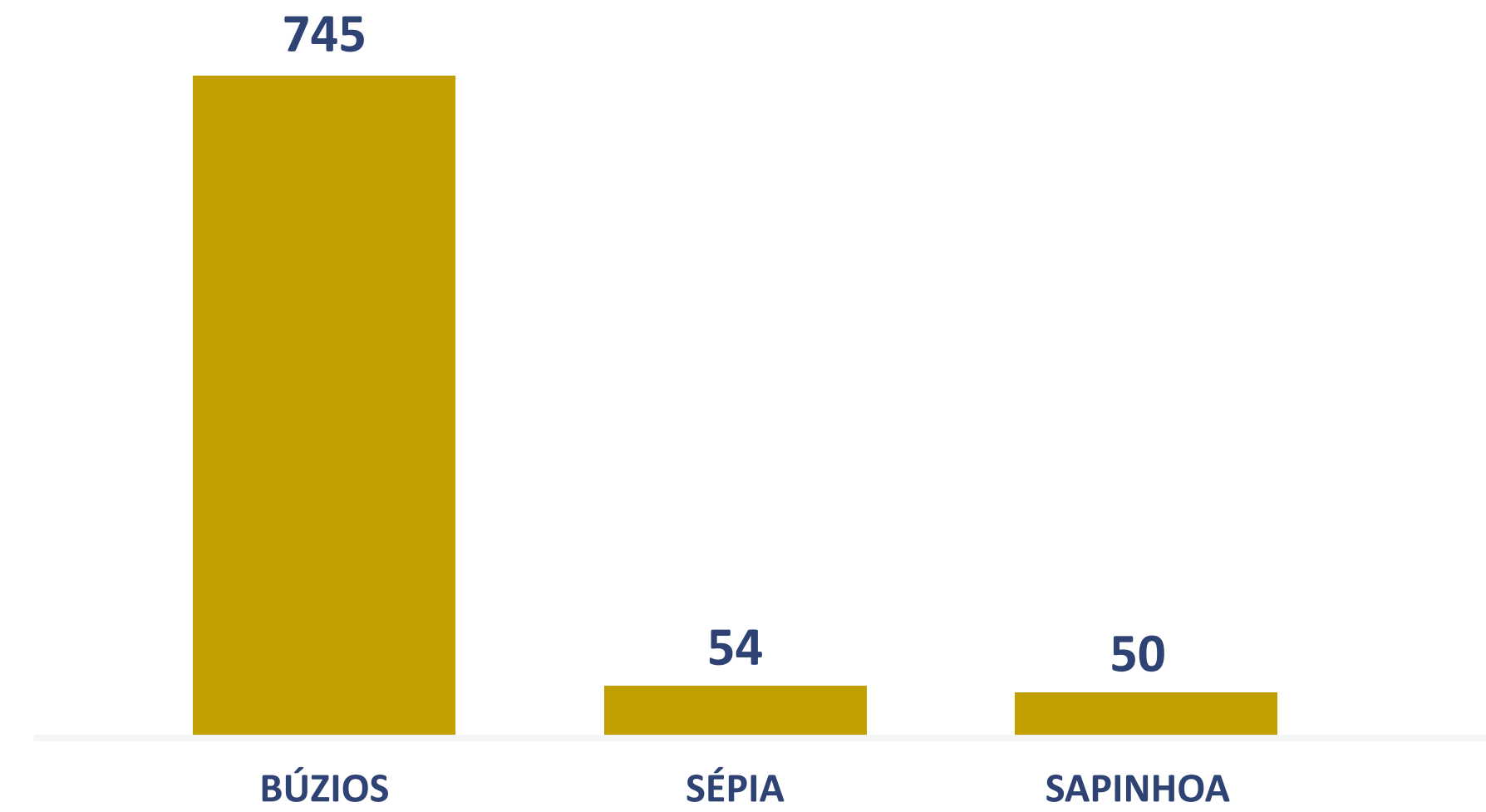
GÁS NATURAL DISPONÍVEL PARA EXPORTAÇÃO NOS CONTRATOS DE PARTILHA EM 2023

(MILHÕES DE M³)



MAIORES PRODUTORES DE GÁS NATURAL EM REGIME DE PARTILHA - 2023

(MILHÕES DE M³)



PRODUÇÃO TOTAL DA UNIÃO

A União teve direito a 17,08 milhões de barris de petróleo da produção do pré-sal em 2023. O resultado é 57% maior do que o registrado em 2022 (10,9 milhões) e reflete o crescimento da produção no país. Deste volume, 92% são referentes à parcela que a União faz jus em oito contratos de partilha de produção, sendo o campo de Mero o principal responsável por este resultado, seguido dos campos de Búzios e Entorno de Sapinhoá. Os 8% restantes são relativos à participação da União nas jazidas unitizadas de Atapu e Tupi, que envolvem áreas não contratadas e operam com sete navios-plataforma.

Desde 2017, a União acumula um total de 41,93 milhões de barris de petróleo produzidos.

No ano passado, a União também teve direito a 45 milhões de m³ de gás natural disponível para a exportação, oriundos de nove campos. O volume foi cerca de 30% inferior ao de 2022. A queda é explicada pela redução no volume de gás da União do Campo de Sapinhoá. Embora a produção do campo tenha aumentado, por questões contratuais, a participação da União foi menor. Ainda assim, Sapinhoá foi o campo que mais produziu para a União, seguido de Tupi e Búzios.

Desde 2017, a União acumula um total de 241 milhões de m³ de gás natural.

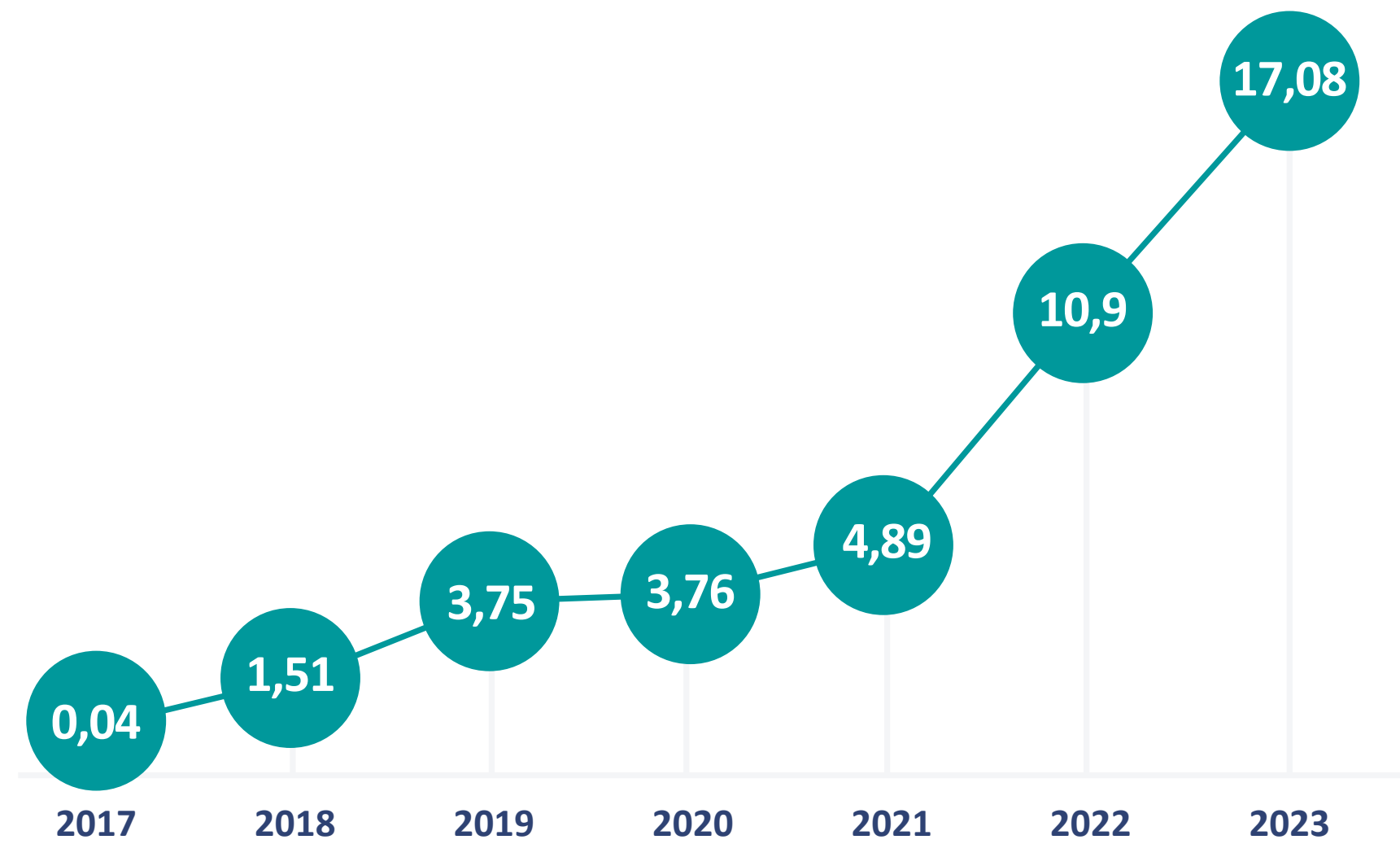
FPSO DUQUE DE CAXIAS



Crédito: Agência Petrobras

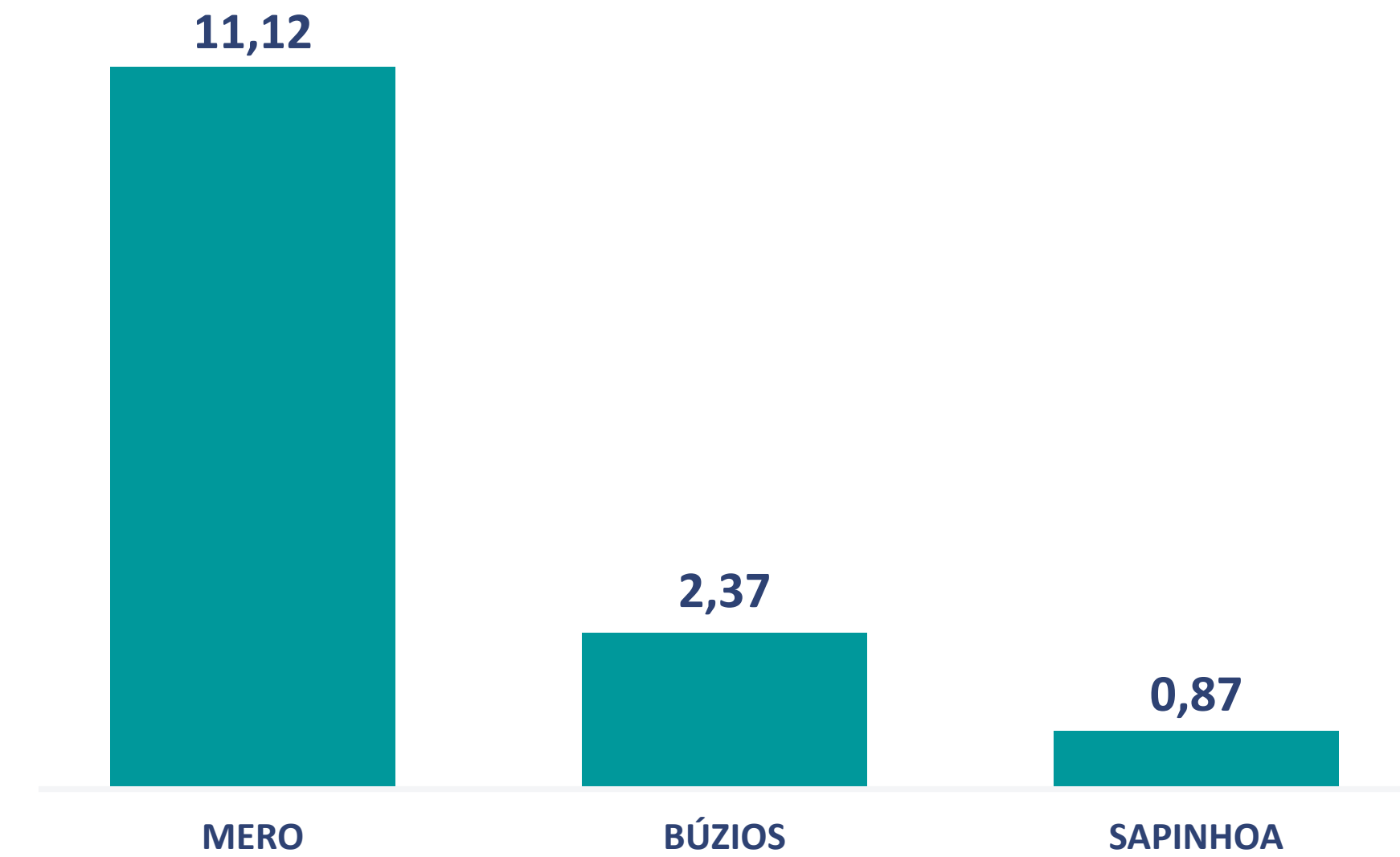
EVOLUÇÃO DA PARCELA ANUAL DE PETRÓLEO DA UNIÃO

(CPP E AIPS - MILHÕES DE BARRIS)



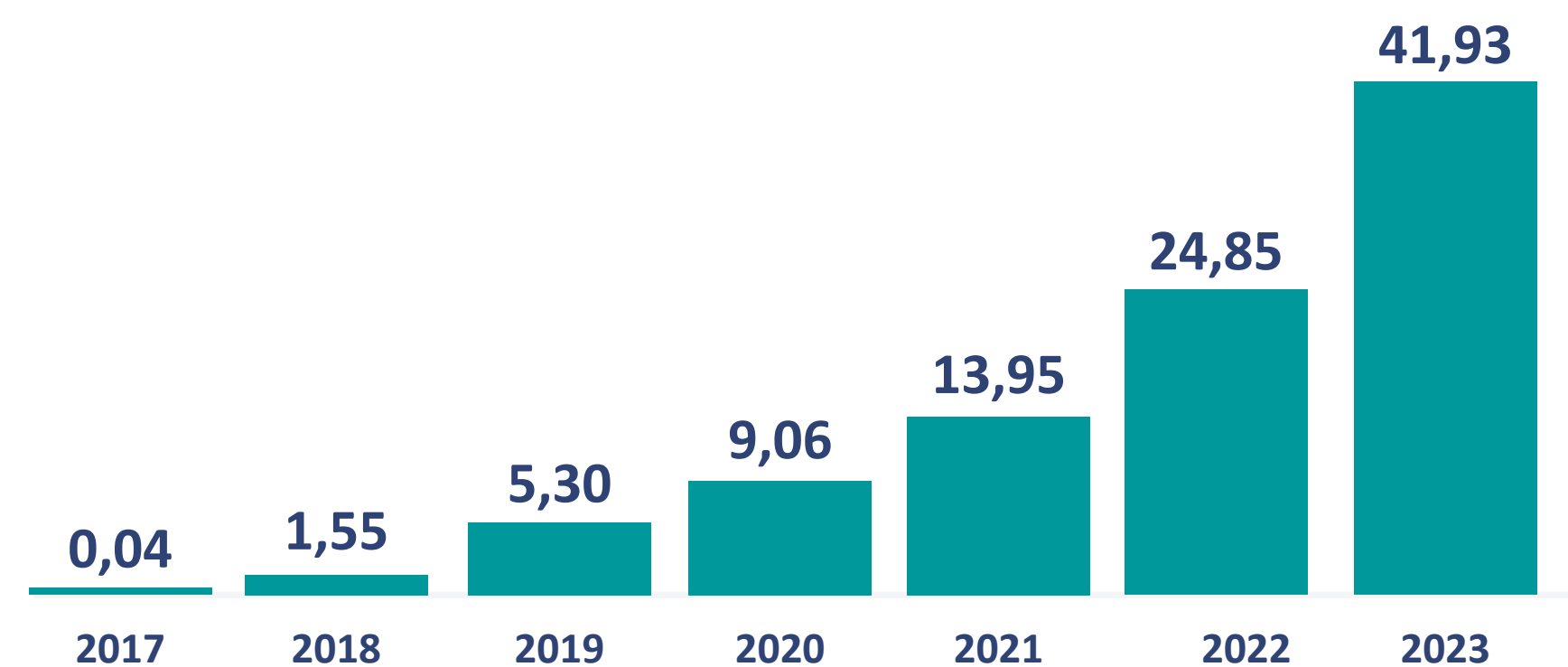
PRINCIPAIS PRODUTORES DE ÓLEO DA UNIÃO EM 2023

(MILHÕES DE BARRIS)



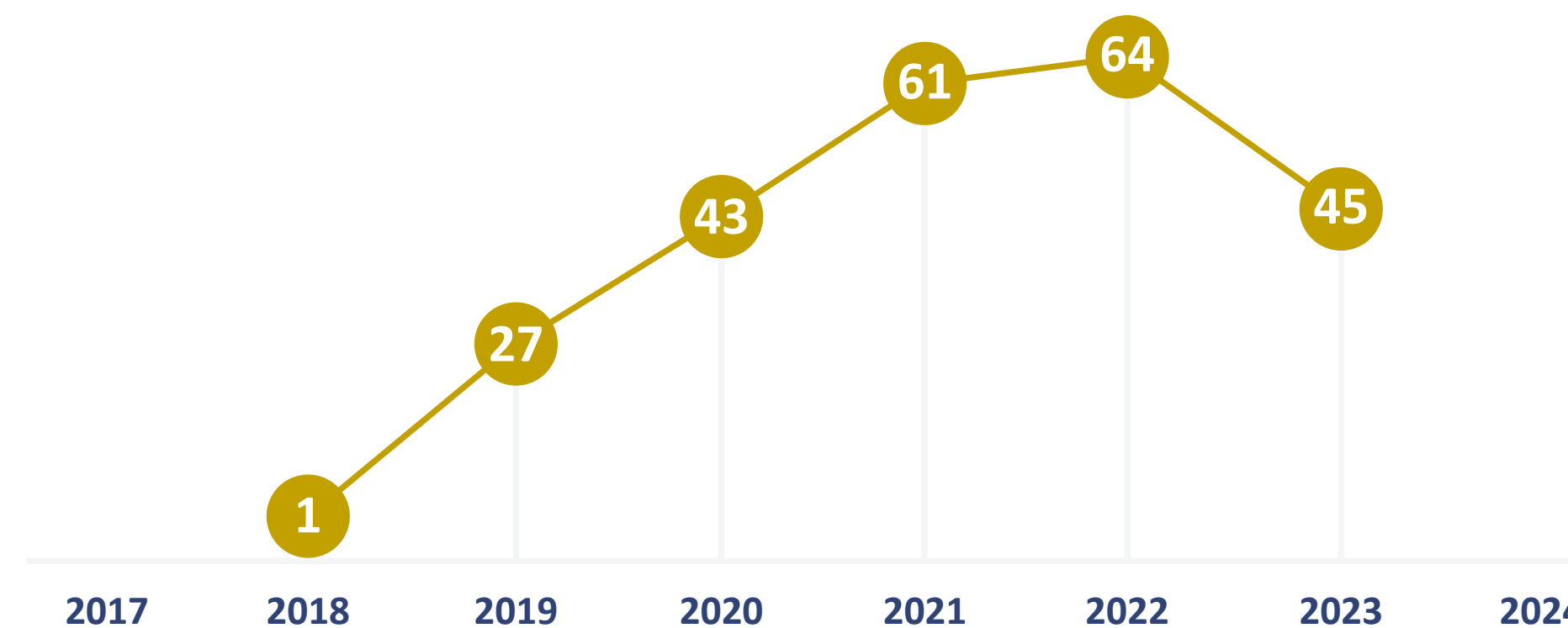
PRODUÇÃO ACUMULADA DE ÓLEO DA UNIÃO

PRODUÇÃO DE ÓLEO DA UNIÃO (MMbbl)



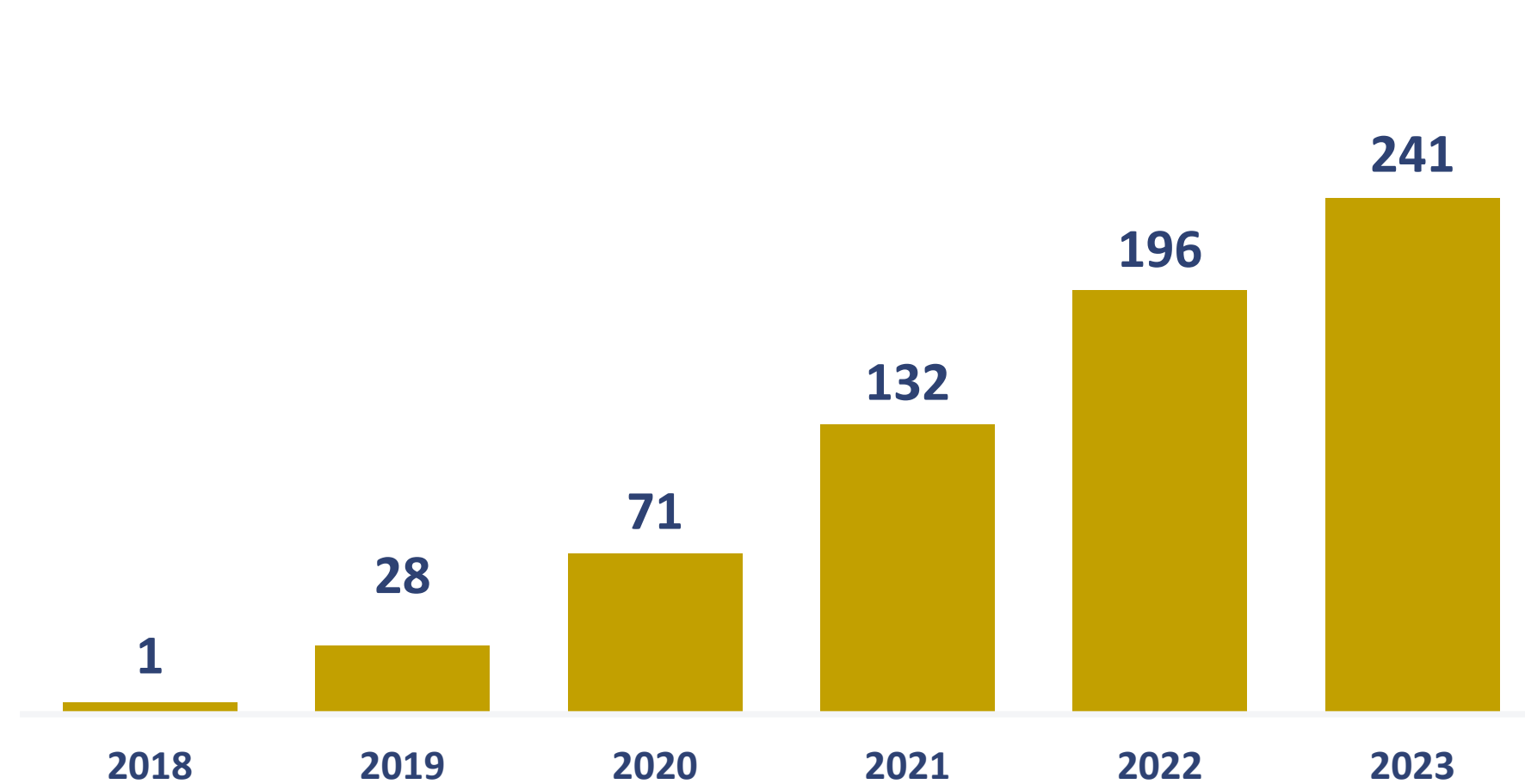
EVOLUÇÃO PARCELA ANUAL DE GÁS NATURAL DA UNIÃO

(CPPs e AIPs - milhões m³)



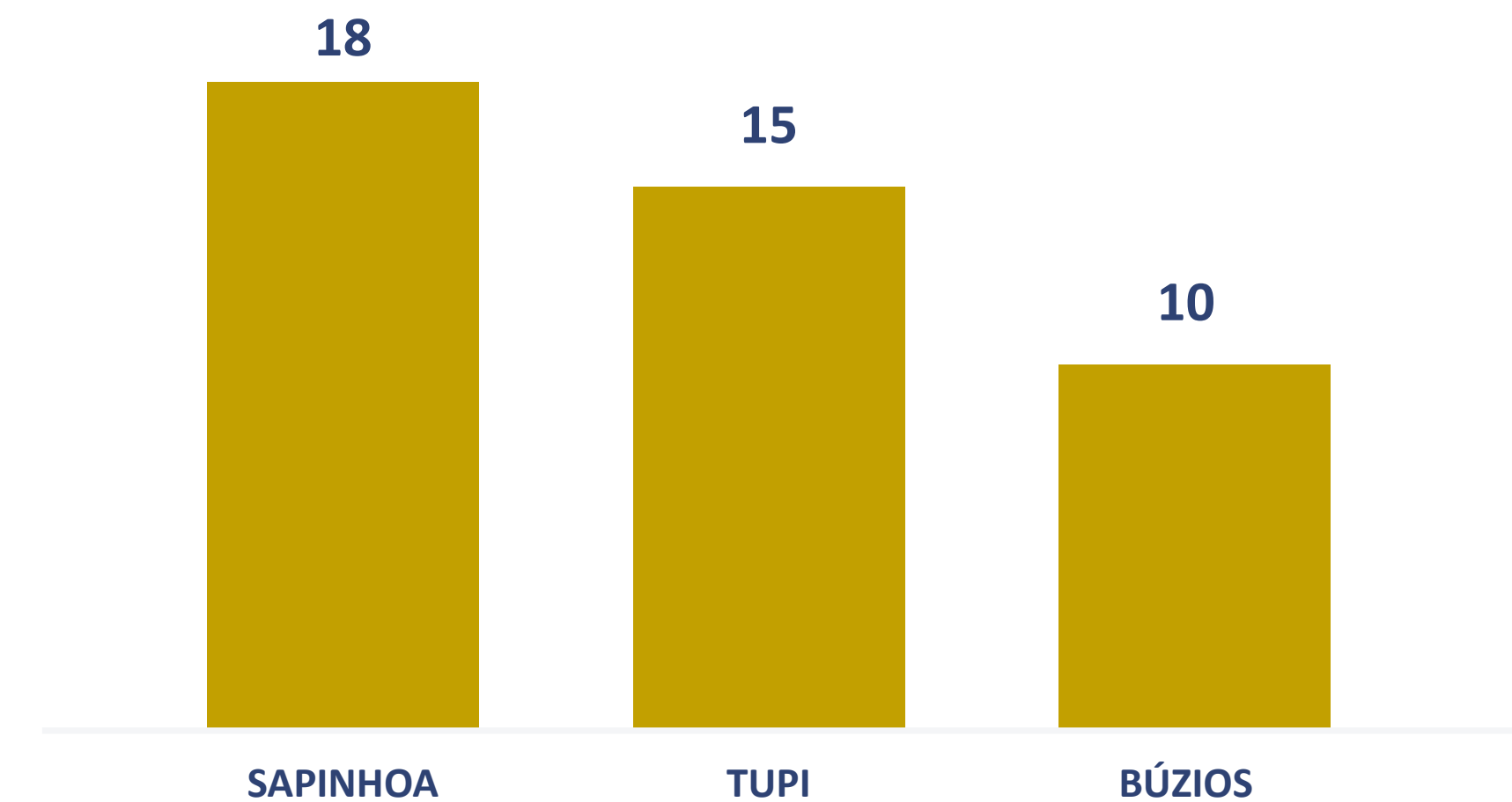
PARCELA ACUMULADA DE GÁS DA UNIÃO

PARCELA DE GÁS DA UNIÃO (MMm³)



PRINCIPAIS PRODUTORES DE GÁS NATURAL DA UNIÃO - 2023

(MILHÕES DE M³)



SAIBA MAIS:

Painel Interativo de Produção

O regime de partilha já representou para o Brasil a arrecadação de R\$ 15 bilhões ao longo dos últimos anos e espera-se outros R\$ 800 bilhões apenas com a comercialização das parcelas de óleo e gás da União nos próximos 35 anos.

Os quadros abaixo apresentam o que nove contratos de comercialização de hidrocarbonetos representam para o país.



OUTROS DESTAQUES



ATIVIDADES EXPLORATÓRIAS

Em 2023, foi realizada uma descoberta de nova jazida na área NW do Bloco de Sépia (Pedúnculo de Sépia) e declarada a comercialidade do Campo de Espadim (Jazida Compartilhada de Brava) e do Campo de Manjuba (Jazida Compartilhada de Forno). Nos demais contratos foi dada continuidade à perfuração de poços, a exemplo de Mero, Bacalhau, Búzios, Aram e Itapu. O consórcio de Pau Brasil contratou sonda para a perfuração do poço exploratório.

Em Norte de Brava, foram aprovadas as estratégias de contratação e iniciadas as primeiras compras para execução do Plano Exploratório. Também foram aprovadas duas locações para avaliação da área: Mirante de Forno e Mirante de Brava. Já em Bumerangue, foi elaborado o plano inicial de exploração da área e iniciadas as discussões de locação dos poços pioneiros.



ESCOAMENTO DE GÁS

Como parte dos esforços para viabilizar o aumento da oferta de gás natural, foi realizada a interligação do FPSO de Sépia com o Sistema de escoamento de Gás. A iniciativa permitiu que a União passasse a realizar a exportação de seu gás natural em momentos de ociosidade na Rota 2 de Escoamento de Gás. Já em Itapu, foi iniciada a injeção de gás. Outro marco de 2023 foi o início da exportação de gás da P-74 e P-75, em Búzios.

OUTROS DESTAQUES



NOVAS TECNOLOGIAS

Diversas iniciativas foram realizadas para a implantação de novas tecnologias no pré-sal. Entre os destaques está a conclusão dos testes para utilização do CTV (Cargo Transfer Vessel) em Mero, com resultados positivos para uso da tecnologia na Bacia de Santos. O CTV tem o potencial de reduzir a utilização de navios de posicionamento dinâmico nos procedimentos de alívio de carga, com impacto nos custos da operação. O consórcio de Libra também aprovou a contratação do HISEP para instalação submarina conectado ao FPSO de Mero 3. Essa tecnologia permite a separação de óleo e gás com elevado teor de CO2 em ambiente submarino. Em Búzios, o teste de uso do HISEP também foi aprovado.



DEVOLUÇÃO DE BLOCOS

Em função de resultados de baixa atratividade econômica, quatro blocos estão em processo de devolução. O consórcio de Peroba celebrou o respectivo distrato, enquanto o de Dois Irmãos encaminhou a solicitação de devolução integral do bloco à ANP. Também foi comunicada à ANP a proposta de devolução total do bloco de Três Marias. Já o Comitê Operacional do bloco de Saturno decidiu pela devolução da área.

APRIMORAMENTO NA GESTÃO DOS CONTRATOS

Para fazer a gestão dos contratos, a companhia conta com uma equipe de Gerentes Executivos, que trabalham em conjunto com um escritório interno de projetos e quatro superintendências: Comercialização, Reservatórios, Exploração e Desenvolvimento e Produção. A atuação bem orquestrada dessas equipes no acompanhamento dos contratos e nas aprovações de investimentos, nas análises e reconhecimento dos custos e nos cálculos dos valores devidos à União é fundamental para que a PPSA obtenha os melhores resultados nos projetos para a União.

Para melhorar a gestão, em 2023, a equipe desenvolveu uma Carteira de Projetos, uma ferramenta com dados dos contratos, que auxilia nos estudos de viabilidade técnica e econômica dos investimentos previstos para os blocos, bem como no desenvolvimento de curvas futuras de produção com base nos Planos de Desenvolvimento.



QUAIS AS
FERRAMENTAS
PARA OBTER ESTES
RESULTADOS?

Liderança e participação ativa nos comitês operacionais e técnicos;

Trabalho aprofundado de estudos e verificações in-house que permita contribuir com soluções robustas em todos os planos e programas, desde a exploração até o desenvolvimento e produção/operação;

Avaliação de Estratégia e Programa Exploratório;

Aprovação técnica e econômica do Plano de Desenvolvimento;

Análise e aprovação de todas as contratações de equipamentos e serviços, garantindo a competitividade;

Reconhecimento e auditoria de todos custos incorridos;

Cálculo dos valores de produção devidos à União;

Monitoramento e acompanhamento da performance do reservatório e das operações.



As equipes acompanham todas as fases dos projetos. A equipe da Superintendência de Exploração, por exemplo, faz o acompanhamento de poços em tempo real. A área desenvolve ainda atividades independentes, como interpretações de reservatórios ainda não licitados no Polígono do Pré-Sal. Estão em andamento a realização de parcerias com empresas de aquisição de dados sísmicos para a possibilidade de nominar áreas em conjunto para a Oferta Permanente.

Em outra etapa, cabe à equipe da Superintendência de Reservatórios realizar o gerenciamento de reservatórios, elaborar modelagens, acompanhar planos de desenvolvimento e dar suporte às atividades que visam à realização de acordos de individualização da produção e as eventuais negociações para redeterminação da produção.

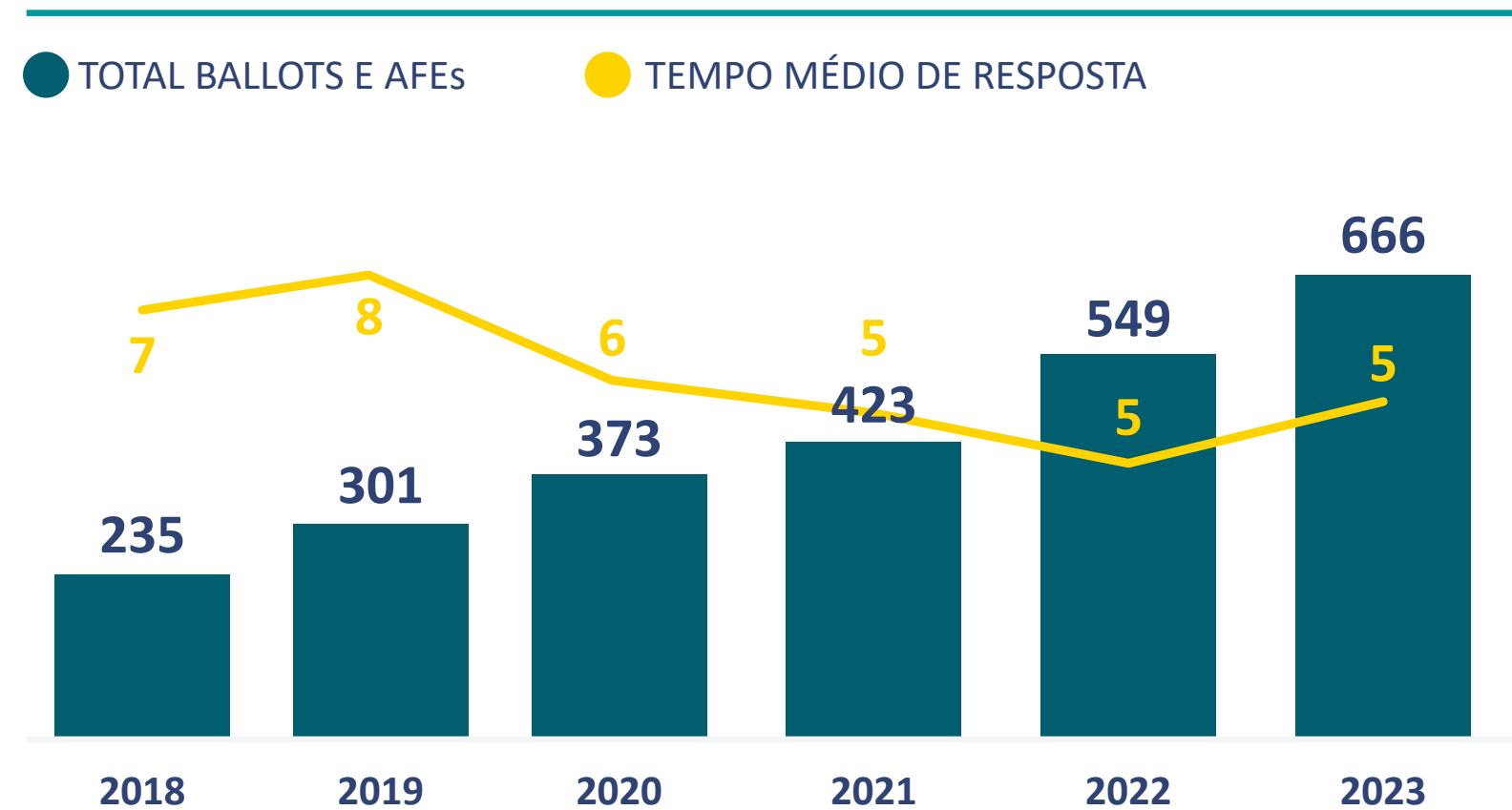
Quando os campos começam a produzir, o acompanhamento vem da equipe da Superintendência de Desenvolvimento e Produção. Eles atuam desde a aprovação dos ballots para contratações expressivas até o estudo de implantação de novas tecnologias e o acompanhamento passo a passo da produção. Por meio de painéis dinâmicos, a área monitora a eficiência operacional de cada campo, a injeção de água e exportação de gás das plataformas, a produtividade média de cada poço e a produção diária de óleo. Todos esses indicadores impactam nas parcelas de óleo e gás que serão de direito da União.

APROVAÇÃO DAS CONTRATAÇÕES

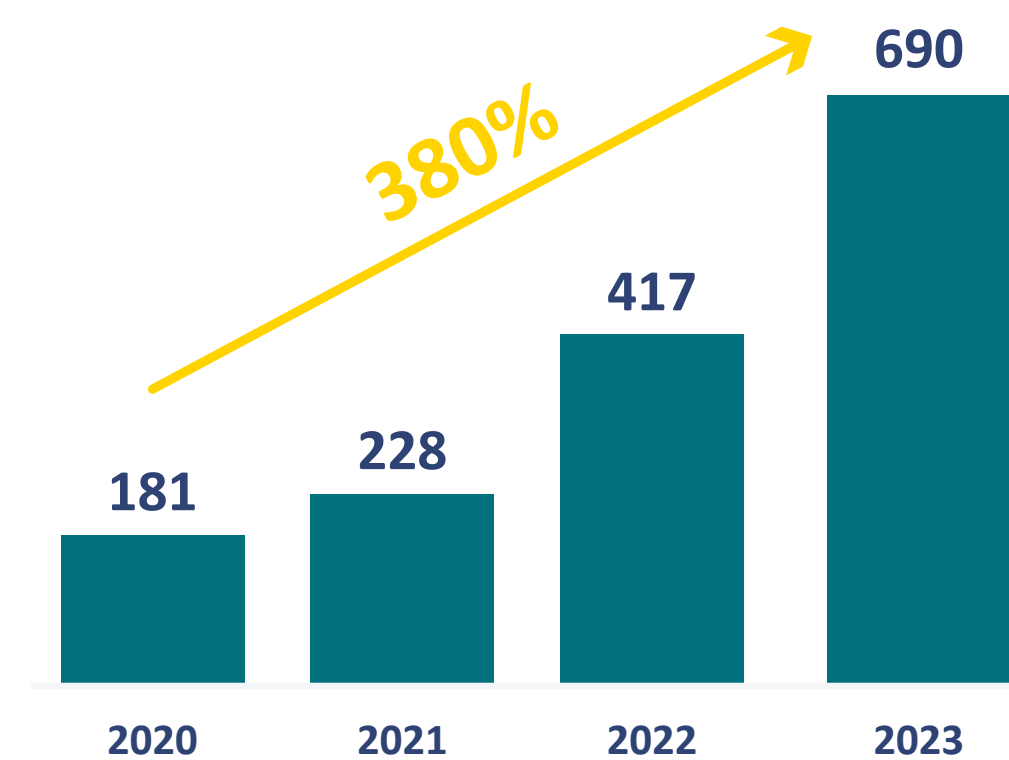
Para realizar as contratações e atividades previstas, os operadores encaminharam 666 notificações (ballots) e AFEs (autorização de despesas, na sigla em inglês) para aprovação da PPSA e demais membros dos Comitês Operacionais em 2023, um aumento de 21% em relação ao ano anterior. Embora essa atividade envolva grande parte da equipe técnica e demande tempo, 99% foram respondidos no prazo médio de cinco dias úteis, metade do prazo estipulado como meta pela PPSA, apesar do aumento expressivo do número de análises. Para se ter uma ideia da complexidade destas avaliações, apenas na Diretoria Técnica, que envolve as superintendências de exploração, reservatórios e acompanhamento da produção, foram elaboradas 690 Notas Técnicas, 380% de aumento se comparadas a 2020, o que reflete o crescimento da atividade nos contratos.

Como parte dos esforços para manter a qualidade e cumprimento dos prazos, foram realizados novos ajustes no Sistema de Gastos de Partilha de Produção, principal ferramenta utilizada pela PPSA para realizar a gestão dos contratos. Diariamente, os dados dos contratos são imputados pelos operadores e todo o trabalho de aprovação e reconhecimento de custos, bem como o acompanhamento da produção, é realizado por meio dessa ferramenta.

TOTAL DE BALLOTS E AFES E TEMPO MÉDIO DE RESPOSTA



NOTAS TÉCNICAS DA DTE



SAIBA MAIS

- E-book Portfólio dos Contratos de Partilha de Produção
- E-book Entendendo o Processo de reconhecimento e recuperação dos custos

ACORDOS DE INDIVIDUALIZAÇÃO DA PRODUÇÃO

Um Acordo de Individualização da Produção (AIP) é iniciado quando se verifica a possibilidade de que o limite de uma jazida petrolífera ultrapasse a área outorgada. Nessas circunstâncias, quando uma área não contratada no Polígono do Pré-sal ou uma área estratégica está envolvida, é função da PPSA representar a União nesses acordos. A unitização permite que a produção, os custos e o plano de desenvolvimento da jazida sejam compartilhados entre os titulares de direitos sobre as áreas, garantindo a racionalidade da produção e evitando a lavra predatória.

Atualmente, dez acordos de individualização da produção já foram negociados pela PPSA e encontram-se efetivos. Outros oito estão em processo de avaliação.

Logo no primeiro dia de 2023, o AIP do Pré-Sal de Albacora, negociado desde 2020 entre a Petrobras e a União, tornou-se efetivo. Meses depois, a área não contratada desse AIP foi incorporada ao Contrato de Partilha de Produção (CPP) de Norte de Brava, arrematada no 1º Ciclo de Oferta Permanente. A área está em produção e hoje, a participação da União nesta área é apurada conforme o percentual de excedente em óleo da União estabelecido no contrato de partilha de Norte de Brava.

Ao longo do ano, nossa equipe também deu prosseguimento às negociações dos termos e condições do AIP de Jubarte.

A atividade de representação da União nos AIPs requer um acompanhamento constante desses contratos, visto que muitas vezes há necessidade de redeterminação das participações negociadas e da realização de ajustes nos acordos estabelecidos. Este ano, por exemplo, foram negociados procedimentos de redeterminação do AIP de Marlim/Voador/Brava, Tupi e Sapinhoá e aditivos aos acordos de gestão dos AIPs de Tupi, Brava, Forno, Bacalhau, Tartaruga Mestiça e Mero, por diferentes motivações.

08 EM AVALIAÇÃO

GATO DO MATO
CAXARÉU
SAGITÁRIO
SUL DE SAPINHOÁ
EPITONIUM
BÚZIOS
JUBARTE
JÚPITER



10 APROVADOS E EFETIVOS

PRÉ-SAL ALBACORA
BRAVA
SAPINHOÁ
TARTARUGA VERDE
TUPI
ARGONAUTA
ATAPU
MERO
BACALHAU
SÉPIA



Crédito: Alaar Filho

 SAIBA MAIS

Acordos assinados

E-book "Entendendo os Acordos de Individualização da Produção"

DESTAQUES DE 2023



1 NOVO AIP EFETIVO



1 AIP EM NEGOCIAÇÃO AVANÇADA



3 PROCEDIMENTOS DE REDETERMINAÇÃO NEGOCIADOS



6 ADITIVOS AOS ACORDOS DE GESTÃO NEGOCIADOS

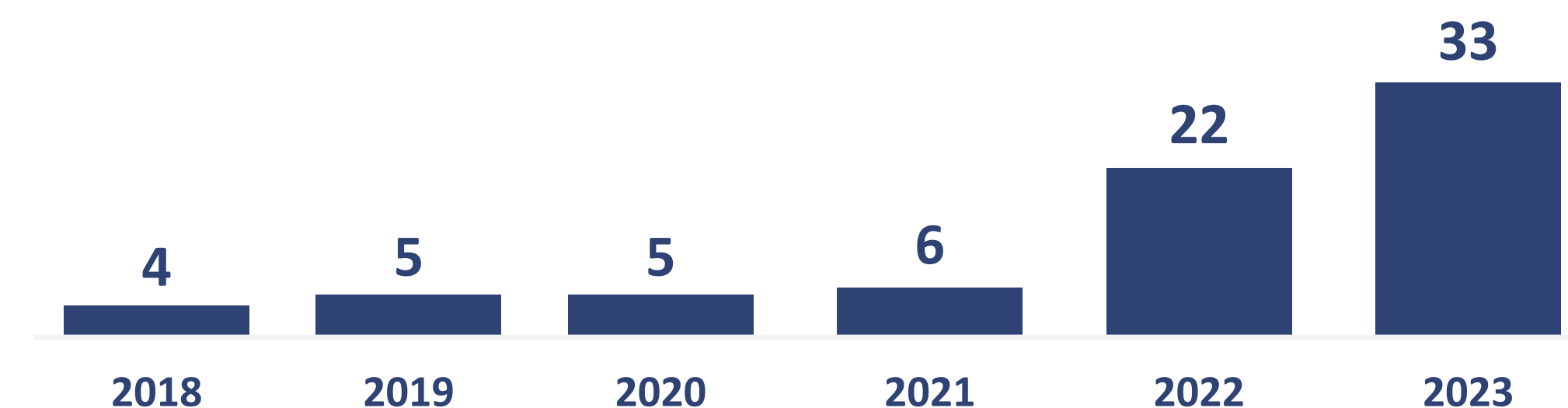
COMERCIALIZAÇÃO DE PETRÓLEO E GÁS NATURAL

Somos responsáveis pela comercialização de toda a parcela de petróleo e gás natural de direito da União no pré-sal e em áreas estratégicas. Começamos a comercializar a nossa produção em 2018 e consideramos que nossa tarefa mais importante é garantir o máximo valor e obter o maior retorno possível para o governo brasileiro nestas operações.

Estamos evoluindo ano a ano e, em 2023, comercializamos R\$ 6,02 bilhões em cargas da União nos contratos de partilha de produção e áreas não contratadas de acordos de individualização de produção (AIP). O valor é cerca de 28% a mais do que o registrado em 2022 (R\$ 4,71 bilhão).

Durante todo o ano, foram entregues 33 cargas de petróleo da União – 11 a mais que o ano anterior –, o que totalizou 16,32 milhões de barris. Deste total, 22 cargas foram provenientes do Campo de Mero, quatro de Búzios, duas de Tupi, duas de Entorno de Sapinhoá, duas de Atapu e uma de Sépia.

CARGAS DE ÓLEO



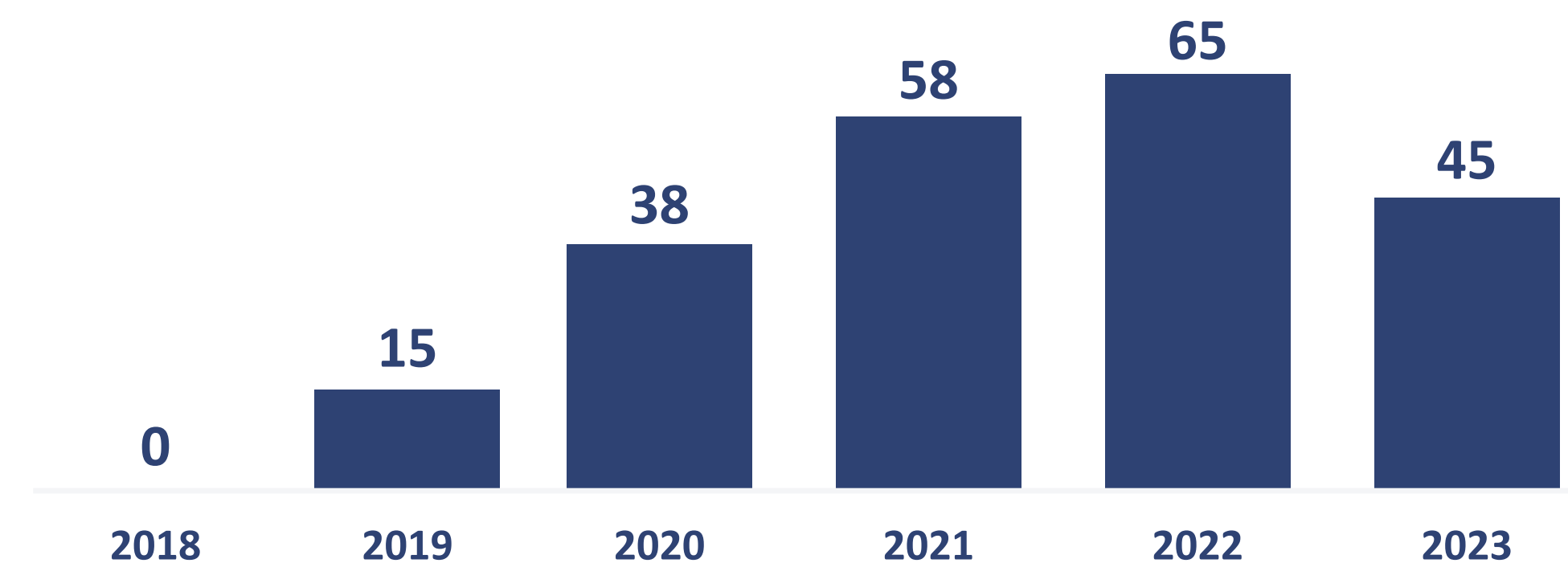
As cargas de petróleo comercializadas ao longo do ano foram, em sua maioria, realizadas com base no leilão promovido pela PPSA na B3, em 2021, que teve como grande vencedora a Petrobras.

As exceções foram as cargas de Atapu e Sépia, comercializadas em processo de venda direta ao longo de 2023 e que tiveram como vencedores a Galp Energia Brasil, Equinor e Petrobras, respectivamente.

Também foram comercializados 45 milhões de metros cúbicos de gás natural oriundos da Área Individualizada de Tupi, do Entorno de Sapinhoá, da Jazida Compartilhada de Búzios, do Sudoeste de Tartaruga Verde, de Sépia e de Brava (Espadim).

VOLUME DE GÁS DA UNIÃO COMERCIALIZADO

(MILHÕES DE M³)



Para isso, foram negociados, ao longo do ano, as extensões das vigências dos atuais contratos de compra e venda de gás natural de Tupi, Entorno de Sapinhoá, Búzios, Sudoeste de Tartaruga Verde, Sépia e Atapu e assinados contratos para compra e venda de gás natural de Brava/Espadim, Sépia, Atapu e Forno.

▲ FUTURO DA COMERCIALIZAÇÃO

Diante do crescimento projetado para a produção da União e, conseqüentemente, para a comercialização de seus hidrocarbonetos nos próximos dez anos (apresentado em detalhes no capítulo Perspectivas), a equipe técnica tem realizado diversos estudos para aprimorar sua atuação e otimizar cada vez mais os resultados da União.

No que diz respeito ao óleo, estão sendo estudados modelos diferenciados para venda de lotes inferiores a 500.000 barris (volume padrão) e a análise da demanda nos contratos de partilha de produção e, conseqüentemente, da União, de navios de posicionamento dinâmico (DP) até 2030 para escoamento das cargas. Também estão sendo estudados modelos para realização de novos leilões para a comercialização da produção futura de óleo da União.

Em relação ao gás natural, estamos nos preparando para assumir um papel de destaque na atual fase de abertura do mercado. No início de 2023, o Conselho Nacional de Política Energética (CNPE) criou o Grupo de Trabalho do Programa Gás para Empregar (GT-GE), para a elaboração de estudos visando à promoção do melhor aproveitamento do gás natural produzido no Brasil. A garantia de suprimento de gás natural e a competitividade dos preços são determinantes nas decisões de investimentos de diversos setores.

O GT-GE criou cinco comitês temáticos responsáveis por avaliar aspectos específicos da cadeia do gás natural, possibilitando uma atuação ampla e abrangente. A equipe técnica da PPSA participou de todos os grupos e coordenou o Comitê 3, que teve como objetivo estudar o modelo de comercialização do gás natural da União, com o objetivo de aumentar a oferta de gás natural da União no mercado doméstico.

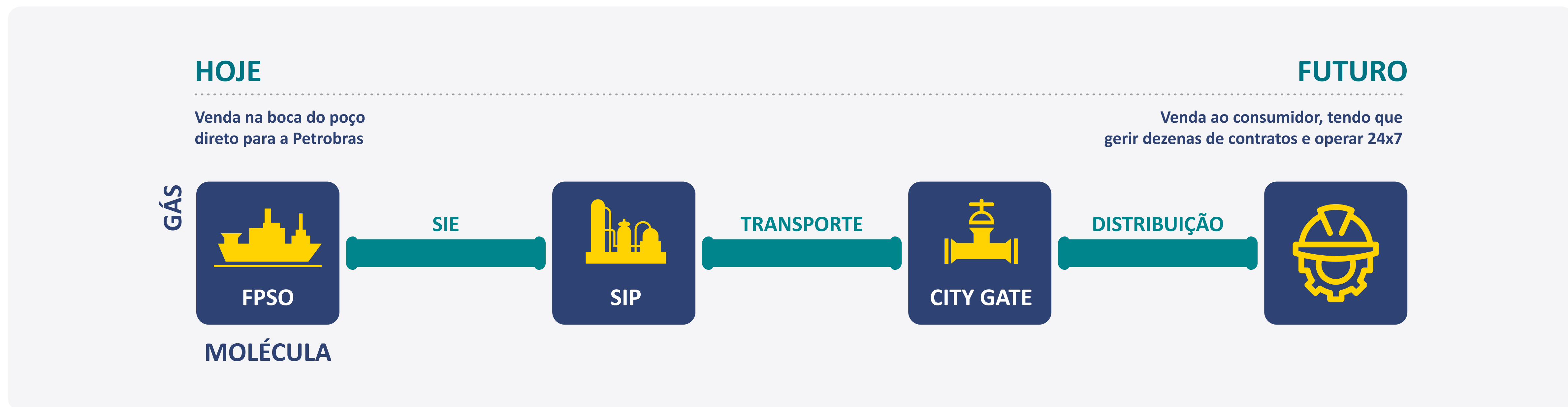


Crédito: Agência Petrobras

Nossos estudos apontam para um salto na parcela de gás natural da União, saindo dos atuais 130 mil m³ por dia para uma média de 3 milhões de m³ por dia a partir de 2028. Com esse volume, passaremos a ser uma fornecedora relevante do mercado de gás natural no Brasil, contribuindo para a desconcentração da oferta e tornando-se mais um agente competitivo na cadeia.

Hoje, comercializamos o gás da União diretamente à Petrobras nos FPSOs - a chamada venda na “boca do poço”. E é nosso objetivo, assim que possível, avançar na cadeia para ampliar a oferta e gerar maior competitividade nesse ambiente de negócios. Considerando que a produção de gás natural da União está concentrada na Bacia de Santos, as análises já realizadas indicam que a comercialização na saída do Sistema Integrado de Escoamento (SIE) resultaria em uma maior atratividade em relação ao modelo atual de venda. Posteriormente, o objetivo será avançar para a venda na saída do Sistema Integrado de Processamento (SIP) e, assim, o gás da União poderá ser entregue diretamente ao mercado, atingindo os diferentes potenciais compradores e gerando maior competitividade no setor.

Em uma visão de futuro, o acesso ao SIE e ao SIP trará um novo modelo de negócio para a PPSA.



▶ REFINO

Em atendimento à deliberação do Conselho Nacional de Política Energética (CNPE), vamos realizar, em 2024, estudos com avaliação técnica e econômica de mecanismos para priorizar o abastecimento nacional de combustíveis derivados de petróleo. Para isso, foi elaborado um edital para contratação de consultoria especializada no desenvolvimento do estudo.

A empresa contratada irá elaborar três produtos: um relatório sobre mecanismos de agregação do valor do petróleo da União, por meio de contratos de serviço de refino e beneficiamento no Brasil, ou contratos de longo prazo de compra e venda do petróleo da União, visando favorecer a ampliação da cadeia nacional de refino e petroquímica; um segundo relatório sobre a viabilidade técnico-econômica dos mecanismos propostos; e um workshop para apresentação dos relatórios técnicos finais.



Crédito: Agência Petrobras



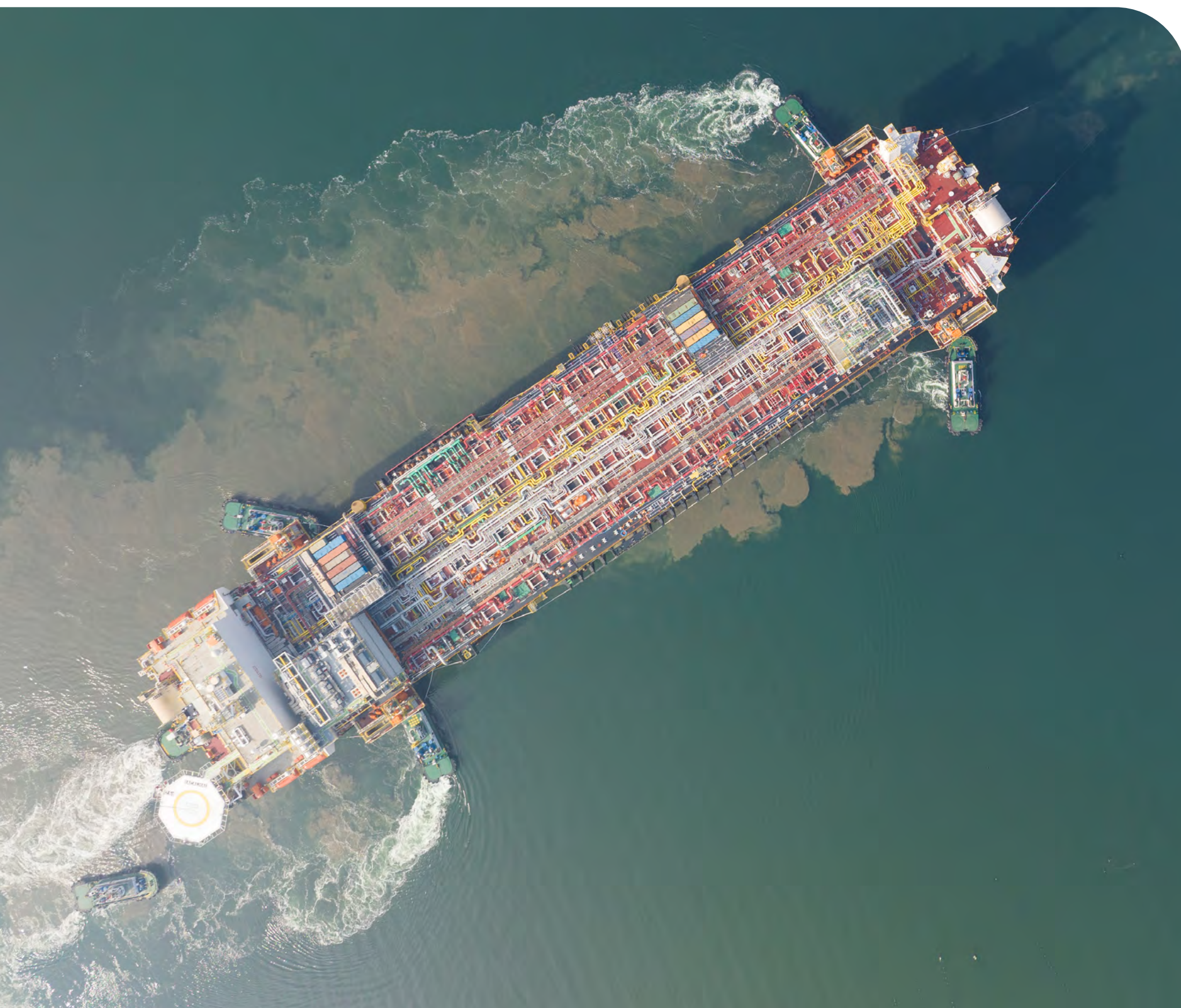
ATUAÇÃO DA EQUIPE DE COMERCIALIZAÇÃO

Os processos inerentes à comercialização dos hidrocarbonetos da União compreendem uma gama de atividades, desde as negociações, elaboração de minutas de contratos, notas técnicas até suas aprovações finais. Além disso, várias atividades são necessárias para a operacionalização das entregas, faturamentos e recebimento das respectivas receitas.

Na comercialização do petróleo destacam-se as seguintes atividades:

- desenvolvimento e elaboração de Edital ou carta convite;
- negociações com a empresa pregoeira a ser contratada (B3);
- conhecimento e interações com o mercado e tratativas com as empresas potenciais compradoras para definições dos parâmetros e requerimentos do Edital ou carta convite, dos preços mínimos de venda, dos lotes, da sistemática dos leilões.

A comercialização dos volumes de gás natural da União vem sendo feita através de negociação direta com a Petrobras, que até pouco tempo atrás era a única empresa compradora de gás natural não processado no mercado brasileiro. Essa negociação para definição de condições e preços, bem como o desenvolvimento e aprovação de minutas contratuais e elaboração de notas técnicas, também são, dentre outras, atividades da área de Comercialização.



Crédito: Agência Petrobras

ATUAÇÃO DA EQUIPE DE COMERCIALIZAÇÃO

Além disso, uma vez contratadas as vendas, várias atividades são necessárias para a operacionalização das entregas, faturamentos e recebimento das respectivas receitas, tais como:

- acompanhamento da formação e nomeação atualizações de cargas junto aos Operadores da Produção e aos Compradores;
- execução e controle das atividades relativas aos processos de mútuos (empréstimos e restituições de volumes de petróleo entre os produtores para composição das cargas);
- acompanhamento de estoques e dos saldos de créditos de ICMS decorrentes das operações de mútuos;
- intermediação das nomeações e aprovações de navios aliviadores;
- nomeação dos inspetores independentes para embarque e acompanhamento dos alívios nos FPSOs e navios aliviadores;
- acompanhamento, execução e controle das atividades relativas a cálculos de preços, autorizações para faturamentos, receitas, volumes comercializados.

ATUAÇÃO DA EQUIPE DE COMERCIALIZAÇÃO

São ainda de responsabilidade da área de comercialização outras atividades como:

- acompanhamento dos mercados de petróleo e gás natural e definições de metas e estimativas de receitas para a União;
- consultas e tomadas de preços para contratações de companhias inspetoras e agências de informações de preços, mercado e logísticas;
- negociações dos Acordos para Levantamento de Cargas – “*Lifting Agreements*” – e dos Acordos de Mútuos – “*Loan in Kind Agreements*” para cada um dos FPSOs;
- envio mensal de relatórios e informações mensais à Agência Nacional do Petróleo (ANP).



GESTÃO DA SUSTENTABILIDADE

Sabemos que, mesmo diante dos esforços mundiais por redução de emissões e investimentos em direção a fontes de energia renovável e limpa, o petróleo continuará a ser necessário mesmo durante a transição energética, por desempenhar um papel crucial em muitos setores da economia global, seja no transporte, na indústria ou na geração de energia.

Como gestores dos contratos de partilha de produção, estamos interessados no desenvolvimento de tecnologias de soluções de baixo carbono utilizadas pela indústria. Neste sentido, estabelecemos uma diretriz estratégica em nosso Plano Estratégico, que tem como meta aumentar o conhecimento a respeito de tecnologias, iniciativas e medições relacionadas à descarbonização no pré-sal.

Hoje, já participamos de subcomitês técnicos sobre o tema no âmbito dos consórcios e apoiamos iniciativas que observem boas práticas de sustentabilidade. Como parte da iniciativa estratégica, criamos um Comitê Técnico de Descarbonização para acompanhar os esforços dos consórcios na busca por tecnologias mais limpas na exploração, desenvolvimento e produção dos campos.



Crédito: RawPixel



Nosso objetivo é promover um ambiente de colaboração e inovação, incentivando a adoção de tecnologias de descarbonização e uso de boas práticas sobre o tema no mercado. A nossa pauta inclui também a promoção de capacitações internas sobre o tema e a criação de um painel de indicadores de emissão dos contratos de partilha de produção. Entendemos que, com essa iniciativa, ampliamos a nossa contribuição para a União, os parceiros e a sociedade.

Hoje, a produção brasileira já se destaca no mercado internacional. Na comparação com outros óleos, o petróleo do pré-sal é considerado, pelo mercado internacional, menos poluente. É um óleo com menor quantidade de enxofre em sua composição, mais leve, com baixa densidade, o que significa que contém menos carbono por unidade de volume. A intensidade média de carbono do petróleo do pré-sal é de 10 kgCO₂e/boe, enquanto a média mundial está em torno de 22kgCO₂e/boe.

Com o mundo voltado para a transição energética, a intensidade de carbono da produção passou a ser um diferencial e um valor desejado pelo mercado mundial, tornando nosso petróleo mais valorizado no mercado. Como gestores das parcelas de produção da União, entendemos que isso também se refletirá no futuro em maior arrecadação, considerando que o patamar de preços será elevado.

Nos consórcios que atuam no regime de partilha, várias iniciativas em busca de redução de emissões já estão em andamento, a exemplo de eletrificação de equipamentos nas plataformas, separação e reinjeção do CO₂ nos próprios reservatórios produtores, redução da queima de rotina, uso de embarcações híbridas, operação com turbinas de ciclo combinado, e aumento da produtividade e da eficiência nos processos produtivos de forma geral.

GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

Nossa área de Tecnologia da Informação (TI) atua com dois focos: gestão do Sistema de Gestão de Partilha de Produção (SGPP), nosso principal ativo, desenvolvido para dar suporte no gerenciamento dos contratos de partilha, dos acordos de individualização da produção e dos contratos de comercialização do petróleo e gás natural da União, e manutenção da estrutura de operação interna da empresa. Cabe à TI apoiar todas as áreas nas atividades diárias e garantir a segurança das informações.

Em 2023, realizamos um novo contrato focado na manutenção evolutiva do SGPP, com novas ferramentas e base de dados para a criação de relatórios e indicadores. Com os investimentos realizados no ano passado, o sistema passou a realizar as operações de reconhecimento de custo em óleo para todos os contratos de partilha, totalizando mais de mil remessas encaminhadas pelos operadores para reconhecimento. A utilização do sistema para essa operação é fundamental para garantir agilidade e segurança.



Crédito: RawPixel

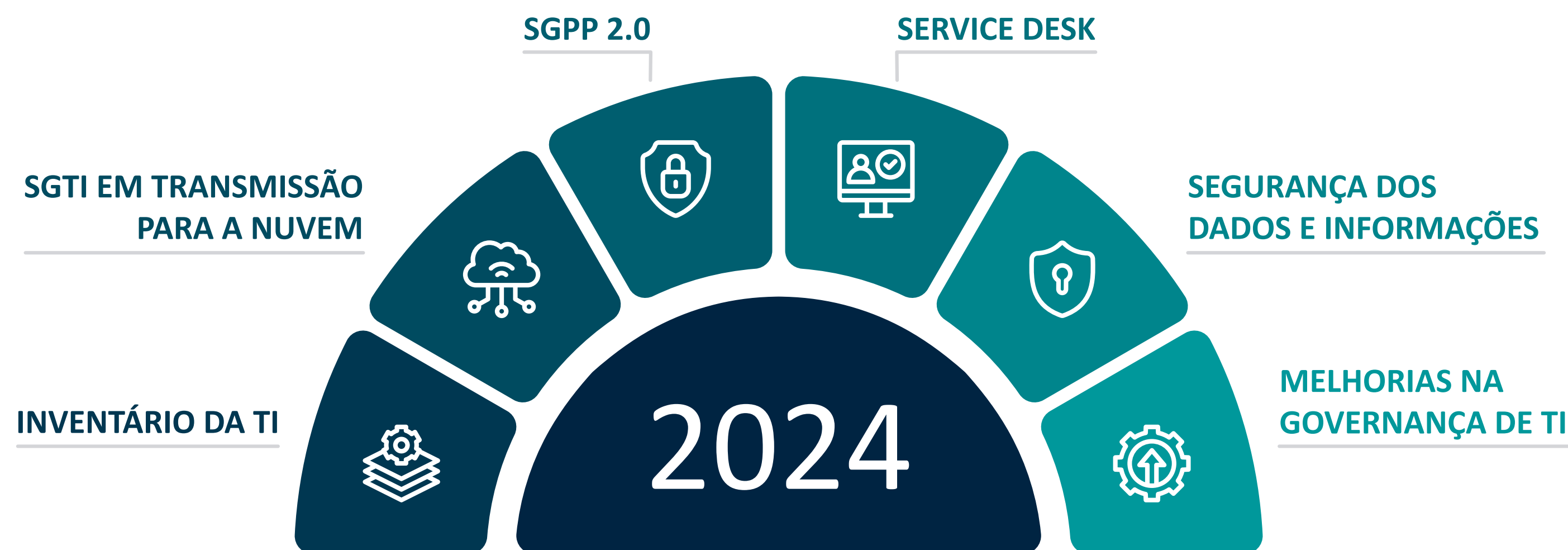
O SGPP também é utilizado para operações de cálculo do Excedente em Óleo da União. Dez campos encaminham, diariamente, mais de 21 mil boletins de operação de navios-plataforma, que são lidos pelo sistema para cálculo das parcelas da União em cada contrato.

Hoje cerca de 300 pessoas utilizam o sistema diariamente, entre equipe própria e profissionais das operadoras, acessando mais de 20 mil instâncias de processos.



No âmbito interno, a área atuou fortemente em serviços de help desk, com quase dois mil chamados atendidos prontamente ao longo do ano, na compra de novo link para internet, em sistema de telefonia VOIP e na implantação de novo firewall com disponibilidade de rede VPN.

Também foram desenvolvidos seis novos normativos para a área, voltados principalmente para a segurança da informação.



GESTÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATAÇÕES ▲

Em 2023, foram realizadas 65 contratações, envolvendo um valor aproximado de R\$ 155,7 milhões. Deste montante, 78,10 % foram contratados na modalidade Pregão Eletrônico, com destaque para a contratação dos serviços na modalidade “Software as a Service” (SaaS), com suporte técnico especializado para manutenção adaptativa, corretiva, evolutiva e preventiva do ambiente tecnológico que compõe o SGPP (Sistema de Gestão dos Contratos de Partilha da Produção), no valor de R\$ 63,1 milhões.

Destaca-se, ainda, a contratação de 13 escritórios advocatícios por inexigibilidade de licitação - credenciamento -, para suporte a Consultoria jurídica da PPSA, no valor de R\$ 32,5 milhões.

Nas licitações realizadas por pregão, obtivemos um deságio médio de 25,37 % em relação aos valores orçados, representando uma economia de R\$ 30,85 milhões. As demais contratações foram realizadas nas modalidades Dispensa de Licitação e Inexigibilidade.



65 CONTRATAÇÕES
R\$ 155,70 MILHÕES

78,10% das contratações realizadas por meio de pregão eletrônico, sendo:

VALORES ORÇADOS:

R\$ 121.604.760,92

VALORES CONTRATADOS:

R\$ 90.752.593,15

ECONOMIA OBTIDA (DESÁGIO):

R\$ 30.852.167,77
(25,37%)

Nossa atuação observa, quando aplicável, os parâmetros do Decreto nº 7.746, de 2012, que estabelece critérios, práticas e diretrizes para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável.

Na nossa empresa, atuamos com base no Regulamento Interno de Licitações, que estabelece o regramento das contratações e define os respectivos limites de alçada para aprovação. O planejamento de cada contratação contempla as etapas previstas em lei com segregação das responsabilidades dos diversos atores envolvidos, o acompanhamento da execução e aceitação dos produtos e/ou serviços que serão entregues e pagos em cada contrato. Todos os processos de trabalho definidos estão aderentes às normas legais e infralegais que regem as contratações públicas.

O Plano de Contratações está associado ao controle da execução do orçamento e é acompanhado mensalmente pela Diretoria Executiva na Reunião Crítica de Acompanhamento da Rotina. A fim de evitar a ocorrência de fraudes, corrupção e outros atos antiéticos nas contratações, estabelecemos, em nosso Código de Conduta e Integridade, a conduta esperada dos nossos colaboradores. Eles são cientes do princípio da empresa de Tolerância Zero à corrupção e aqueles que atuam na contratação de bens e serviços, em especial os fiscais de contratos têm obrigatoriedade de manifestar e registrar situações que possam conduzir a conflito de interesses no exercício das suas atividades.

Todas as licitações abertas ou já realizadas podem ser encontradas em nosso site, com busca por palavra-chave, modalidade ou situação, acompanhadas da documentação relativa a cada certame. Para aumentar a transparência, elaboramos um painel interativo com filtros para todas as licitações realizadas pela empresa desde 2014. O Painel foi elaborado em uma ferramenta de *Business Intelligence (BI)* e é atualizado a cada nova contratação.



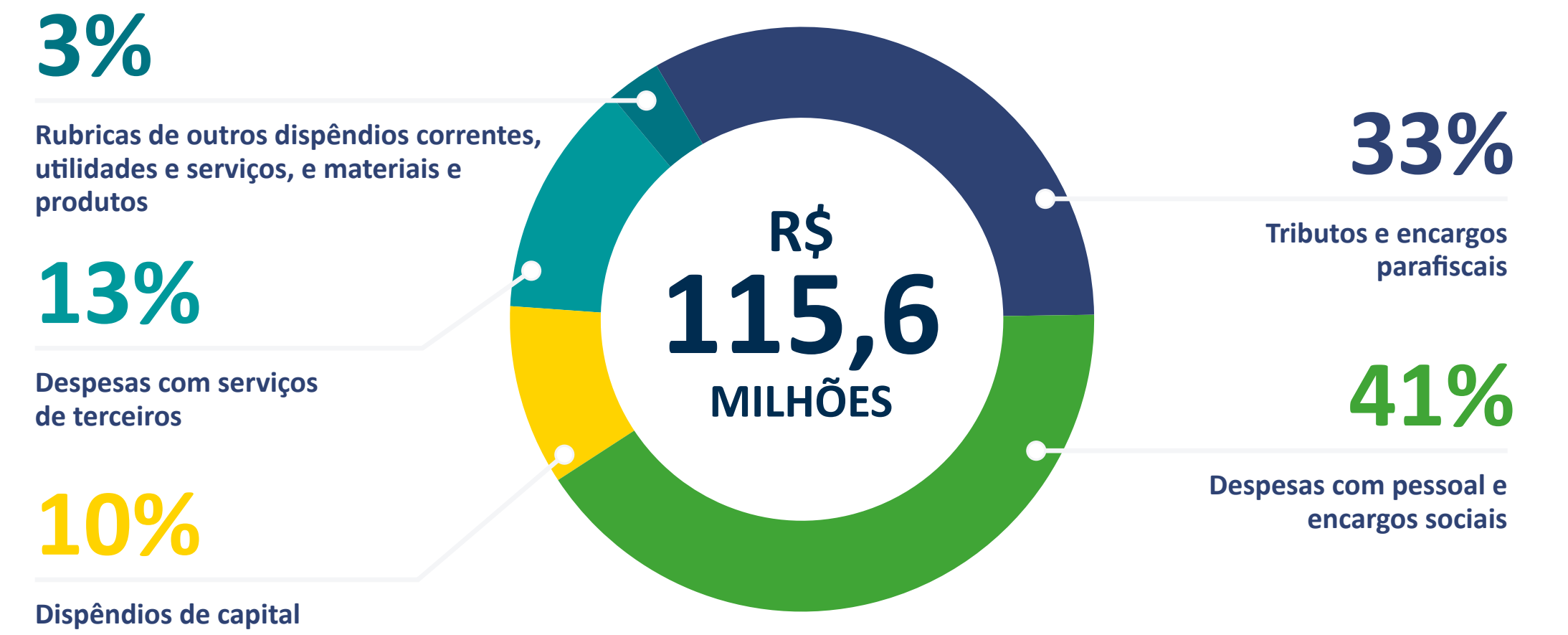
Acesse o Regulamento Interno de Licitações

Acesse o Painel de Painel Interativo de Licitações e Contratos

GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA



Anualmente, elaboramos o Programa de Dispêndios Globais (PDG) da empresa. Do PDG de 2023, aprovado pelo Decreto nº 11.288, de 2022, foram realizadas 110% das fontes de recursos planejadas, perfazendo mais de R\$ 150,80 milhões.



Desse total, 85,74% são receitas operacionais e 14,26% receitas não operacionais. No que tange aos usos de recursos, foram realizados 85% do uso de recursos planejados, perfazendo R\$ 115,57 milhões. Desse total, 32,68% correspondem a tributos e encargos parafiscais; 41,20% a despesas com pessoal e encargos sociais; 10,31% são correlatos a dispêndios de capital; e 13,15% a despesas com serviços de terceiros. Outros 2,66% respondem pelas rubricas de outros dispêndios correntes, utilidades e serviços, materiais e produtos.

GESTÃO DE CUSTOS

Atualmente, nosso sistema de apropriação de custos está estruturado de forma setorial, classificado em centros de custos, em atendimento às exigências do art. 50, § 3º, da Lei Complementar nº 101/2000 e da Portaria STN nº 157/2011.

Neste contexto, em 2023 o sistema de apropriação de custos foi composto por 40 centros de custos. O sistema de apropriação de custos tem como propósito contribuir para a mensuração, o controle e a avaliação dos gastos. Além disso, seu objetivo é alavancar a avaliação da qualidade do gasto público, sendo mecanismo de apoio à tomada de decisão, permitindo também análises setoriais dos custos.

No caso da nossa empresa, os gastos apropriados pelas áreas finalísticas são classificados como custos dos serviços prestados. Já os gastos apropriados pelas áreas de suporte, ou demais áreas, são classificados como despesas operacionais. Em 2023, foi mantida uma estrutura enxuta de custos e rigor na gestão dos recursos financeiros.



Crédito: RawPixels

GESTÃO PATRIMONIAL

Os recursos para investimentos necessários à manutenção e ampliação das atividades oriundas das nossas atribuições legais advêm de aportes de capital da União (acionista única) e dos valores correspondentes às parcelas do bônus de assinatura destinados à companhia, nos termos da parte final do inciso I do art. 7º da Lei nº 12.304, de 2010.

Durante o ano de 2023, obtivemos R\$ 38,4 milhões de receitas referentes a Bônus de Assinatura, e realizamos investimentos em softwares totalizando R\$ 9,9 milhões, sendo 2,6 milhões em softwares especialistas de geociências (geologia e geofísica) e de simulação de reservatórios, para suporte às atividades técnicas da companhia e R\$ 7,3 milhões em licenciamento de software na modalidade “Software as a Service” (SaaS), com suporte técnico especializado para manutenção adaptativa, corretiva, evolutiva e preventiva do ambiente tecnológico que compõe o Sistema de Gestão da Partilha da Produção da PPSA – SGPP.

Nossa empresa não possui imóveis próprios e ocupa, desde 2014, o quarto andar do Edifício RB1, localizado na Avenida Rio Branco, nº 1, no centro da cidade do Rio de Janeiro. O imóvel está alugado junto à JC Investimentos Ltda. Em nossa filial de São Paulo, temos alugado, desde 2018, um espaço físico independente exclusivo junto à Open Offices Escritórios Compartilhados Ltda. Já em relação à nossa sede em Brasília, desde 2017 temos alugado, junto à empresa AHF Sistemas de Informática Ltda., um espaço físico e serviços administrativos.

No contexto do monitoramento do processo de gestão patrimonial, possuímos um controle informatizado de todos os itens de imobilizado, que são, atualmente, representados, majoritariamente, por equipamentos de TI, aquisição de móveis e utensílios e benfeitorias de infraestrutura efetuadas ao final de 2019 e início de 2020 no escritório central do Rio de Janeiro.





06

PERSPECTIVAS



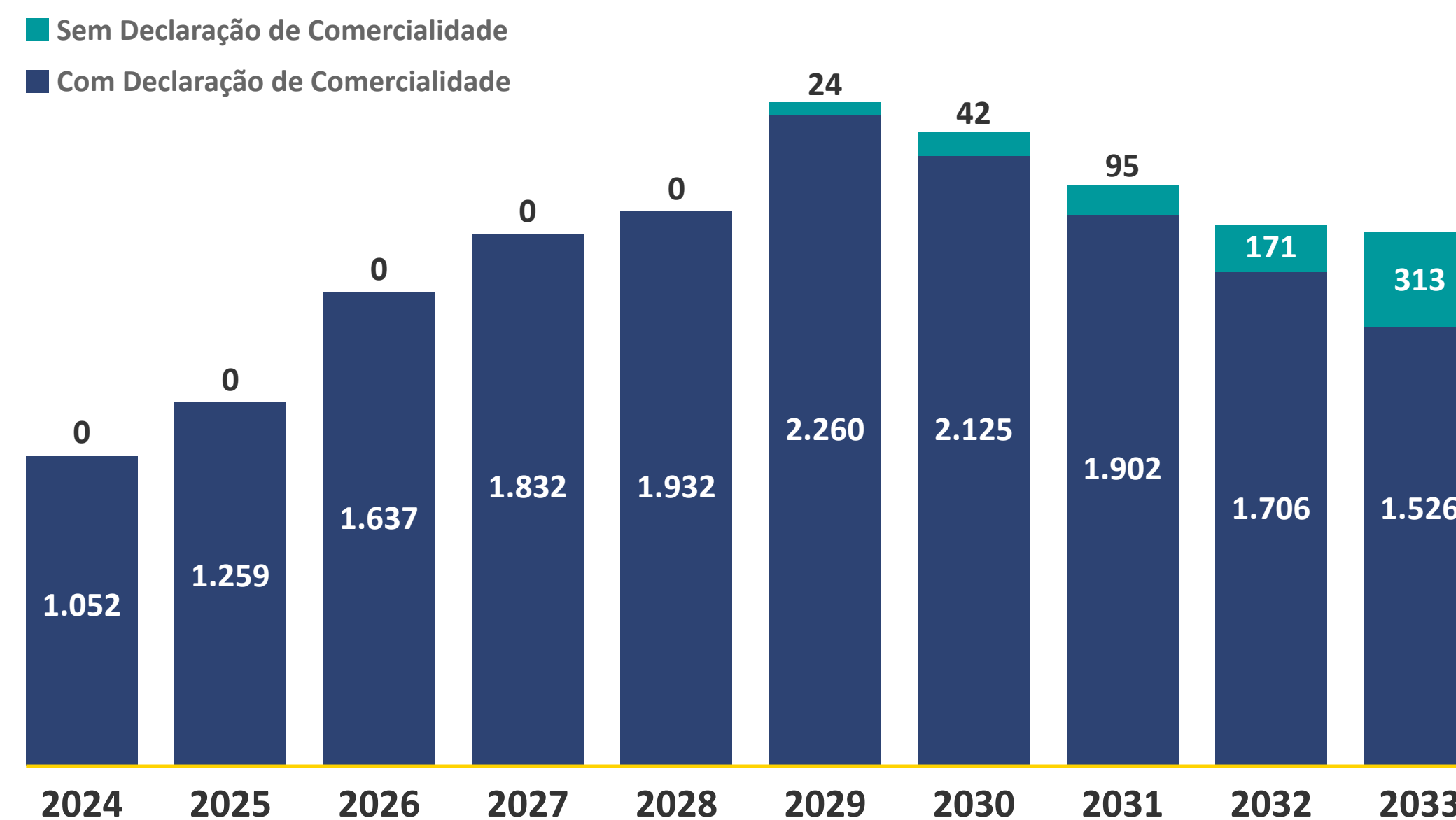
ESTIMATIVA DE RESULTADOS NOS CONTRATOS DE PARTILHA DE PRODUÇÃO E NOS ACORDOS DE INDIVIDUALIZAÇÃO DA PRODUÇÃO

Anualmente, apresentamos, em nosso Fórum Técnico, um estudo elaborado internamente com estimativas de produção para todos os contratos em regime de partilha e em acordos de individualização da produção, que envolvem jazidas unitizadas com áreas não contratadas, pelos próximos dez anos. Os resultados apresentados em novembro de 2023 apontam para uma produção crescente até 2029 com resultados extraordinários para os cofres públicos. Em toda a sua vida útil, cerca de 35 anos, tais contratos representarão para o Estado Brasileiro mais de R\$ 2 trilhões em royalties, tributos e comercialização de petróleo e gás natural da União.

Os números sugerem que a produção atual dos contratos, de aproximadamente um milhão de barris diários, atingirá o pico em 2029, com a produção média de 2,3 milhões de barris por dia (bpd) de petróleo. A produção estimada para a parcela de petróleo da União, calculada a partir da alíquota de oferta de excedente em óleo da União de cada contrato, do limite de recuperação de custo em óleo de cada área e das participações da União nos AIPs, também apresentará crescimento contínuo até 2029, quando alcança o pico com 564 mil barris por dia, mais de dez vezes a produção de dezembro de 2023 (52 mil barris por dia).

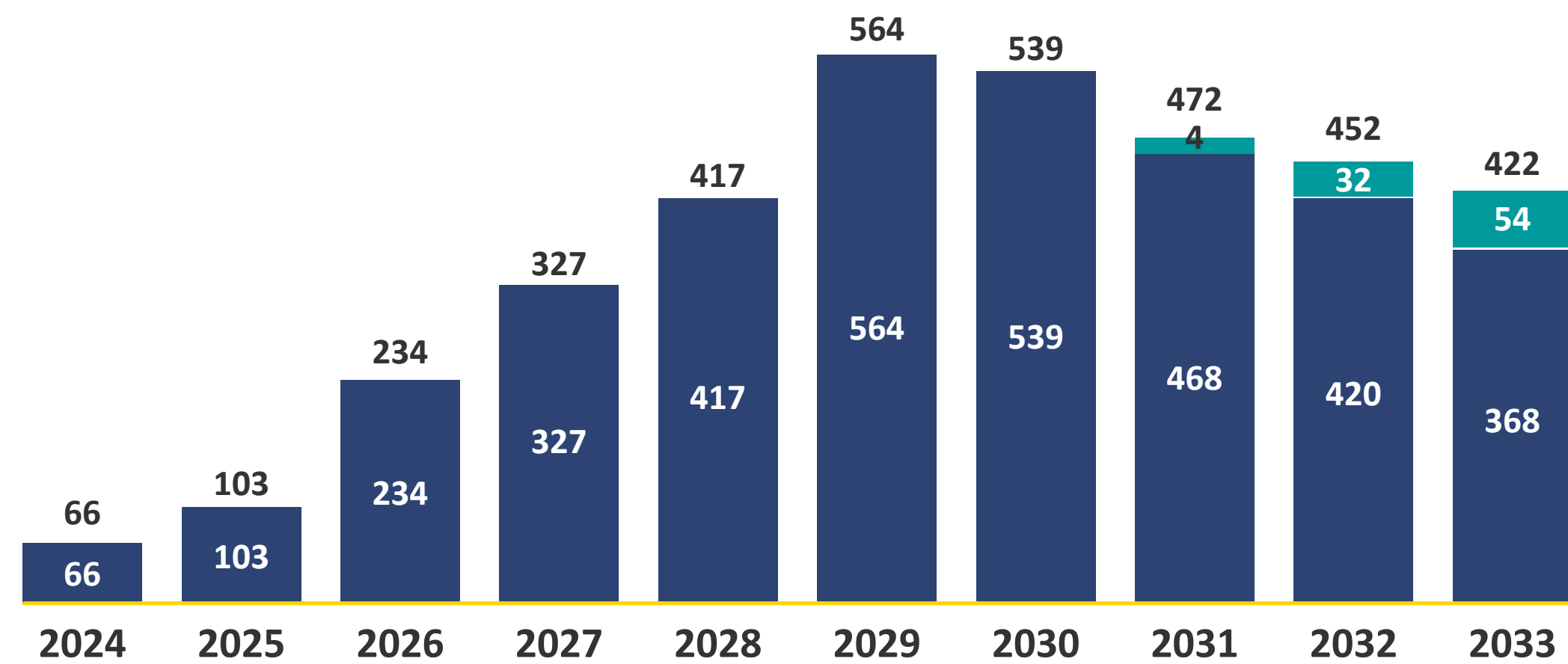
De 2024 até 2033, os contratos terão uma produção acumulada de 6,5 bilhões de barris de petróleo, sendo 1,3 bilhão de barris da União.

ÓLEO PRODUZIDO SOB REGIME DE PARTILHA (em milhares de barris por dia)



ÓLEO LUCRO DA UNIÃO TOTAL (mil barris por dia)

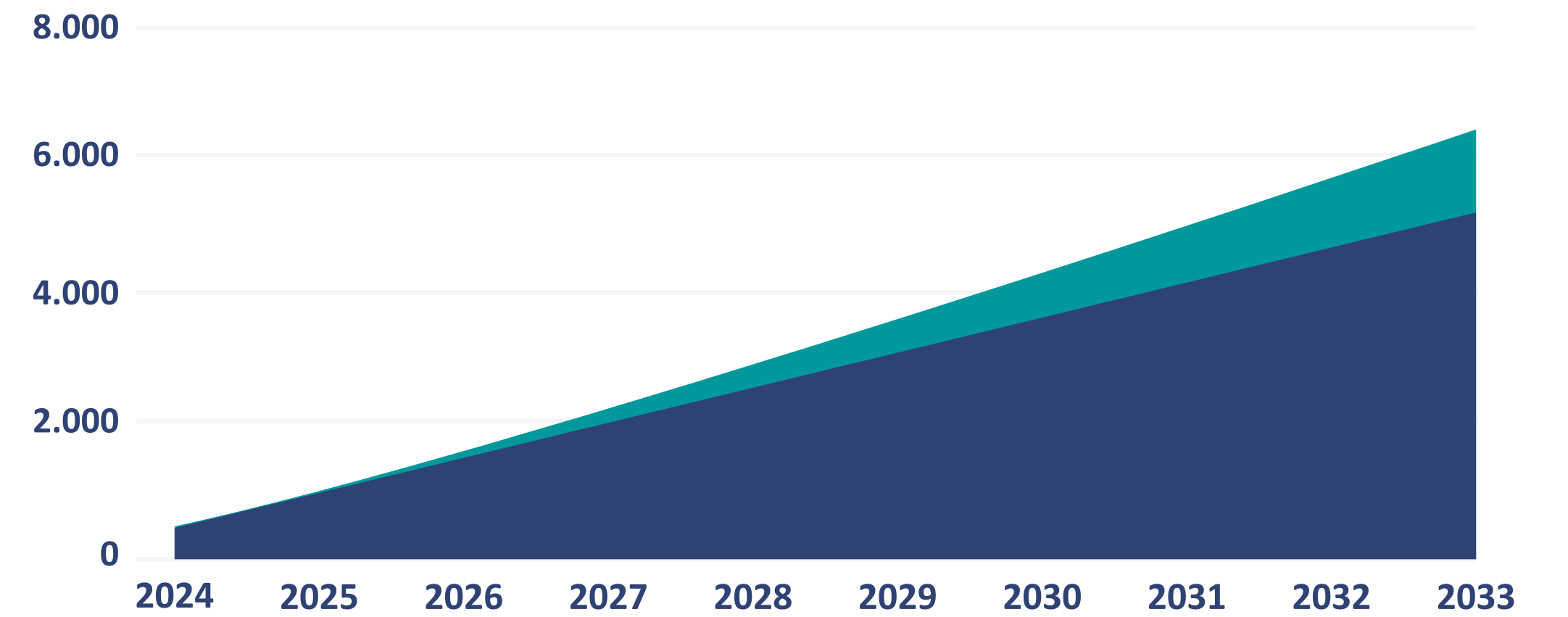
■ Sem Declaração de Comercialidade
 ■ Com Declaração de Comercialidade



BARRIS ACUMULADOS

(EM MILHÕES BBL)

● INVESTIDORES ● UNIÃO

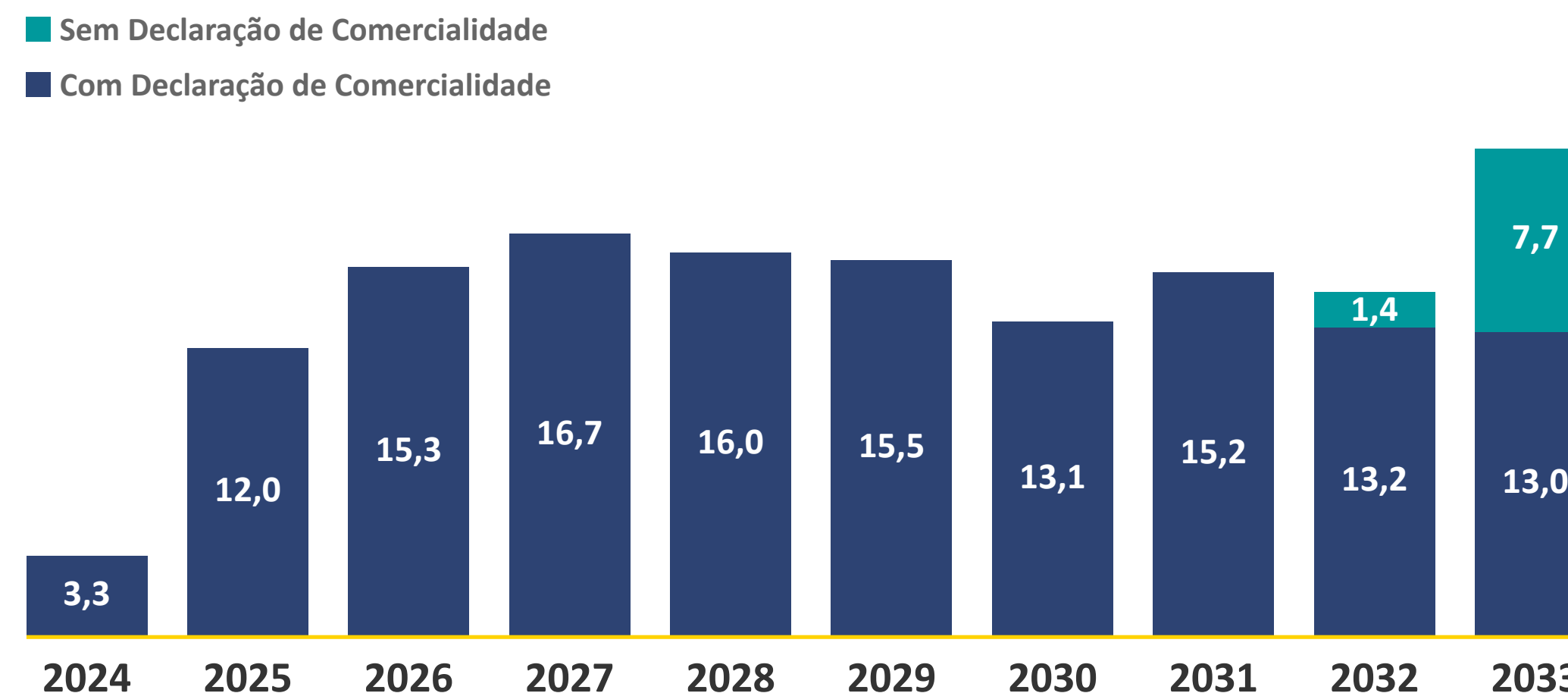


Pela primeira vez, o estudo também passou a incluir dados sobre o gás natural disponível para exportação nestes contratos.

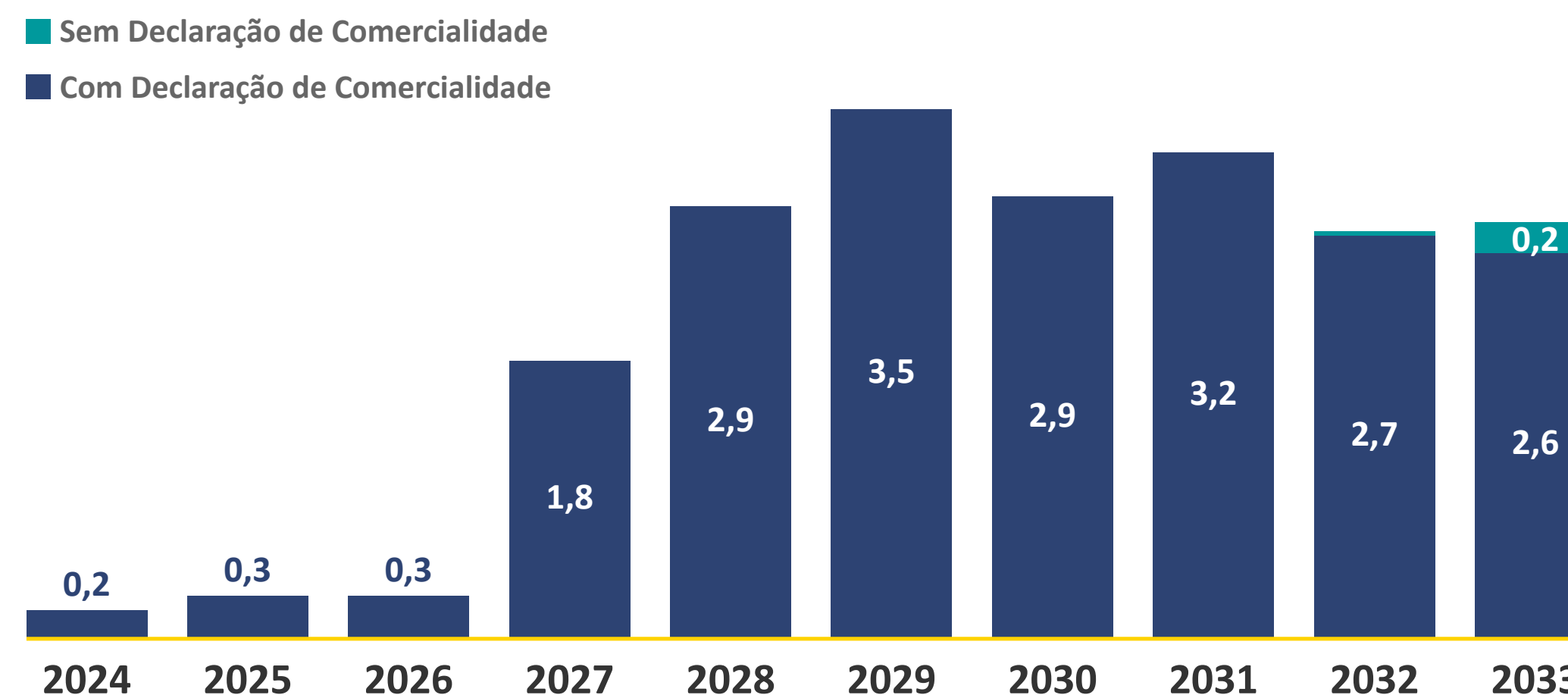
A produção de gás natural disponível para exportação nos contratos apresenta crescimento a partir de 2025 e se mantém praticamente estável entre 2026 e 2032. Em 2033, é esperado um pico com o crescimento da produção de contratos que ainda estão atualmente em fase exploratória, com pico de 21 milhões de m³ por dia.

A parcela de gás natural diária da União dará um salto nos próximos anos, saindo de um patamar de 100 mil m³/dia em 2023 para 1,8 milhão m³/dia em 2027 e se mantendo em um faixa de 3 milhões m³/dia pelos próximos seis anos. O pico é alcançado em 2029 com 3,5 milhões m³/dia. Até 2033, os contratos terão uma produção acumulada de 52 bilhões de m³ de gás natural para exportação. Desse total, a parcela acumulada da União será de 7,5 bilhões de m³.

GÁS DISPONÍVEL NOS CPPs E AIPs (MILHÕES m³/dia)



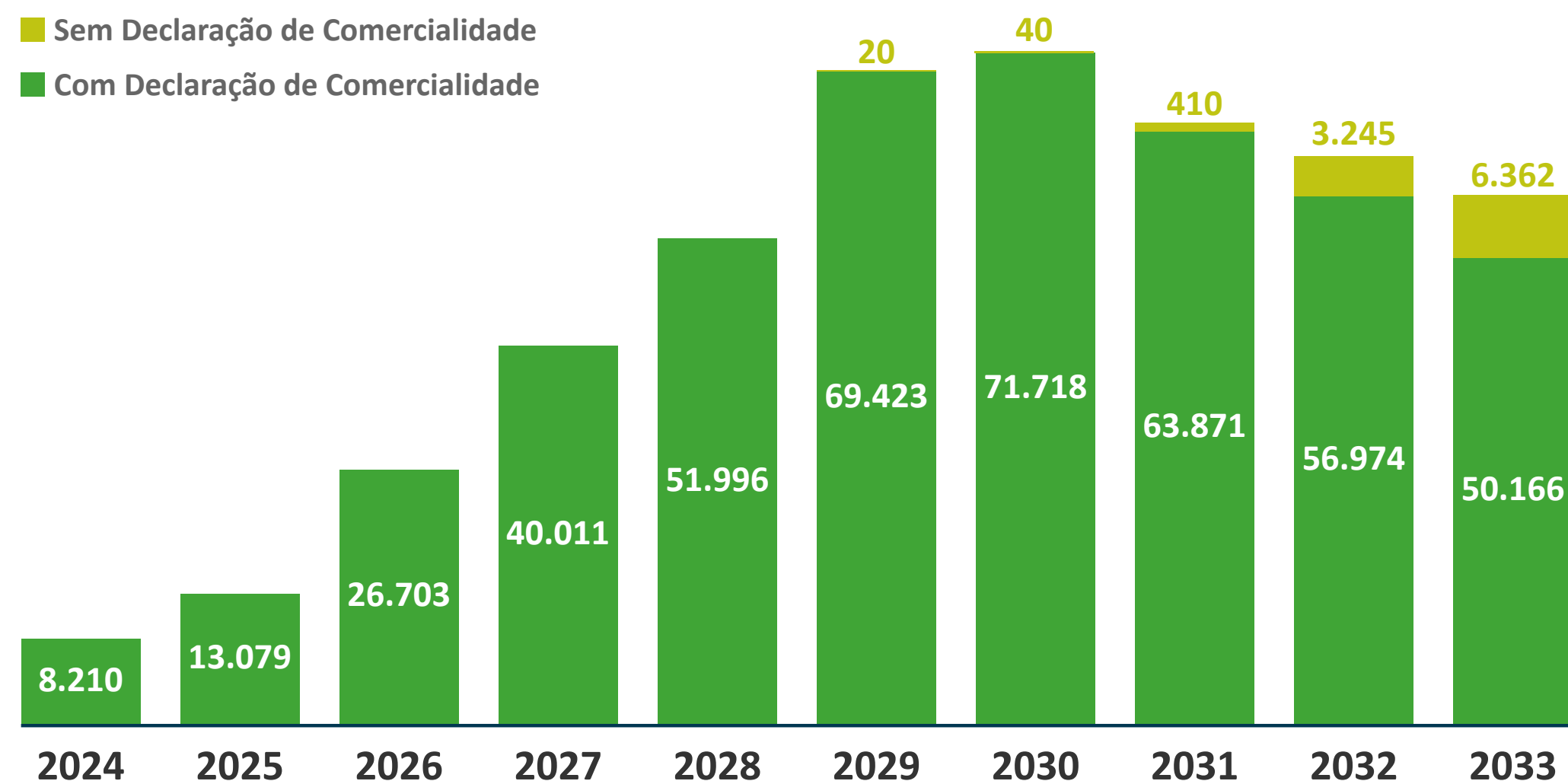
GÁS LUCRO DA UNIÃO TOTAL (MILHÕES m³/dia)



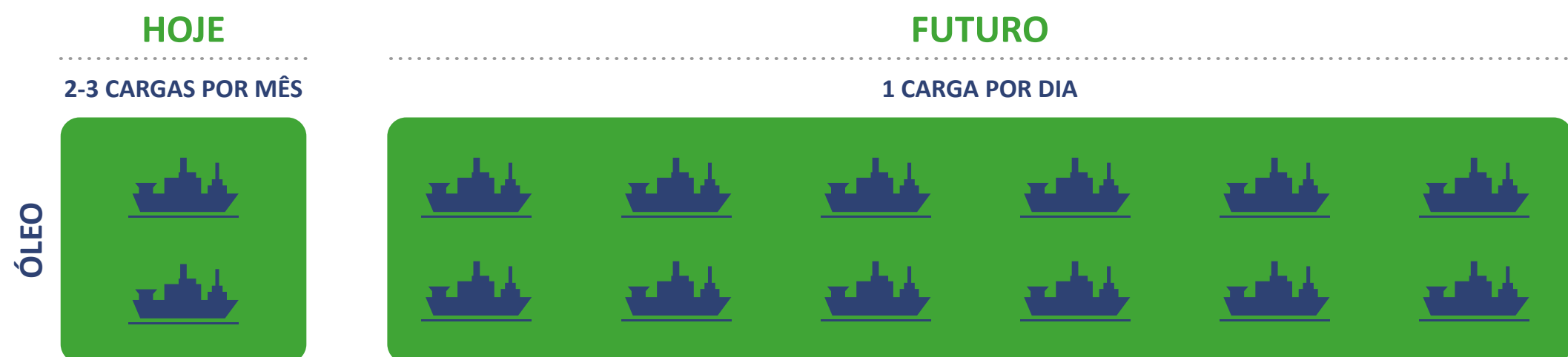
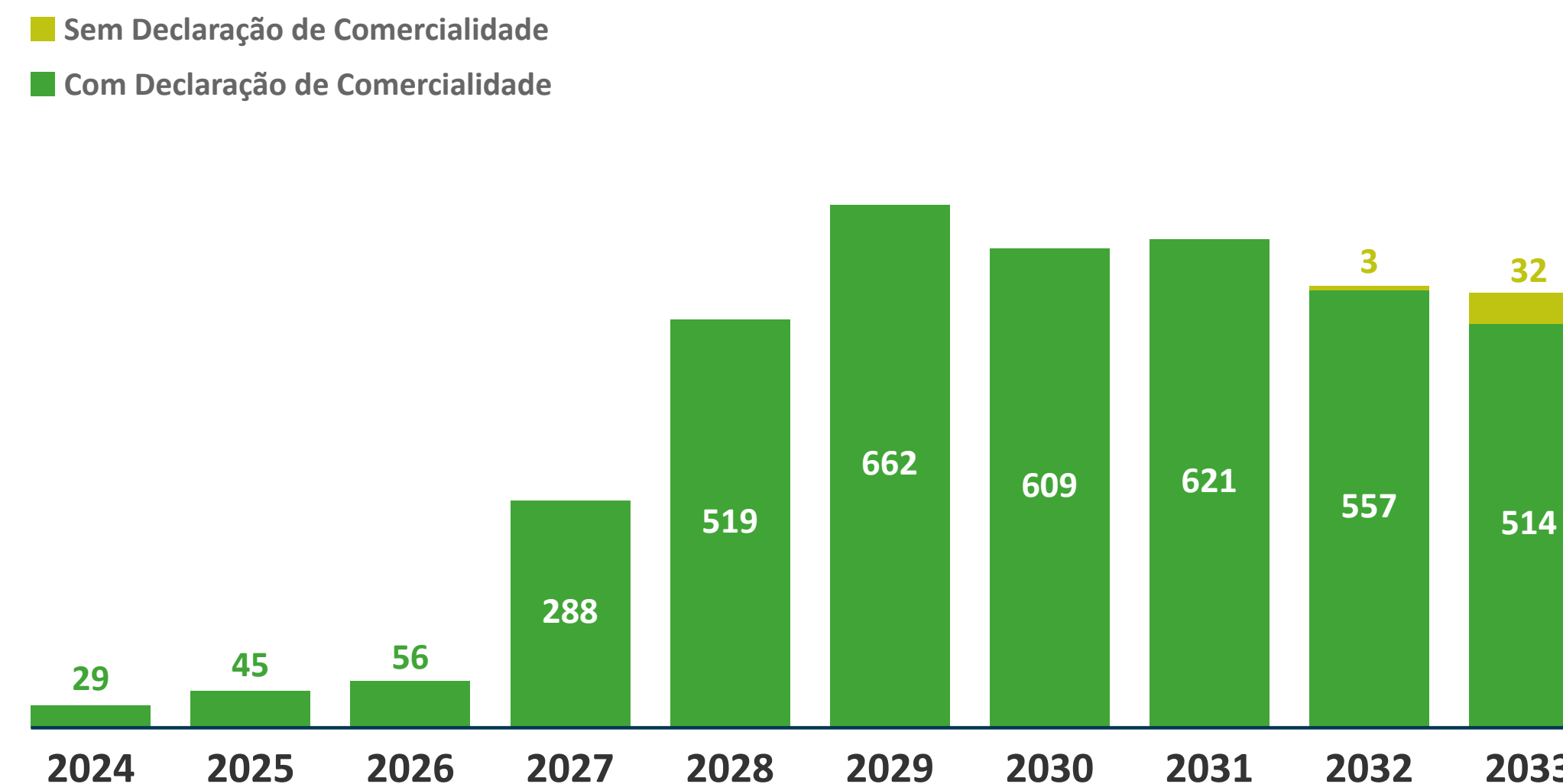
RECEITA ESTIMADA PARA A UNIÃO

O aumento do volume de cargas trará substancial impacto nas atividades de comercialização desempenhadas pela PPSA e na arrecadação. Hoje, comercializamos, em média, três cargas por mês. No futuro, teremos uma carga por dia. Considerando as parcelas de petróleo e gás natural estimadas para a União até 2033, a receita projetada com a comercialização desse volume é de R\$ 466 bilhões no período. Todo o fluxo de caixa da comercialização dos hidrocarbonetos é transferido para o Tesouro Nacional, em particular, para o Fundo Social.

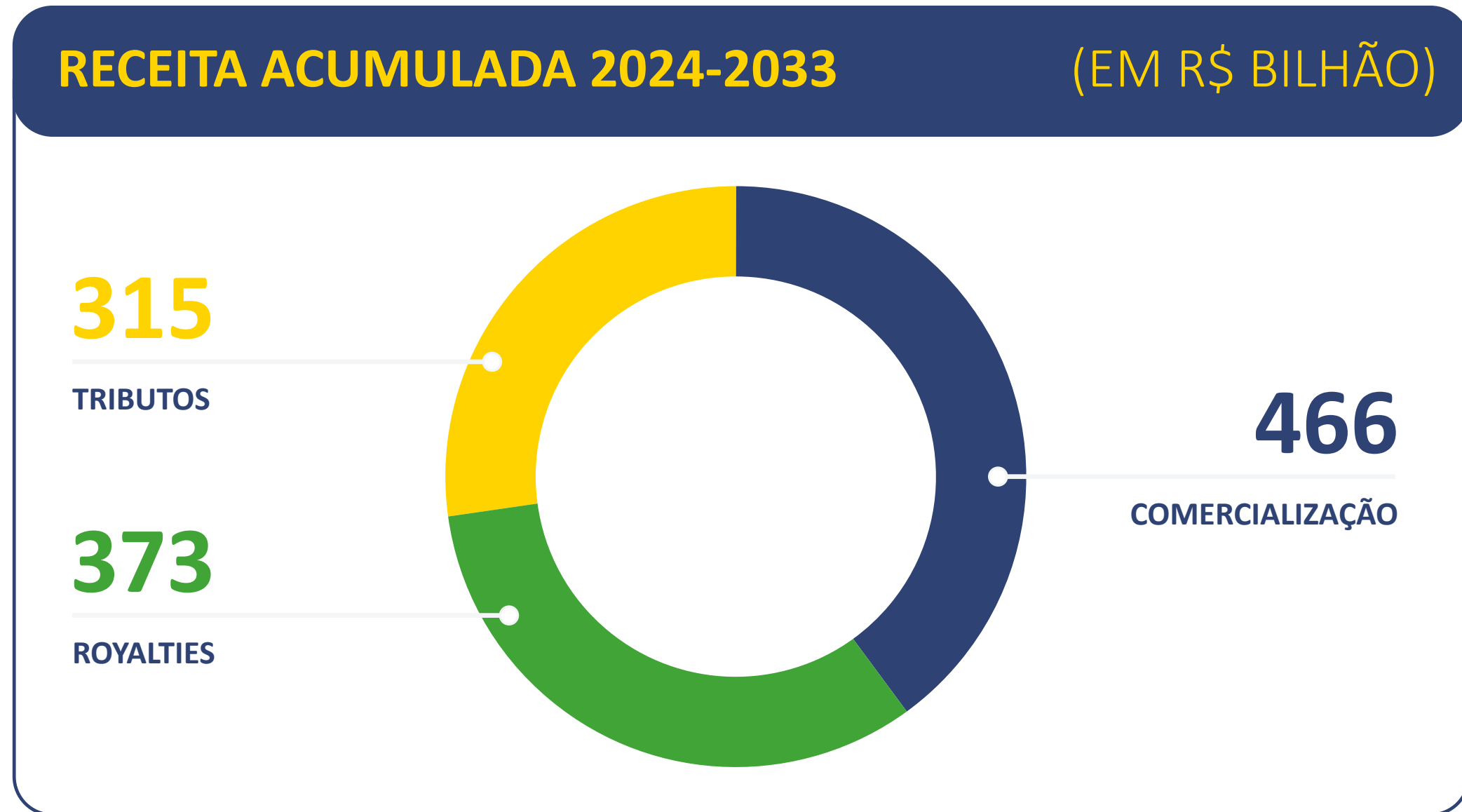
RECEITA COM ÓLEO LUCRO (EM R\$ BILHÃO)



RECEITA COM GÁS LUCRO (MM R\$)

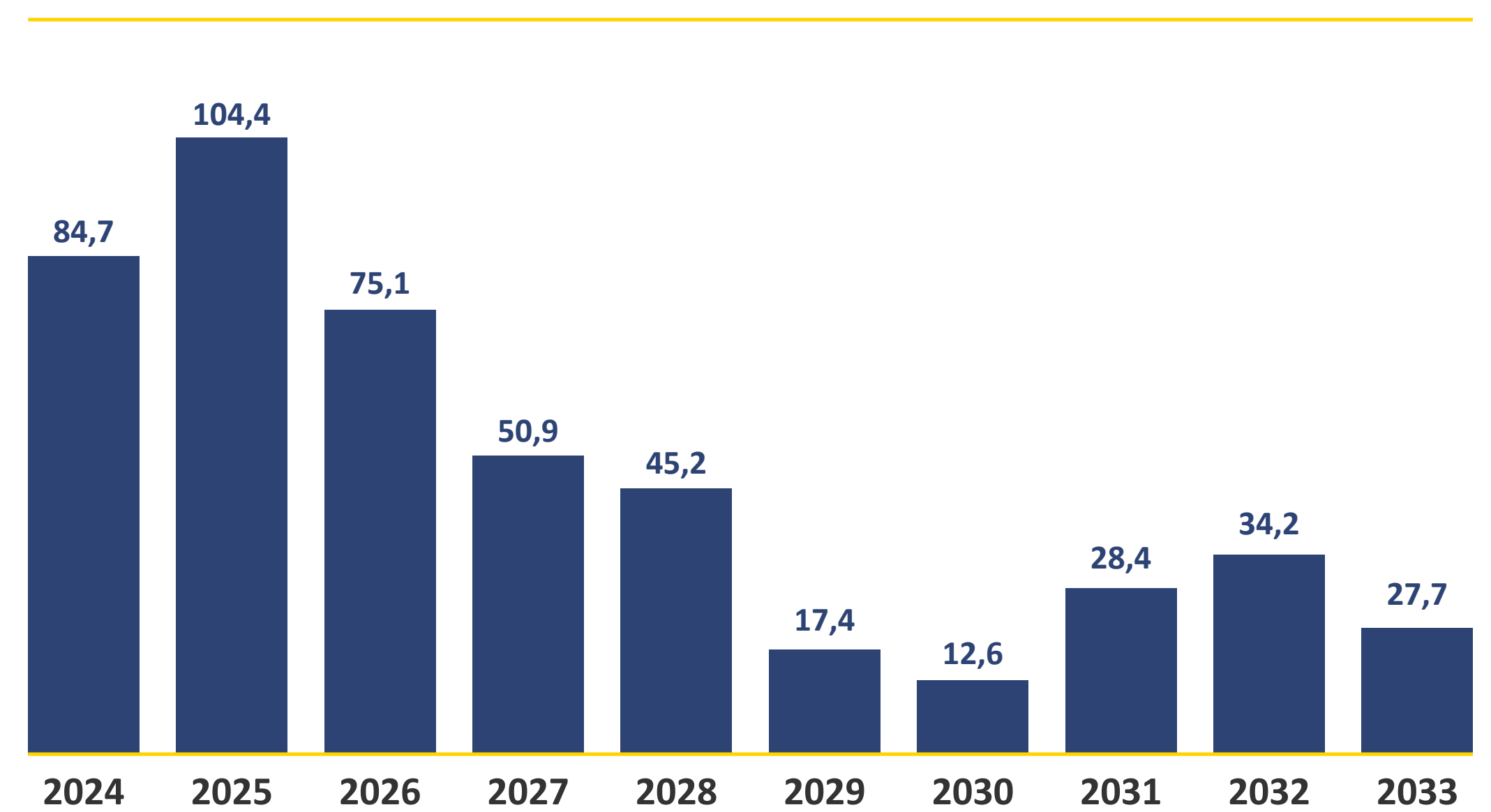


Considerando os montantes estimados com a comercialização do óleo da União sob a gestão da PPSA, os royalties advindos da produção nesses contratos e os tributos recolhidos pelas empresas produtoras, o total de recursos destinados aos cofres públicos poderá alcançar cerca de R\$ 1,15 trilhão até 2033.



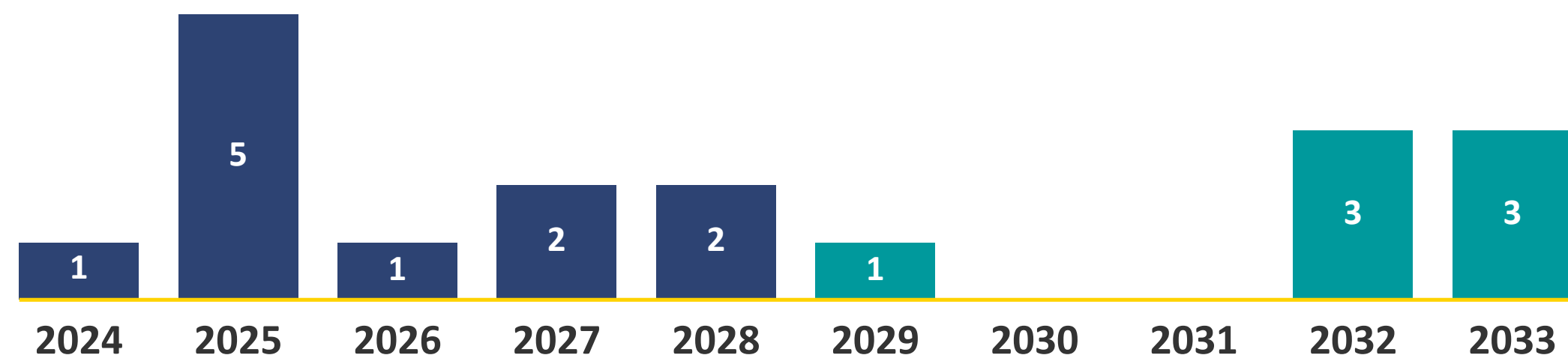
O estudo também estima que, para desenvolver os contratos, serão investidos R\$ 475 bilhões entre 2024 e 2033.

INVESTIMENTOS (EM R\$ BILHÃO)



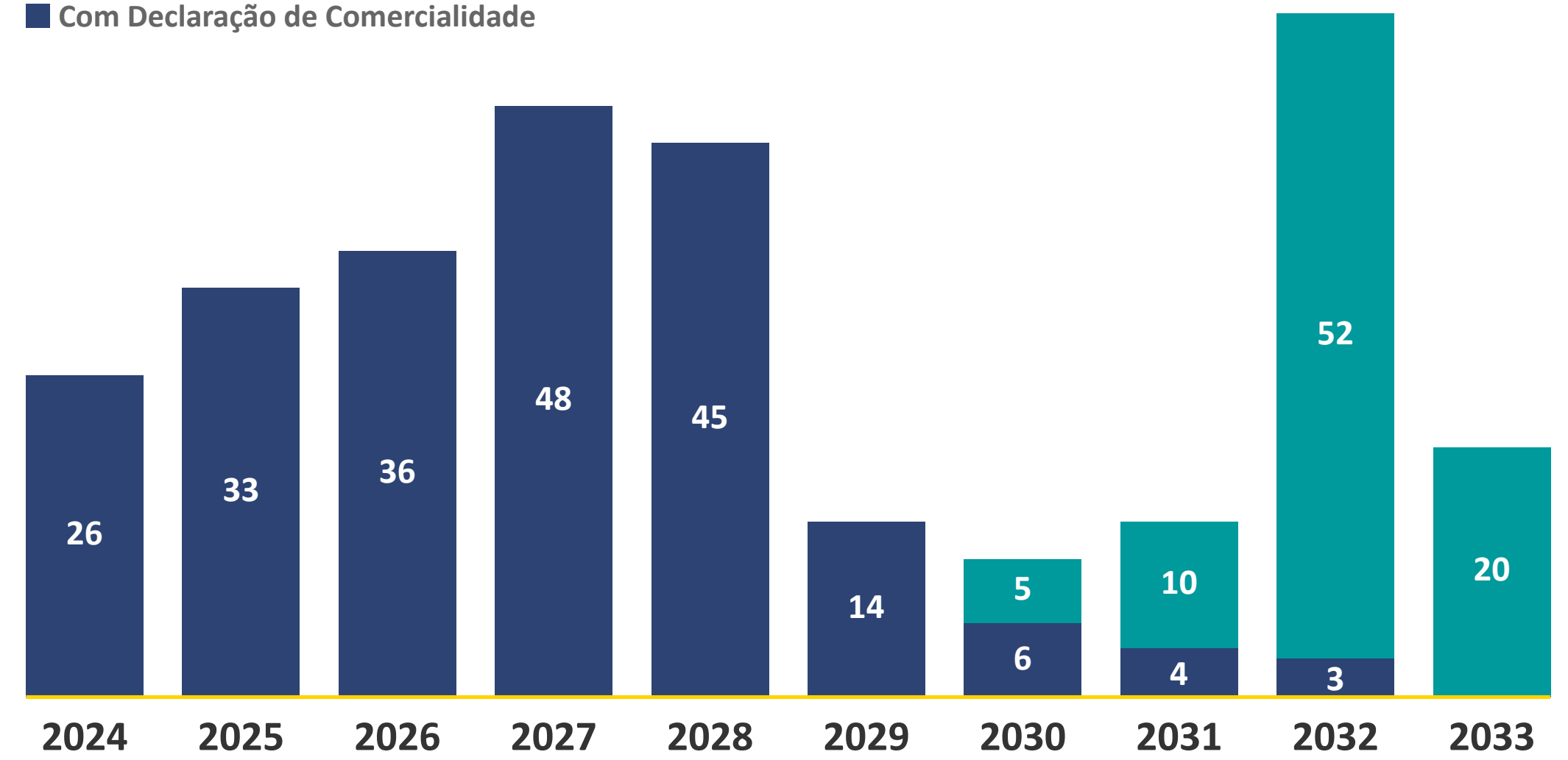
FPSOs (18)

■ Sem Declaração de Comercialidade
■ Com Declaração de Comercialidade



POÇOS (302)

■ Sem Declaração de Comercialidade
■ Com Declaração de Comercialidade



SAIBA MAIS:
Conheça o estudo completo

PLANO ESTRATÉGICO 2024-2028

Para construção do Plano Estratégico (PE)2024-2028, levamos em consideração os avanços alcançados no ciclo anterior (PE 2023-2027), a análise do cenário econômico e energético para os próximos anos, os normativos legais e o contexto atual e futuro da empresa. Com a participação de todas as áreas e o envolvimento direto da Diretoria Executiva em todas as etapas, foram definidos os principais desafios para os próximos cinco anos, para posterior priorização das iniciativas estratégicas.

Para compor o Plano, o cenário projetado pela empresa considera, entre outras iniciativas, o aumento no número de contratos de partilha nos próximos anos, o aumento significativo da produção e o conseqüente crescimento das atividades de comercialização das parcelas de petróleo e gás natural da União e o desempenho de um novo papel no mercado de gás natural. Também fazem parte desta análise os movimentos em direção à transição energética e as discussões acerca da atratividade do Polígono do Pré-Sal.

Para atendimento a todas as demandas, o Plano prevê, entre outros temas, a realização de processo seletivo público para formação de quadro permanente, e a avaliação de novos modelos de comercialização para os hidrocarbonetos da União. O trabalho estabelece quatro diretrizes estratégicas e 11 objetivos para o ciclo 2024-2028. A estimativa é de resultados robustos já em 2024, com crescimento superior a 30% no volume de cargas comercializadas para a União.



CENÁRIO VISLUMBRADO PARA O HORIZONTE

2024-2028

Realização de novas ofertas de partilha.

Comercialização crescente de petróleo e gás da União ao longo dos próximos anos.

Crescimento da empresa (recursos humanos e tecnológicos, com segurança cibernética e compliance).

Importância da sustentabilidade financeira de longo prazo.

Processo seletivo público para formação de quadro permanente.

Reestruturação do quadro de pessoal.

Contribuição para o Programa Gás para Empregar e Estudos sobre viabilidade de atividades relacionadas ao refino.

Gestão do conhecimento para a perpetuidade das competências técnicas e gerenciais.

Melhoria contínua da transparência, da governança, da comunicação.

Simplificação e eficiência dos processos.

Aderência às melhores práticas ESG.

Transição energética e descarbonização.

Estudos para aumento da atratividade do pré-sal.

1ª DIRETRIZ ESTRATÉGICA

Aumentar a atratividade do Polígono do Pré-Sal

META

Aumentar as atividades exploratórias no polígono do pré-sal e fomentar a realização de novas ofertas de partilha.

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

- Identificar ações e construções regulatórias necessárias para aumentar a atratividade das áreas/descobertas do Polígono do Pré-Sal.
- Buscar áreas com potencial no Polígono do Pré-Sal.

2ª DIRETRIZ ESTRATÉGICA

Aprimorar o processo de comercialização de petróleo e gás

META

Aprimorar modelos para a comercialização de petróleo e gás natural, de forma a garantir os melhores resultados para a União.

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

- Aprimorar o processo de comercialização de petróleo e gás da União, incorporando as diretrizes do Programa Gás para Empregar, bem como do estudo sobre a viabilidade técnica e econômica de mecanismos para priorizar o abastecimento nacional de combustíveis derivados de petróleo.
- Definir o melhor modelo de comercialização de petróleo para a União no curto e no longo prazo.
- Definir o melhor modelo de comercialização de gás para a União.

3ª DIRETRIZ ESTRATÉGICA

Consolidar a estruturação da empresa

META

Adequar a empresa em termos de recursos humanos, tecnológicos e financeiros para atender ao crescimento de suas atividades; ampliar a comunicação da empresa junto aos públicos de interesse e implantar a gestão do conhecimento de forma a garantir a manutenção das capacidades técnicas e gerenciais da empresa.

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

- Adequar o quadro de recursos humanos.
- Implantar a Transformação Digital.
- Ampliar a Comunicação da empresa junto aos públicos de interesse.
- Garantir a sustentabilidade financeira de longo prazo.
- Preservar as competências técnicas e gerenciais através da gestão do conhecimento.

4ª DIRETRIZ ESTRATÉGICA

Fomentar ações de descarbonização nos consórcios

META

Aumentar o conhecimento a respeito de tecnologias, iniciativas e medições relacionadas à descarbonização no pré-sal.

OBJETIVO ESTRATÉGICO

- Incentivar ações de descarbonização nos contratos de partilha de produção ao longo da curva de produção.



METAS GERAIS DA EMPRESA PARA 2024

Receita para União - Meta de R\$ 7,82 bilhões: **+ 30% em relação com 2023**

Comercialização de óleo e gás – metas de 21,8 MMbbl e 59,84 m³ de gás: **+34% (óleo) e +32% (gás) em relação a 2023**

PLANO ANUAL DE NEGÓCIOS

O Plano Anual de Negócios (PAN) estabelece as metas de curto prazo e serve de insumo para a elaboração do Programa de Dispêndios Globais (PDG) e para o Programa de Dispêndios de Tecnologia da Informação (PDTI), identificando a necessidade de investimentos em pessoal, software, hardware e infraestrutura para o ano seguinte.

O PAN 2024 contemplou as diretrizes do planejamento estratégico quinquenal 24-28, e as iniciativas estratégicas em andamento, além dos cronogramas de investimentos e contratações e portfólio de contratos em regime de partilha de produção.

O trabalho conclui que, para cumprimento das atribuições legais da empresa, é de extrema relevância que haja contratação de pessoal e investimentos em recursos tecnológicos e infraestrutura. A sugestão é que seja realizada a contratação de até 15 cargos comissionados de livre provimento e realização de processo seletivo público, com um investimento de cerca de R\$ 17,08 milhões.

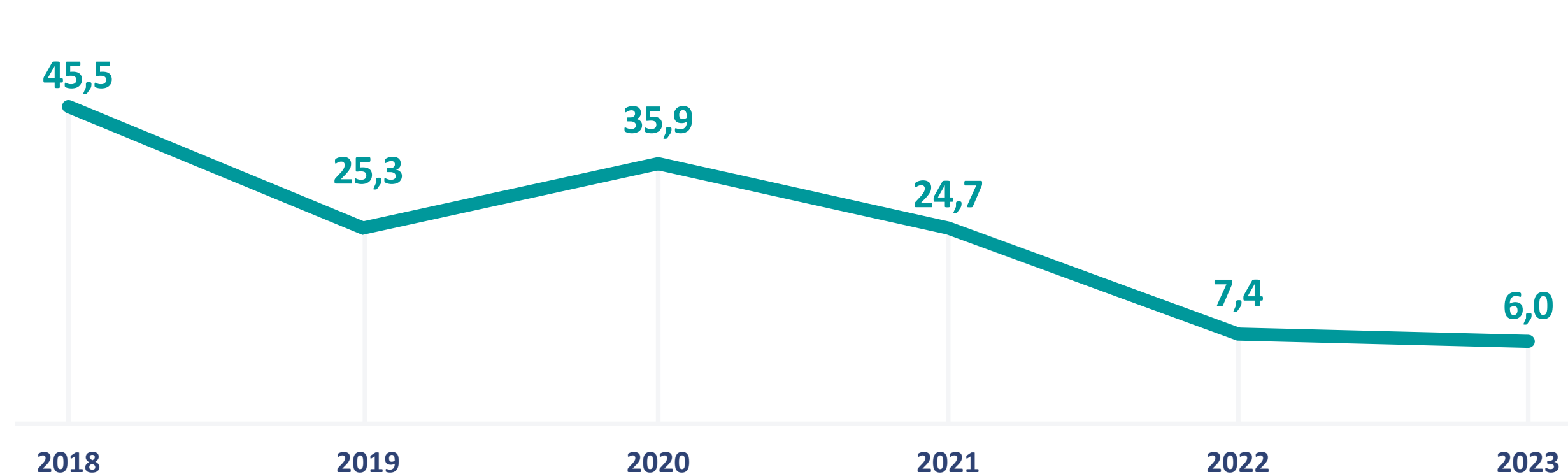
Foram estabelecidas as seguintes metas para 2024:

INDICADOR	SINAL*	META 2024
Despesa total da PPSA (milhões R\$) / Volume de óleo comercializado (milhões bbl)	-	6,37
Receita para a União (milhões R\$)	+	7.819
Volume de óleo da União comercializado (milhões bbl)	+	21,75
Atendimento de ballots e AFEs no prazo	+	94%
Índice de Realização do Planejamento Estratégico corporativo	+	94%

**O sinal será positivo (+) quando o indicador for do tipo “maior-melhor” e negativo (-) caso contrário.*

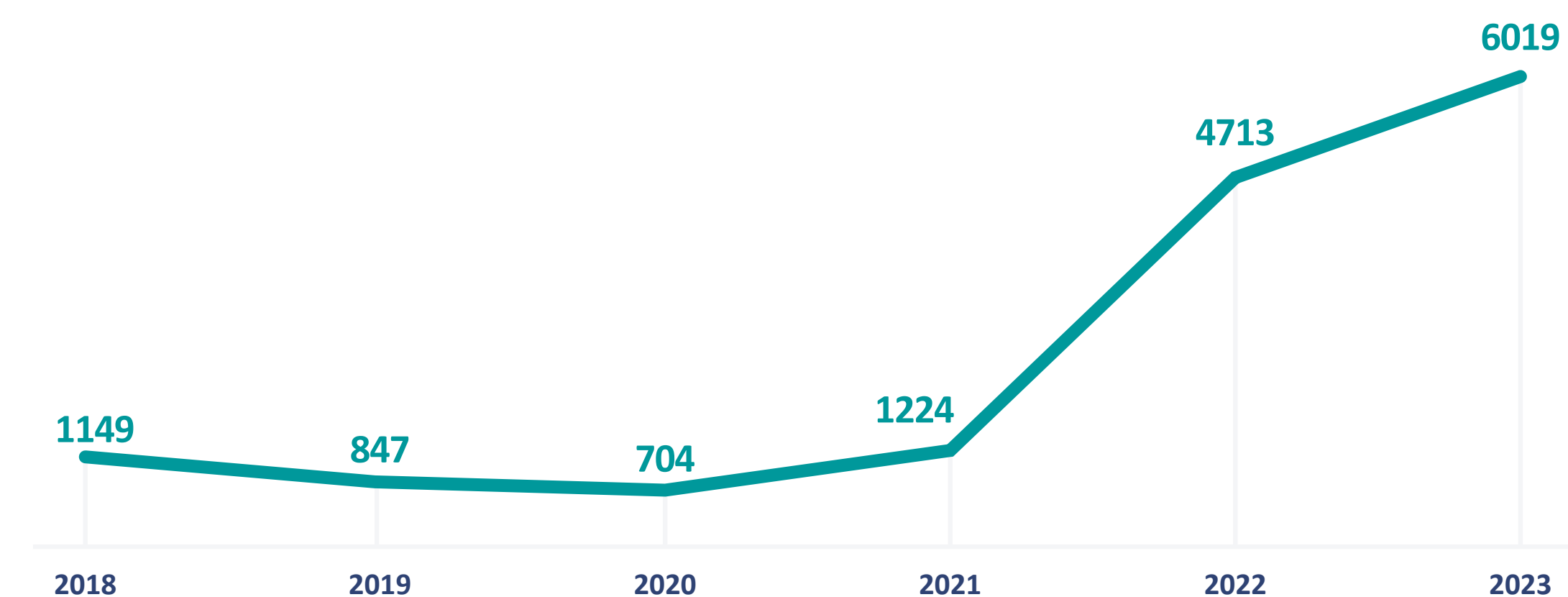
Entenda os indicadores e sua evolução ao longo dos anos:

DESPESA TOTAL DA PPSA (MILHÕES R\$) / VOLUME DE ÓLEO COMERCIALIZADO (MILHÕES BBL)



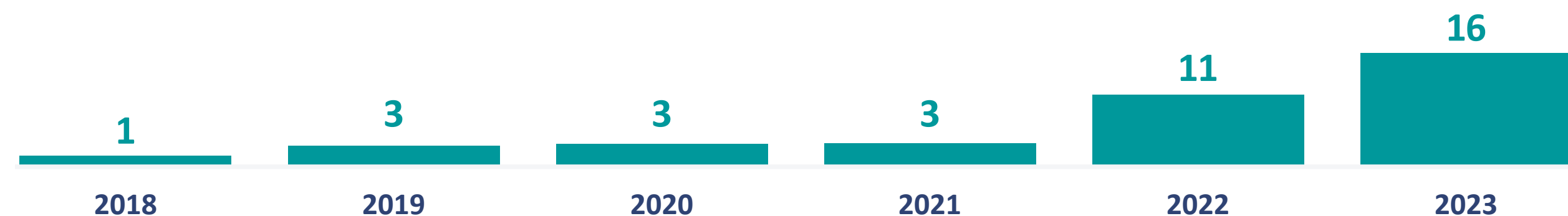
Relação entre a despesa total (sem valores de investimentos) realizada ao longo do ano, sobre o volume de óleo da União que foi comercializado (carregado) no ano. Expressa a despesa da PPSA para cada barril vendido, ou seja, o custo de transação do negócio.

RECEITA PARA A UNIÃO (MILHÕES R\$)



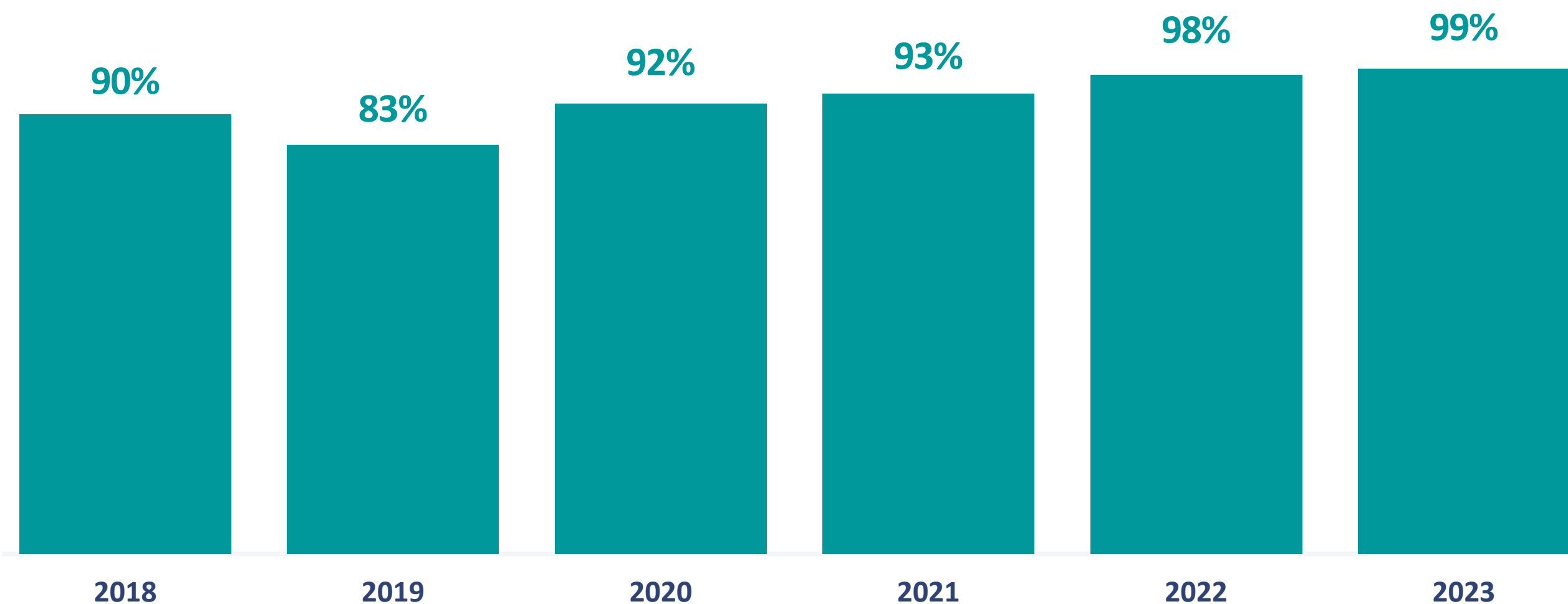
Receita arrecadada para a União com a comercialização de óleo e gás natural ao longo do ano.

VOLUME DE ÓLEO DA UNIÃO COMERCIALIZADO (MILHÕES BBL)



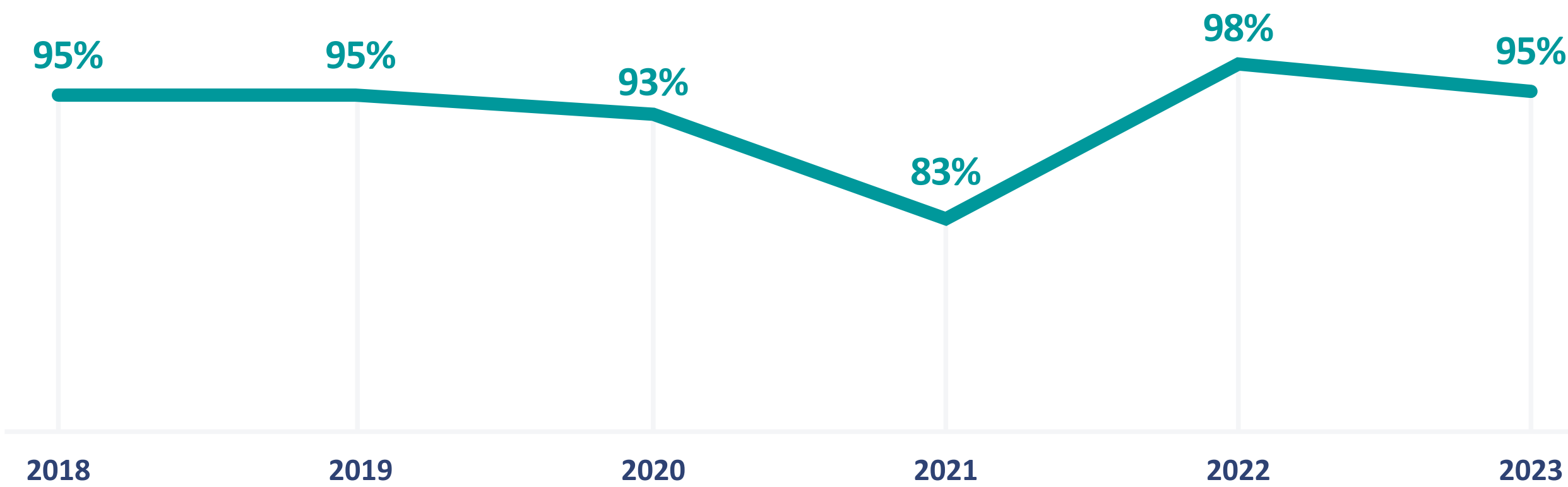
Expressa a realização do volume, em milhões de barris de óleo da União, que foi comercializado (carregado) no ano.

ATENDIMENTO DE BALLOTS (VOTOS) E AFEs NO PRAZO



Número de ballots e AFEs respondidos no prazo nos últimos 12 meses, dividido pelo número total de ballots e AFEs respondidos no mesmo período.

REALIZAÇÃO DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO CORPORATIVO



O indicador mede o desempenho da evolução do progresso físico do Planejamento Estratégico.

É um indicador mensal e representa o resultado acumulado ao longo do ano da média aritmética do percentual de realização das diretrizes estratégicas.



SAIBA MAIS:

Plano Anual de Negócios




07

INFORMAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS, FINANCEIRAS E CONTÁBEIS

INFORMAÇÕES FINANCEIRAS

Em 2023, encerramos o exercício com R\$ 181,6 milhões em caixa e equivalentes de caixa, o que representou um aumento de 26% em comparação a 2022, sendo esta rubrica representativa de 100% do total do ativo circulante. No mesmo período, apresentamos receita bruta de serviços pela gestão de contratos e representação da União de R\$ 90,9 milhões.

Esse total representa um aumento de 18,9%, comparativamente ao exercício de 2022, quando a receita bruta pela gestão de contratos e representação da União foi de R\$ 76,5 milhões. Em 2022, tivemos R\$ 14,6 milhões de receitas de bônus de assinatura e, em 2023, tivemos R\$ 38,4 milhões.

 **R\$ 181,6** MILHÕES EM CAIXA AO FINAL DO EXERCÍCIO **+ 26%** EM RELAÇÃO A 2022.

 RECEITA BRUTA DE **R\$ 90,9** MILHÕES **+ 18,9%** EM RELAÇÃO A 2022.

PRINCIPAIS FATOS CONTÁBEIS

Aplicamos, a partir de janeiro de 2019, o CPC 06 (R2), que introduz um único modelo de arrendamento, substituindo o conceito de classificação entre arrendamento mercantil operacional e financeiro. O principal objetivo é definir se existe um arrendamento nos contratos ou se o contrato é uma prestação de serviço. Após essa definição, se um contrato contiver um arrendamento, este deverá ser contabilizado no ativo, a ser depreciado, e no passivo, com apropriação de encargos financeiros. Em 01 de janeiro de 2019, reconhecemos o valor presente de R\$ 7,8 milhões em direito de uso dos arrendamentos mercantis no ativo e no passivo, em virtude de a mensuração dos ativos de direito de uso ser equivalente ao passivo de arrendamento. Tais mudanças não impactaram o patrimônio líquido.

Os ativos de direito de uso, apresentados no ativo não circulante, representam, principalmente, os seguintes ativos subjacentes: aluguel de espaço físico (matriz e escritório central) e de equipamentos de informática. Os passivos de arrendamento mercantil estão sendo apresentados no curto e no longo prazo, em linha própria, nas demonstrações contábeis da companhia.



Crédito: Freepik

Durante o exercício de 2023, a demonstração de fluxo de caixa foi impactada por uma mudança dos recursos líquidos aplicados nas atividades de financiamento de R\$ 2 milhões. A taxa de juros dos passivos de arrendamento na adoção inicial foi de 7,57% a.a., e a taxa utilizada para 2023 é de 12,36% a.a. A adoção desse pronunciamento não ocasionou alterações nas práticas de negócio da empresa e não houve a necessidade de renegociação de cláusulas existentes nos contratos enquadrados.

Em 2020, foram assinados contratos de aquisição de softwares com os fornecedores internacionais RFD Rock Flow Dynamics Inc. e Geoquest Systems B.V. O software fornecido pela RFD Rock Flow Dynamics Inc., voltado para a simulação de reservatórios e de análise de incertezas integradas, e o software Petrel, fornecido pela Geoquest Systems B.V., foi contratado na modalidade de processamento em nuvem, Denominado Delfi, voltado para modelagem geológica e geofísica de reservatórios.

Em 2023, foi assinado contrato de licença de uso de software na modalidade “Software as a Service” (SaaS) com a Uztech Soluções e Informática S.A. O licenciamento de software fornecido pela Uztech Soluções e Informática S.A, foi contratado na modalidade “Software as a Service” (SaaS), com suporte técnico especializado para manutenção adaptativa, corretiva, evolutiva e preventiva do ambiente tecnológico que compõe o Sistema de Gestão da Partilha da Produção da Pré-Sal Petróleo S.A. – SGPP. O mesmo foi registrado no ativo intangível, pois faz parte da propriedade intelectual da Companhia e não será comercializado ao mercado.

Durante o ano de 2023, o total de pagamentos a esses fornecedores totalizaram R\$ 6,5 milhões.

Crédito: Freepik



▶ **NORMAS LEGAIS E TÉCNICAS ADOTADAS NAS ATIVIDADES ORÇAMENTÁRIAS, FINANCEIRAS E CONTÁBEIS**

As demonstrações contábeis foram preparadas de acordo com as práticas contábeis definidas nos pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). A data de aprovação dessas demonstrações, para fins das normas de auditoria, é a primeira em que as pessoas com autoridade reconhecida determinam que todos os quadros que compõem tais demonstrações, incluindo as notas explicativas, foram elaborados e que essas pessoas (com autoridade reconhecida) assumiram a responsabilidade por essas demonstrações contábeis.

Em conformidade com a competência prevista no artigo 22, alínea “d”, do Regimento Interno, a Gerência de Controle e Finanças elaborou as demonstrações contábeis, com informações comparativas ao período anterior, em 26 de fevereiro de 2024. Essas demonstrações foram preparadas com base na continuidade operacional, que pressupõe que a companhia conseguirá cumprir suas obrigações de curto e longo prazos, registradas no balanço. A PPSA registrou um lucro líquido de R\$ 34,0 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2023; e, nessa data, o ativo circulante excedia o passivo circulante em R\$ 162 milhões.

A administração julga não existir incertezas significativas relacionadas a eventos ou condições que possam levantar dúvidas significativas quanto à sua capacidade de continuidade operacional.

O julgamento significativo realizado pela administração é pautado na consolidação do marco regulatório do regime de partilha de produção, com a promulgação da Lei nº 13.679, de 2018, que alterou as Leis nº 12.304, de 2010 e 12.351, de 2010 e dispõe sobre a política de comercialização de petróleo, de gás natural e de outros hidrocarbonetos; e na carteira de contratos de partilha de produção, acordos de individualização da produção e contratos de comercialização de petróleo e gás natural da União, sob gestão da companhia.

Crédito: Freepik



A elaboração das demonstrações contábeis é feita a partir de prestador terceirizado de serviços contábeis e fiscais. Esse prestador é o responsável técnico que assina as demonstrações anuais da empresa. Toda movimentação desse tipo, reconciliada diariamente pela Gerência de Controle e Finanças, é enviada semanalmente para o prestador de serviços terceirizado, que processa todos os registros contábeis em seu ERP (Enterprise Resource Planning – Planejamento de Recursos Empresariais).

As demonstrações contábeis passaram pela revisão dos auditores externos, o que resultou num parecer sem ressalva. Para coordenar a atividade de fechamento contábil/fiscal mensal, a GCF elabora o cronograma de fechamento mensal, que dispõe de prazos para execução de todas as rotinas de fechamento mensal da empresa e envia ao prestador de serviços, de forma a ter um planejamento e controle dos responsáveis e entregáveis, com prazos.

Mensalmente, a GCF elabora relatórios para a Diretoria Executiva, o Conselho Fiscal e o Conselho de Administração, e procede à alimentação dos dados contábeis realizados nos sistemas de informação do Ministério do Planejamento (Siest e Siop). A proposta de destinação de resultados está vinculada à nossa Política de Distribuição de Dividendos, que reflete as disposições constantes no Estatuto Social e na Lei nº 6.404, de 1976 (Lei das Sociedades por Ações).

A GCF é composta por um gerente, um assessor especial de Tesouraria e um assessor especial de Contabilidade. As competências estão descritas no artigo 22 do nosso Regimento Interno.



AValiação dos custos operacionais e resultados financeiros e não financeiros da PPSA

A companhia acumulou R\$ 21,5 milhões em receitas financeiras durante o exercício de 2023, sendo o de aplicações financeiras no Banco do Brasil, o valor mais significativo em R\$ 20,0 milhões. O total de custos dos serviços prestados e despesas operacionais em 2023 foi de R\$ 78,2 milhões.

A companhia finalizou o ano com lucro líquido de R\$ 34,0 milhões, gerando R\$ 8,1 milhões de dividendos a serem pagos em 2024. Em razão do lucro, a companhia apurou R\$ 13,7 milhões de Imposto de Renda (IRPJ) e R\$ 4,9 milhões de Contribuição Social sobre Lucro (CSLL).



CUSTOS

O total de custos dos serviços prestados e despesas operacionais em 2023 foi de R\$ 78,2 milhões,

o que representou um incremento de 8,3% em relação ao exercício de 2022. Aplicamos nossa disponibilidade financeira no Banco do Brasil em fundo de investimento de renda fixa, cuja composição, em sua totalidade, é de títulos públicos e operações compromissadas com lastro em títulos públicos. Em 2023, nossos investimentos tiveram 13,18% de rentabilidade acumulada, gerando uma receita de aplicações financeiras de R\$ 20,0 milhões.

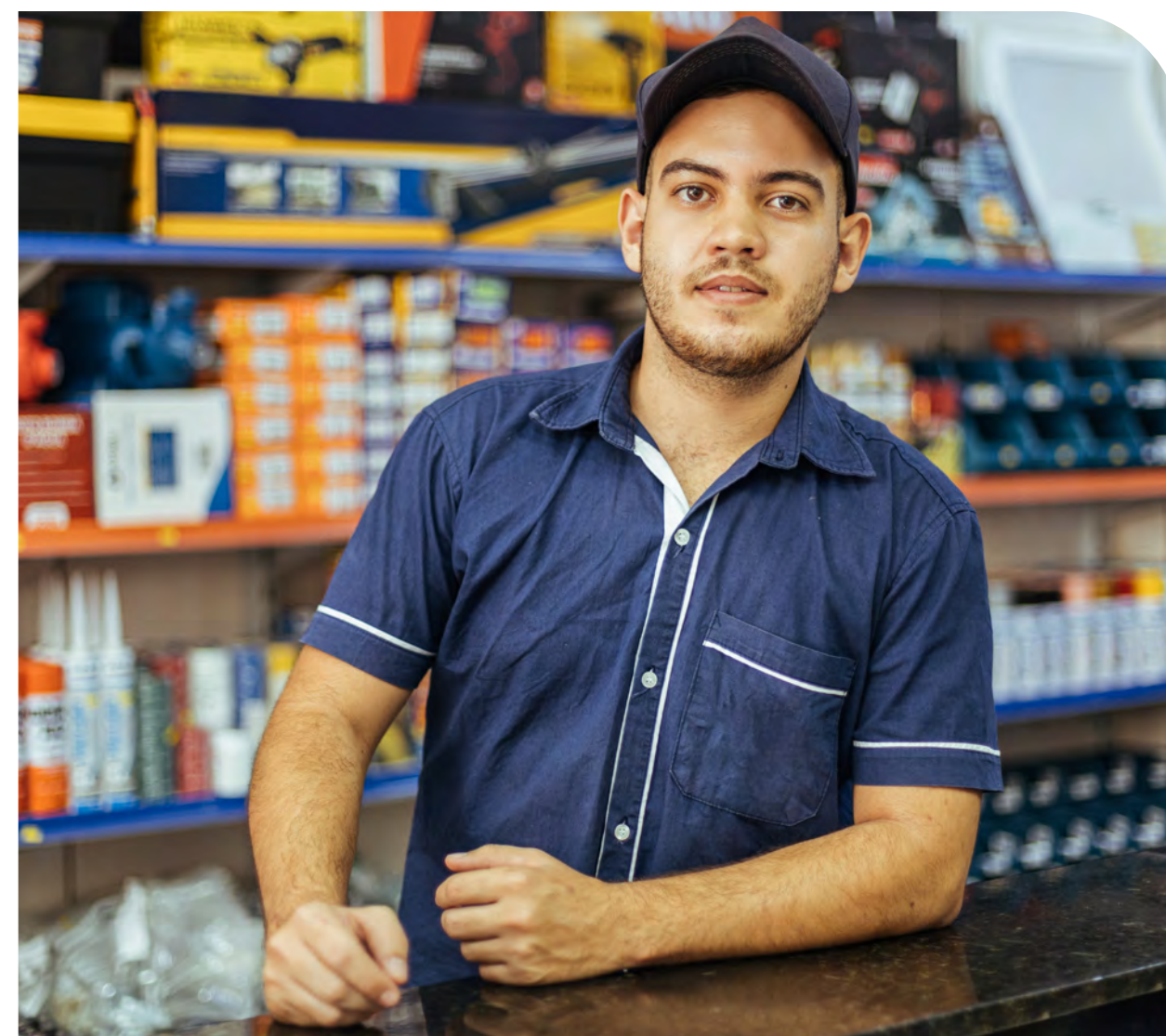
	<u>Notas</u>	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Receita líquida de serviços	23	110.879	78.080
Custo dos serviços prestados	24	(53.666)	(49.042)
Lucro bruto		<u>57.213</u>	<u>29.038</u>
Despesas operacionais	25	(24.581)	(23.226)
Outras receitas operacionais		10	-
Lucro antes do resultado financeiro		<u>32.642</u>	<u>5.812</u>
Resultado financeiro	26	19.976	15.941
Lucro antes do Imposto de renda e contribuição social		<u>52.618</u>	<u>21.753</u>
Provisão para o imposto de renda e contribuição social	27	(18.579)	(5.386)
Lucro líquido do exercício		<u>34.039</u>	<u>16.367</u>
Lucro por lote de mil ações		<u>0,68</u>	<u>0,33</u>

ATIVO

	<u>Notas</u>	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	9	181.641	144.507
Impostos a recuperar ou compensáveis	10	23	417
Adiantamentos a empregados	11	20	87
Adiantamentos a terceiros	12	-	82
Depósitos judiciais	29	-	604
Despesas antecipadas	13	316	1.183
Comercialização de óleo e gás da União	14	2.140.603	1.827.103
(-) Eliminações das operações de comercialização da União		<u>(2.140.603)</u>	<u>(1.827.103)</u>
Total do ativo circulante		<u>182.000</u>	<u>146.880</u>
Ativo não circulante			
Realizável a longo prazo			
Adiantamentos a terceiros	12	80	-
Impostos a recuperar ou compensáveis	10	141	3.091
Direito de uso - arrendamentos	16	896	3.606
Comercialização de óleo e gás da União	14	40.028	-
(-) Eliminações das operações de comercialização da União		<u>(40.028)</u>	<u>-</u>
		<u>1.117</u>	<u>6.697</u>
Imobilizado	15.a	3.296	4.776
Intangível	15.b	13.845	14.098
		<u>17.141</u>	<u>18.874</u>
Total do ativo não circulante		<u>18.258</u>	<u>25.571</u>
Total do ativo		<u>200.258</u>	<u>172.451</u>

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	<u>Notas</u>	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Passivo circulante			
Fornecedores	17	2.718	1.350
Honorários e encargos a pagar		-	82
Impostos e contribuições a recolher	18	3.894	3.641
Provisão de férias e 13º salário	19	3.733	3.721
Obrigações por cessão de pessoal	20	76	44
Dividendos a pagar	21	8.084	3.887
Arrendamento mercantil	16	1.096	2.150
Comercialização de petróleo e gás natural da União	14	1.540.625	1.827.103
(-) Eliminações das operações de comercialização da União		<u>(1.540.625)</u>	<u>(1.827.103)</u>
Total do passivo circulante		<u>19.601</u>	<u>14.875</u>
Passivo não circulante			
Fornecedores	17	8.321	9.804
Arrendamento mercantil	16	213	1.605
Comercialização de petróleo e gás natural da União	14	640.006	-
(-) Eliminações das operações de comercialização da União		<u>(640.006)</u>	<u>-</u>
Total do passivo não circulante		<u>8.534</u>	<u>11.409</u>
Patrimônio líquido	22		
Capital social		93.333	93.333
Reserva legal		8.437	6.735
Reserva de retenção de lucros		70.353	46.099
Total do patrimônio líquido		<u>172.123</u>	<u>146.167</u>
Total do passivo e patrimônio líquido		<u>200.258</u>	<u>172.451</u>



Créditos: Freepik

ATENDIMENTO AO INTERESSE PÚBLICO

A gestão dos contratos de partilha de produção e a gestão da comercialização do petróleo e do gás natural da União representam a função social da PPSA. De forma mais abrangente, estende-se não apenas a essas, como também à representação da União nos procedimentos de individualização da produção, envolvendo áreas não contratadas internas ao Polígono do pré-sal ou áreas estratégicas.

Em 2023, a PPSA não assumiu nenhuma obrigação adicional atinente ao interesse público.



Créditos: Freepik

ARRECADAÇÃO PARA A UNIÃO

A PPSA arrecadou R\$ 4,71 bilhões para a União em 2022 e R\$ 6,02 bilhões em 2023, correspondentes à comercialização de petróleo e gás da União, sob gestão da companhia. O resultado da comercialização, quando comparado ao de 2022, representa um aumento de 27,6%.

Todos os recursos arrecadados pela PPSA são destinados ao Tesouro Nacional e beneficiam toda a sociedade brasileira, por meio de investimentos em políticas públicas, voltadas principalmente para investimentos em saúde e educação.

NOSSA EQUIPE

Crédito: Alair Filho





GOVERNANÇA EM 31/12/2023

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Arthur Cerqueira Valério
Ana Paula de Magalhães de Albuquerque Lima
Renato Galuppo

Guilherme Santos Mello
Valder Ribeiro de Moura
Roberto Seara Machado Pojo Rego

CONSELHO FISCAL

Fábio Franco Barbosa Fernandes
Maurício Renato de Souza
Newton Lima Neto

COMITÊ DE AUDITORIA

Nilo Jose Panazzolo
William Bezerra Cavalcanti
Herbert Quirino

DIRETORIA EXECUTIVA

Tabita Yaling Cheng Loureiro
Evamar José dos Santos
Samir Passos Awad

ESCRITÓRIO CENTRAL

📍 | Avenida Rio Branco, nº 1, 4º andar
Centro | Rio de Janeiro/RJ - CEP: 20.090-003

☎️ | (21) 3513.7701

📅 | Horário de funcionamento:
Terça a Quinta-feira, de 9:00h às 18:00h

ESCRITÓRIO BRASÍLIA

📍 | BRFOFFICES
Setor Bancário Sul Quadra 02 Bloco E, Edifício Prime 206/14º andar - Brasília/DF
CEP: 70.070-120

ESCRITÓRIO SÃO PAULO

📍 | Rua Augusta, nº 101 / sala 1016 – unidade 3
Consolação | São Paulo/SP - CEP: 01.305-000

RELATO INTEGRADO | 2023



Pré-sal Petróleo

MINISTÉRIO DE
MINAS E ENERGIA



UNIÃO E RECONSTRUÇÃO

www.presalpetroleo.gov.br | [@presalpetroleo](https://twitter.com/presalpetroleo)